

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**RELAÇÕES DE PODER NAS FRONTEIRAS DO
IMPÉRIO PORTUGUÊS: AS CORRESPONDÊNCIAS
DO MARQUÊS DE ALEGRETE (1814-1818)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Clarissa Prestes Medeiros Vianna

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**RELAÇÕES DE PODER NAS FRONTEIRAS DO IMPÉRIO
PORTUGUÊS: AS CORRESPONDÊNCIAS DO MARQUÊS DE
ALEGRETE (1814-1818)**

Clarissa Prestes Medeiros

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração História, Poder e Cultura, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**.

Orientador: Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti

Santa Maria, RS, Brasil

2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Prestes Medeiros Vianna, Clarissa
Relações de poder nas fronteiras do Império português:
as correspondências do Marquês de Alegrete / Clarissa
Prestes Medeiros Vianna.-2015.
117 p.; 30cm

Orientador: Luís Augusto Ebling Farinatti
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2015

1. Marquês de Alegrete 2. Fronteira 3.
Correspondências 4. Administração portuguesa I. Ebling
Farinatti, Luís Augusto II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa Pós-Graduação em História**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**RELAÇÕES DE PODER NAS FRONTEIRAS DO IMPÉRIO
PORTUGUÊS: AS CORRESPONDÊNCIAS DO MARQUÊS DE
ALEGRETE**

elaborada por
Clarissa Prestes Medeiros Vianna

como requisito parcial para a obtenção de grau de
Mestre em História

COMISSÃO EXAMINADORA:



Luis Augusto Ebling Farinatti, Dr.
(Presidente/Orientador)



Adriano Comissoli, Dr. (UPF)



José Iran Ribeiro, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 27 de abril de 2015.

Para Victor Hugo, pela persistência e pelas noites mal dormidas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à CAPES pela concessão da bolsa, que foi um grande auxílio para que eu pudesse realizar este trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a sua Secretaria e a todos os professores do programa que, ao transmitirem seu conhecimento, foram fundamentais para a minha formação.

Ao Prof. Dr. Luís Farinatti, meu orientador, por me guiar mais uma vez. Muito obrigada pelas sugestões e conselhos, mas também pela sua paciência e preocupação.

Ao professor Adriano Comissoli por aceitar fazer parte da minha banca, assim como os professores José Iran Ribeiro e Júlio Quevedo que participaram dessa jornada desde a minha graduação, contribuindo muito para o desfecho deste trabalho.

Aos colegas do mestrado em História (UFSM), pelos momentos compartilhados nesse período, desejo muito sucesso a todos. Faço uma menção especial à Daiane, que foi um presente inesperado que ganhei com o curso. Entrei neste curso para executar um projeto e, para minha grande surpresa, entrou na minha vida uma pessoa fantástica. Uma amiga para jogar paintball, para tomar café, para sair para beber, para enfrentar pré-estreias, discutir filmes, ler meu trabalho, caminhar, comer e jogar videogame. Uma amiga para tudo. Obrigado por todos esses momentos Dai, tenho a certeza que sem teu apoio, não teria chegado até aqui. O que o Left 4dead uniu e nem o Rio separa.

Aos meus pais, pelo apoio e carinho durante esta trajetória. À minha mãe, que além do suporte maternal de todas as horas, também se enveredou comigo na aventura de desvendar as correspondências do Marquês. Meu auxiliar de pesquisa preferido, fundamental para a execução deste trabalho. Dona Regina, sem ti esse trabalho não seria possível. Muito obrigada!!

Ao meu irmão, Milton, é à Tati, pelo carinho, pelo apoio e amor que sempre me deram, mesmo à distância, inclusive traduzindo textos para mim. Vocês são demais!

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, sejam membros da família, amigos, colegas de trabalho ou, simplesmente, pessoas que me auxiliaram e contribuíram para que este pudesse ser concluído.

Finalmente, agradeço ao Victor Hugo, meu marido, que sempre esteve ao meu lado. Sempre, em todos os momentos. Obrigada por ser meu melhor amigo, meu parceiro, meu

maior incentivador. Obrigada por ler meus textos, por escutar minhas ideias, por me dar novas ideias, por me ajudar com minhas crises, por me apoiar quando eu precisava, mesmo que eu não pedisse ou soubesse que precisava ser apoiada. Obrigada por me divertir nos momentos tensos e me ajudar a ter serenidade para enfrentar as horas difíceis. Obrigada por acreditar em mim quando nem mesmo eu acreditava. Obrigada por ser o meu maior crítico e, ao mesmo tempo, quem mais me estimula. Este trabalho é para ti, meu amor. Eu não teria conseguido sem você. Te amo!!!

“Todo homem, por natureza, quer saber.”

Aristóteles

RESUMO

Defesa de Dissertação
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

RELAÇÕES DE PODER NAS FRONTEIRAS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS: AS CORRESPONDÊNCIAS DO MARQUÊS DE ALEGRETE (1814-1818)

AUTORA: CLARISSA PRESTES MEDEIROS
ORIENTADOR: LUÍS AUGUSTO EBLING FARINATTI
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 27 de abril de 2015.

O presente trabalho foi desenvolvido na área de concentração “História, Cultura e Poder” na linha de pesquisa “Integração, Política e Fronteira” do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com auxílio de bolsa CAPES. Seu objetivo é analisar a trajetória administrativa do Marquês de Alegrete a partir de suas correspondências oficiais para estabelecer a sua rede de relações de poder, especialmente percebidas no período de sua administração como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818), para uma melhor compreensão do funcionamento da administração portuguesa na fronteira do seu Império. Nesse estudo foram analisadas apenas as correspondências expedidas às autoridades da Capitania pelo Marquês de Alegrete durante os anos de 1814 a 1818, os quais foram divididos em dois momentos: de 1814 a 1815, que consiste nos anos iniciais da administração; de 1816 a 1818, no qual a Capitania se encontra em guerra e o fim de seu mandato. Com isso, foi possível constatar que o Marquês de Alegrete foi enviado para a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul com a finalidade de estabelecer nesse território uma forma de administração nos moldes portugueses, além de tutelar a fronteira sul do império, inclusive com fins expansionistas. O Marquês buscou atender essa tarefa aproximando-se dos homens poderosos da região, firmando com esses relações com o intuito máximo de cumprir os objetivos traçados para a Capitania e, nesse sentido, estabeleceu uma larga rede de relações que foi fundamental para o sucesso do Marquês no cumprimento dos objetivos da Coroa portuguesa para a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Marquês de Alegrete. Administração portuguesa. Fronteira.

ABSTRACT

Dissertation Defence
History Postgraduation Program
Federal University of Santa Maria

POWER RELATIONSHIPS IN THE FRONTIER OF THE PORTUGUESE EMPIRE: THE CORRESPONDENCE OF THE MARQUESS OF ALEGRETE (1814-1818)

AUTHOR: CLARISSA PRESTES MEDEIROS
ORIENTATION: LUÍS AUGUSTO EBLING FARINATTI
Defense Place and Date: Santa Maria, Abril 27nd, 2015.

The following work was developed in the concentration area of “History, Culture and Power” in the research line of “Integration, Politics and Frontier” of the masters course of the Post Graduated Program in History of the Federal University of Santa Maria (UFSM), with support from CAPES scholarship. Its objective is to analyze the administration trajectory of Marquess of Alegrete based on his official correspondences to establish his power relationship net, especially perceived during the initial period of his administration as Governor and Captain-General of the Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818), for a better comprehension on the functioning of the portuguese administration on the frontier of its Empire. In this study there were analyzed exclusively letters sent to the Capitania authorities by Marquess of Alegrete along the years of 1814 to 1818, which were divided in two moments: from 1814 to 1815, that comprise the initial years of the administration; and the years of 1816 to 1818, in which the Capitania was in war and the end of his mandate. From it, it was possible to determine that the Marquess of Alegrete was appointed to the Capitania of São Pedro of Rio Grande do Sul intending to establish in this territory an administration molded on portuguese manners, in addition to protect the southern border of the empire, even with expansionists purposes. The Marquess sought to attend to this task by approaching powerful men from the region, firming with them relations to best fulfill the objectives set to the Capitania and, therefore, established a large social net that was fundamental to his success as a Marquess in the accomplishment of the objectives that the Coroa portuguesa determined to the Capitania of São Pedro of Rio Grande do Sul

Keywords: Marquess of Alegrete. Portuguese Administration. Frontier.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Assuntos tratados nas correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete às autoridades da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1815).....	53
Gráfico 2 – Correspondências expedidas às autoridades da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1815).	55
Gráfico 3 – Assuntos tratados nas correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete com os principais destinatários no período de 1814-1815	57
Gráfico 4 – Assuntos tratados nas correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete às autoridades da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1816-1818).....	63
Gráfico 5 – Correspondências expedidas às autoridades da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1816-1818)	65
Gráfico 6 – Assuntos tratados nas correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete com os principais destinatários no período de 1816-1818	68
Gráfico 7 – Representação gráfica da rede administrativa do Marquês de Alegrete no período de 1814 a 1815	88
Gráfico 8 – Representação gráfica da rede administrativa do Marquês de Alegrete no período de 1816 a 1818	95

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Planisfério de Cantino (1502) mostrando a linha divisória do Tratado de Tordesilhas (1494)	42
Figura 2 – Mapa mostrando a região sul e os tratados de limite: Tratado de Madrid (1750) e Tratado de Santo Ildefonso (1777)	44
Figura 3 – Mapa do Brasil colonial (c. 1800)	47-48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais destinatários do Marquês de Alegrete no período de 1814-1815 ...	61-62
Quadro 2 – Principais destinatários do Marquês de Alegrete no período de 1816-1818 .	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 UM MARQUÊS NA FRONTEIRA SUL DO IMPÉRIO PORTUGUÊS	19
1.1 O Marquês de Alegrete.....	19
1.2 Dinâmica imperial: as estratégias de governabilidade da Coroa portuguesa.....	22
1.3 A transferência da Corte portuguesa para o Brasil.....	29
1.4 A fronteira sul do Império português.....	35
2 A PARTIR DAS CARTAS DO MARQUÊS: A ADMINISTRAÇÃO, AS ESTRATÉGIAS E A GUERRA EM UMA CAPITANIA DISTANTE DA CAPITAL	40
2.1 De domínios espanhóis a peça fundamental do Império português: a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.....	40
2.2 O início da administração do Marquês de Alegrete (1814-1815) – os planos para a Capitania.....	52
2.3 De 1816 a 1818: Artigas, a guerra e o término do mandato.....	62
2.4. De planos da Corte para uma Capitania distante à guerra como oportunidade de expansão territorial: os intuits da Corte pelas correspondências do Marquês.....	72
3 DESVELANDO OS NÓS: A REDE ADMINISTRATIVA DO MARQUÊS	77
3.1 A teia administrativa a partir do Marquês de Alegrete.....	77
3.2 As autoridades da Capitania: os nós no tear do Governador.....	86
3.3 O principal destinatário do Marquês de Alegrete: o Ten. Gal. Manuel Marques de Sousa.....	99
CONCLUSÃO	106
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

Durante muitos séculos, foi incumbência dos Teles da Silva defender a fronteira de Portugal com a Espanha, mormente na região da Vila de Alegrete, sob a sede do secular Castelo que de mesmo nome. Tarefa árdua, diga-se de passagem, posto que após a retomada da Espanha dos mouros, tal região era costumeiramente assolada por ataques oriundos de Castela e Aragão. Tamanha foi a dedicação da família nesse empenho que, em 1687, um de seus membros mais notórios, Manuel Teles da Silva, recebeu o título de Marquês de Alegrete, em homenagem à vila e região que por tanto tempo sua família se engajou em defender. O título de Marquês de Alegrete passou para os descendentes de Manuel Teles da Silva, assim como o dever de empenhar-se na defesa da fronteira com a Espanha. Um dever hereditário, por assim dizer.

Tal incumbência parecia cessar quando Napoleão, após firmar apoio com os vizinhos espanhóis, invadiu Portugal. Traída por seus vizinhos, que se subjugaram ao domínio do Imperador francês, a Corte Portuguesa viu-se emboscada entre enfrentar o exército francês ou trair seus aliados ingleses. Dom João enxergou uma saída alternativa: a transferência da Corte e, portanto, da sede do Império, para o outro lado do Atlântico, milhares de quilômetros distantes da cobiça bonapartista.

Com a Corte viajou o então Marquês de Alegrete, Luís Teles da Silva, descendente direto de Manuel e, em razão disso, beneficiário do título e recebedor do ônus do enfrentamento com os espanhóis. Esse ônus, quando da transferência da Corte para o Brasil, parecia estar sendo aliviado do nobre português e, assim, a hereditariedade dos Marqueses de Alegrete no confronto com os espanhóis, cessaria.

Ledo engano. Coube ao Marquês de Alegrete a incumbência de ser Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Parafraseando Alberto Mussa (2014), “Nessa nova paisagem, nesse novo lugar, embora fosse diferente, havia, no entanto, os mesmos elementos: um rio grande, maior que os outros; uma lagoa grande, maior que as outras; uma serra ao fundo; (...) alguns rochedos, que ou eram pretos, ou lisos, furados, pontudos, pintados”¹; e o confronto com os espanhóis. Novamente, o confronto com os espanhóis.

Enviado, então, para o extremo sul do país, sob a ordem de que combatesse a ameaça espanhola, é muito provável que Luis Teles da Silva tenha sentido que, realmente, a herança

1 MUSSA, 2014, p. 217-218.

de sangue que recebeu era muito forte. O embate com os espanhóis era algo inescapável, estivesse em Alegrete, ou a um gigantesco oceano de distância. Cabia a ele, então, cumprir os desígnios da Coroa e, como de praxe, combater os espanhóis. Ainda que fosse nesse novo lugar quase virgem de civilização em diversos sentidos, tão diferente da Alegrete que deixava.

Embora tudo isso seja apenas conjecturas de um cunho mais especulatório-literário do que comprovado cientificamente, não deixa de ser curioso que Luis Teles da Silva, logo ele, tenha sido designado para ser Governador da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, na fronteira com territórios sob domínio espanhol. São curiosidades desse tipo que deram vazão a este projeto, saber mais sobre o trabalho do Marquês de Alegrete no território que viria a ser o Estado do Rio Grande do Sul, para que a especulação, que é bonita na literatura, dê lugar ao conhecimento.

Diante disso, advém a problemática proposta por este projeto: em que medida as estratégias administrativas e políticas do Império português se relacionavam com as ações tomadas pelo Marquês de Alegrete durante sua administração na Capitania de São Pedro? Nesse sentido, o presente estudo dedica-se a entender a trajetória do Marquês de Alegrete a partir de suas relações de poder, especialmente percebidas no período de sua administração como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818).

A trajetória do Marquês de Alegrete é fundamental para entendermos as diferentes estratégias políticas e administrativas do Império Português. Sendo um português pertencente à nobreza, percebe-se em sua trajetória as características propostas pela Coroa portuguesa para a melhor governabilidade de seu Império ultramarino.

Além disso, a análise da trajetória do Marquês de Alegrete se faz presente em um período em que a sociedade na qual se inseria tem como herança algumas práticas do Antigo Regime, as quais essa sociedade entendia e mantinha os meios para garantir uma posição na hierarquia econômica, social, política e mesmo administrativa.

Vale frisar que não há nenhum estudo específico sobre a trajetória do Marquês, que meramente figura como coadjuvante em obras e trabalhos que tem por objeto o Rio Grande do Sul - no período do Império Português. Esse, inclusive, é um fato que motivou a presente pesquisa.

O objeto dessa pesquisa é resultado não só da trajetória da autora no Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mas, em especial, de sua participação como bolsista no projeto de pesquisa “*Hierarquia social, trabalho e família na fronteira meridional do Brasil (século XIX)*”, orientado pelo Prof^o Luís Augusto Ebling Farinatti, durante o período

de 2010 a 2011. O objeto de estudo dessa pesquisa são as formas de hierarquização social na fronteira meridional do Brasil, ao longo do século XIX.

A partir do trabalho realizado no projeto supracitado, foi possível chegar à figura do Marquês de Alegrete e, assim, iniciar a pesquisa sobre este quando da execução do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História. A partir da experiência adquirida na pesquisa para este último, surgiu o interesse em dar continuidade à pesquisa sobre as relações de poder estabelecidas na administração do Marquês de Alegrete quando Governador da Capitania (1814-1818).

Investigar sobre as relações sociais e de poder na qual o Marquês de Alegrete pertencia (ou por ele construída), procurando analisar as relações de poder estabelecidas no processo de sua inserção na Capitania para a continuidade da governabilidade do Império Português era a meta deste projeto de pesquisa. Assim, tendo em vista o desenvolvimento dessa na Linha de Pesquisa “Integração, Política e Fronteira”, o estudo sobre a administração do Marquês de Alegrete e sua rede de relações sociais representa muito bem as estratégias de integração e política da Corte portuguesa na fronteira de seu Império.

Com base nessa problemática e no trabalho de Maria de Fátima S. Gouvêa (2001) que mostra as estratégias utilizadas pela administração portuguesa na forma de uma *economia política de privilégios*, no qual a distribuição de mercês e/ou privilégios o soberano retribuía o serviço de seus vassallos, mas também reforçava os laços e o sentimento de pertença desses com o Império Português, e o estabelecimento de trajetórias administrativas em determinados territórios no ultramar, percebe-se que são questões interessantes a serem analisadas quando do estudo da administração do Marquês. A trajetória administrativa desses homens formou uma memória de informações sobre as diversas partes do Império, pois estes circulavam por mais de uma região e exerciam as mesmas estratégias de governabilidade da Coroa portuguesa.

A administração do Marquês de Alegrete se dá num período em que, devido à transferência da Corte portuguesa ao Brasil, ocorrem inúmeras mudanças para então se estabelecer como centro administrativo do Império português, transformando o modelo de administração até então vigente, e fazendo com que modelos de administrações diferentes coexistissem (vide Capítulo 1). A partir disso que pode-se analisar a trajetória do Marquês de Alegrete como um homem a serviço da Coroa portuguesa quando assume o posto de Governador e Capitão-General da Capitania numa das fronteiras mais disputadas do Império português.

Para tanto, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de autores e estudos que

trabalham o contexto político, social e econômico do Império Português do início do século XIX, com ênfase nos trabalhos de: COMISSOLI (2011); DIAS (2005); FARINATTI (2010); GOUVÊA (2010); HESPANHA (2001); MARTINS (2014); MONTEIRO (2001 e 2014); SCHWARTZ (2011); VAINFAS, NEVES (2008). Esses e outros autores, que muito influenciaram esse trabalho, são abordados com maior atenção ao longo de cada capítulo desse estudo.

Quanto à metodologia, a redução de escala de análise pretendida pela micro-história italiana deve mostrar, inspirado na obra de Giovanni Levi (2001), os aspectos não revelados pela análise do macro, e assim, servir para reconfigurar uma visão mais ampla do processo. Assim, buscou-se uma análise em escala reduzida sobre as relações de poder do Marquês de Alegrete como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818), e a partir delas observar as estratégias políticas e administrativas da Corte portuguesa na fronteira do Império português.

Para a análise da rede de relações de poder do Marquês de Alegrete, utilizou-se do método de redes egocentradas, sendo o Marquês o ego, pois todas as correspondências analisadas são remetidas por ele as diversas autoridades da Capitania. Desse modo, obtêm-se com a reprodução da rede “una percepción global del universo relacional de los actores sociales, com el conjunto completo de sus interiocciones, la pluralidad de elementos que transitan a través de ellas y las conexiones entre esferas que produce y revela su acción”².

As fontes documentais analisadas no presente trabalho foram as correspondências oficiais expedidas pelo Marquês de Alegrete no período de sua administração como Governador da Capitania, durante os anos de 1814 a 1818. Essas fontes foram encontradas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), no livro de registro da correspondência expedida e de ordens e portarias dos Governadores e Capitães Gerais (1780-1821). Dessa forma, procurou-se analisá-las para então compreender as relações de poder que foram construídas pelo Marquês de Alegrete no período de sua administração como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

No primeiro capítulo, “*Um Marquês na fronteira sul do Império português*”, tem-se uma apresentação do objeto de estudo, o Marquês de Alegrete, e como se deu sua vinda para a Capitania. Trata-se também de como se dava o funcionamento da administração portuguesa em seus territórios além-mar, e como ocorreu a transferência da Corte portuguesa para o Brasil e as mudanças que aconteceram a partir disso. Sendo deveras importante para entender

² IMÍZCOZ; ARROYO, 2011, p. 133.

as diferentes estratégias políticas e administrativas do Império Português e como essas estão ou não presentes na trajetória administrativa do Marquês de Alegrete no período de sua administração como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

O capítulo dois, “*A partir das cartas do Marquês: a administração, as estratégias e a guerra em uma Capitania distante da Capital*”, procura-se analisar o contexto da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul antes da administração do Marquês de Alegrete e, a partir das correspondências oficiais expedidas, busca-se perceber como se deu sua trajetória administrativa na Capitania como Governador e Capitão-General, dividida em dois períodos: de 1814 a 1815, e de 1816 a 1818. Essa divisão foi feita para melhor analisar as correspondências do Marquês, pois se tratam de períodos distintos da sua administração, onde, nos primeiros anos, o governador está se estabelecendo na Capitania e, nos anos seguintes, forma fundamentos para a defesa, manutenção e expansão da fronteira em decorrência da guerra iminente.

Já o último e terceiro capítulo, “*Desvelando os nós: a rede administrativa do Marquês de Alegrete*”, buscou-se analisar todo o período de sua atuação como Governador da Capitania, e assim poder visualizar sua rede de relações, mas não como uma rede de relações sociais e sim como uma rede administrativa, concebida com o fim de manter as estratégias de integração e política da Corte portuguesa na fronteira de seu Império.

Diante de tudo isso, vê-se que o presente trabalho é uma análise em redução de escala do período colonial brasileiro, em especial da fronteira da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul nos anos de 1814 a 1818, através das correspondências oficiais expedidas pelo Marquês de Alegrete – nobre português designado a atuar como Governador e Capitão-General da Capitania - nesse período. Com essa análise, e a partir da reconstrução da rede de relações de poder do Marquês estabelecidas com as autoridades da Capitania, visa-se obter conhecimento acerca das práticas administrativas e políticas da época e também sobre as estratégias militares, políticas e administrativas desenhadas pelo Império Português e aqui aplicadas pelo enviado do Império, o Marquês de Alegrete.

UM MARQUÊS NA FRONTEIRA SUL DO IMPÉRIO PORTUGUÊS³

*“Mas deixemos o Velho Mundo,
tão triste e tão rendido à desesperança,
e volvamos ao Novo Mundo, tão jovem,
tão pleno de porvir e de fé”*

Alexandre Dumas⁴

O Marquês de Alegrete, nomeado Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1814, teve sua nomeação diretamente ligada aos acontecimentos que levaram a Corte portuguesa se transferir para sua “melhor e mais essencial parte” de seu Império, o Brasil. Assim, nesse capítulo busca-se uma análise da vinda do Marquês de Alegrete ao Brasil, ou seja, uma análise dos eventos que desencadearam a transmigração da Corte portuguesa para sua então colônia, como se deu a nomeação do mesmo para a Capitania mais ao sul do Império português remontando como funcionava a distribuição da nobreza em altos cargos nas diferentes partes de seu império.

1.1. O Marquês de Alegrete

Luís Telles da Silva Caminha e Meneses, o Marquês de Alegrete, nasceu em Portugal no ano de 1775, na capital do Império Português, Lisboa. Sendo de uma família nobre portuguesa, Luís Teles compartilhou de todas as benesses de sua condição social. Cresceu e viveu numa família de muita tradição na administração do Império português. Essa tradição

³ Durante o período da administração do Marquês de Alegrete, em dezembro de 1815, o Brasil foi elevado a Reino Unido de Portugal e Algarves. Essa elevação se deu “objetivando reforçar a frágil posição portuguesa no Congresso de Viena”, que “serviu de aval à permanência da corte no Rio de Janeiro” (VAINFAS; NEVES, 2008, p. 386), sendo uma forma de oficializar a posição do Brasil dentro do Império português. Assim, tendo em vista que essa mudança de alteração política do Brasil durante a administração do Marquês, ou seja, após os primeiros anos que este trabalho aborda, a título de uniformização estilística e evitando possíveis confusões, utilizar-se-á a denominação "Império Português" para ambos os períodos, como uma forma ampla de fazer referência à administração do território brasileiro. De qualquer forma, vale a ressalva de sobre essa mudança de configuração após dezembro de 1815, durante o período da administração do Marquês de Alegrete na Capitania. 4DUMAS, 2011. p. 52.

pode ser confirmada a partir das trajetórias de seus antepassados⁵. Nesse contexto e a partir dessa vasta carreira de serviços prestados à monarquia, o Marquês de Alegrete foi incluído na comitiva que acompanhou a família real portuguesa em sua viagem para o Brasil, em 1807.

“Na comitiva da família real, além de membros dos escalões secundários da nobreza, embarcaram 14 titulares: o duque de Cadaval; os marqueses de Alegrete, de Angeja, de Belas, de Lavradio, de Pombal, de Torres Novas e de Vagos; os condes de Belmonte, de Caparica, de Cavaleiros, de Pombeiro, de Redondo, e o visconde de Anadia.” (VAINFAS; NEVES, 2008, p. 356)

“Logo que aportou no Brasil, o príncipe regente viu-se obrigado a 'prover à subsistência dos titulares e demais fidalgos, assinando-lhes pensões pagas da sua Fazenda Real', porquanto esses nobres ao abandonarem Portugal ali deixaram seus bens e rendimentos.”⁶. Desse modo, anos depois da sua chegada ao Brasil que se deu junto da Corte portuguesa em 1808, o Marquês do Alegrete, Luís Teles, foi nomeado Governador da Capitania de São Paulo e, em 1814, nomeado Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, posto ao qual foi designado para o período de três anos, segundo consta a Carta Patente, datada na Corte do Rio de Janeiro, de 13 de julho de 1814, no mês de novembro do mesmo ano.

A nomeação do Marquês de Alegrete para Governador e Capitão-General se deu em razão de uma prática comumente utilizada pela Coroa portuguesa desde o princípio da colonização de seu Império ultramarino e que se manteve no período em que a sede do governo passou a ser o Brasil: o recrutamento de nobres portuguesas para os altos cargos administrativos das colônias portuguesas.

O cargo de governador de capitania foi instituído pela administração portuguesa para um melhor funcionamento das capitanias hereditárias em meados do século XVI, para a divisão e distribuição de terras na colônia. O governador e capitão de uma capitania

5 O primeiro Marquês de Alegrete foi Manuel Telles da Silva concedido pelo Rei D. Pedro II por carta de 19 de agosto de 1687, Sr. da Vila de Alegrete por mercê de 13 de novembro de 1679, foi 2º Conde de Vila Maior, foi Comendador da Comendas de Sua Majestade de Albufeira e de São João de Alegrete, dos Conselhos de Estado e Guerra de D. Pedro II e D. João V, seu Gentil Homem da Câmara, Regedor de Justiças, Vedor da Fazenda, Embaixador Extraordinário ao Eleitor Palatino. Seu filho, Fernão Telles da Silva, o 2º Marquês de Alegrete, foi também 3º Conde de Vila Maior, deputado da Junta dos três Estados, Embaixador a Corte da Alemanha a conduzir a Rainha D. Mariana da Áustria a Portugal, mulher de D. João V, do qual foi seu Gentil Homem da Câmara, do Conselho de Estado, Vedor da Fazenda, Censor da Academia Real. O 3º Marquês de Alegrete, Manuel Telles da Silva, foi 4º de Vila Maior e Gentil Homem da Câmara do Rei D. João V, Sr. De Alegrete e Comendador da Ordem de Aviz e da Décima, sendo o seu filho o 4º Marquês de Alegrete e 5º Conde de Vila Maior, deputado da Junta dos três Estados, Gentil Homem da Câmara do Rei D. José I e presidente da Câmara. Manuel Telles da Silva, 5º Marquês de Alegrete e 6º Conde de Vila Maior e seu filho Fernão Telles da Silva, 5º Marquês da Penalva e 4º Conde da Tarouca já não tem informações sobre suas funções, apenas a sua titulação. O mesmo se dá com o Marquês de Alegrete, Luís Telles da Silva Caminha e Meneses. (GAIO, 1938-1941)

⁶ VAINFAS; NEVES, 2008, p. 357

hereditária tinha o mando e a posse das terras atestadas pelo rei, ou seja, possuíam uma grande autonomia em suas decisões.

É certo que, a partir de 1549, os governadores-gerais eram a cabeça do governo do Estado, gozando de supremacia sobre *donatários* e *governadores das capitanias*, devendo estes obedecer-lhes e dar-lhes conta do seu governo. No entanto, essa dependência ficava bastante limitada pelo fato de que, simultaneamente, eles deviam obediência aos secretários de Estado em Lisboa. Essa dupla sujeição criava um espaço de incerteza hierárquica sobre o qual os governadores locais podiam criar um espaço de poder autônomo efetivo. Daí que a relação hierárquica entre governador-geral (ou vice-rei) e os governadores locais podia ser descrita, ainda nos inícios do século XIX, da forma seguinte: os governadores das capitanias eram autônomos no que respeitava ao governo local (“econômico”) das suas províncias, estando sujeitos ao governador-geral apenas em matérias que dissessem respeito à política geral e à defesa de todo o Estado do Brasil. (HESPANHA, 2001, p. 178)

Depois disso, houve uma série de reformulações quanto aos poderes exercidos pelos governadores, suas atribuições administrativas aumentaram - passando a integrar as Juntas de Justiça - e as Juntas da Fazenda, ambas criadas na segunda metade do século XVIII. Além disso, quanto à administração militar, o governador era o responsável por enviar ao rei as propostas dos postos vagos, as solicitações de concessão de licenças, passagens de um Corpo a outro. Também deveria seguir as ordens expedidas pelo Intendente-geral de Polícia, cargo criado em 1808, visando a manutenção da ordem pública.

No período em que o Marquês de Alegrete assumiu o cargo de Governador e Capitão-General de uma Capitania, a uma de suas atribuições era a concessão de sesmarias, “a forma mais tradicional, contínua e decisiva de concessão de terras no Brasil”⁷. Devido à denominação de Capitão-General na sua carta patente, o Marquês também era a maior autoridade militar da Capitania, sendo os demais militares subordinados a ele, mesmo não tendo autoridade quanto as patentes militares que passaram a ser responsabilidade do Conselho Supremo Militar e de Justiça, criado em 1808.

Diante disso, tem-se que o Marquês de Alegrete foi encarregado pela Corte que estava se estabelecendo no Rio de Janeiro e enviado para a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul para exercer uma função de primeira ordem, agregada de várias atribuições inerentes ao cargo em um local considerado importante para o Império português, em vista da sua localização fronteiriça. Porém, mais do que isso, o Marquês de Alegrete foi enviado para o sul do Brasil com a missão de implantar nesse longínquo território métodos da administração portuguesa, tornando-o mais próximo e similar da forma de governar que a Corte entendia como adequada, com o agravante de aqui ainda estarem presentes hábitos e práticas do Antigo

⁷ HESPANHA, 2001, p. 178.

Regime.

1.2. Dinâmica imperial: as estratégias de governabilidade da Coroa portuguesa

Em que pese o fato de que o Marquês de Alegrete ter vindo ao Brasil em virtude da transferência da família real portuguesa para a então colônia, convém recordar que a circulação da nobreza portuguesa no Império ultramarino português era muito comum. Ou seja, apesar do Marquês de Alegrete ter vindo para o Brasil apenas com o advento da família real a estas terras, sua trajetória política e administrativa nos mostra uma idéia de continuidade nas estratégias adotadas pelo Império português em relação às políticas a serem implantadas no Brasil.

Para tanto, deve-se levar em consideração a dinâmica imperial do Império português e seus domínios, onde “a conquista e a organização da sociedade nos trópicos pelos portugueses foram presididas por conjuntos de valores e sistemas de regras vindas da Europa meridional: a concepção corporativa de sociedade”⁸. Segundo esses princípios, a coroa articula o corpo social como um todo, em que o rei é a cabeça desse corpo e os indivíduos que constituem seus demais membros são ligados por laços de sentimento e pertencimento ao Império português, a uma monarquia pluricontinental.

Uma monarquia que vive dos recursos e das oportunidades de acrescentamento material, político e espiritual existentes nas áreas ultramarinas e oferecidos pelas suas dinâmicas de incorporação ao conjunto imperial. Monarquia constituída por grupos locais espalhados pelo império que igualmente dependiam do reconhecimento e do aval institucional da coroa para manter suas posições sociais diante das sociedades em que viviam. Monarquia pluricontinental porque ao mesmo tempo era uma monarquia corporativa. Coroa e ultramar eram faces de um mesmo edifício social, posto que ambos dependiam um do outro para se organizar como áreas de poder – político, econômico e cultural -, tendo suas jurisdições e prerrogativas reiteradas e reforçadas justamente pelos vínculos que os articulavam, formando, desse modo, o conjunto imperial. (FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, p. 19-20)

Desse modo, administração portuguesa de seu Império ultramarino, entre os séculos XVI e XVIII, se deu pela nomeação de grande parte de sua nobreza para os altos cargos no ultramar. Ou seja, desde o princípio da colonização temos essa circulação de nobres

⁸ FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, p. 15.

portugueses pelos altos cargos administrativos das colônias portuguesas. Como nos mostra Nuno Gonçalo F. Monteiro:

A nomeação de governadores reinóis e tão nobres quanto possível visava, aqui como em outras paragens, a colocar no comando de cada capitania quem maior independência se supunha assegurar em relação aos interesses ou facções locais. (...) A base essencial de recrutamento dos governadores radicava, assim, nas elites reinóis. Mais exatamente, no caso das capitanias brasileiras, com poucas exceções, no corpo de oficiais do exército de primeira linha português. (MONTEIRO, 2001, p. 280-281)

No trabalho de Maria de Fátima Silva Gouvêa (2001), pode-se perceber com clareza a partir de trajetórias administrativas de alguns portugueses⁹, que a Coroa portuguesa teve como principal estratégia a política de distribuição de cargos. Assim, as diversas partes do Império Português estavam entrelaçadas, pois era através das concessões de mercês e privilégios pela Coroa portuguesa, que se produzia uma hierarquização de recursos humanos, materiais e territoriais no além-mar.

Essa rede de hierarquia e poder que, através das mercês e privilégios concedidos pela Coroa, se estendiam desde o reino até o ultramar estabelecia laços de maior aproximação com os seus vassallos além-mar. “Tratava-se de um compartilhamento de poder, que obrigava a Coroa a governar por intermédio de um sistema de recompensas e incentivos, uma economia de agrados, e não do exercício da força e da autoridade.”¹⁰. Além disso, a trajetória administrativa desses homens formou uma memória de informações sobre as diversas partes do Império, pois estes circulavam por mais de uma região e exerciam as mesmas estratégias de governabilidade da Coroa portuguesa.

Desenvolvia-se, assim, uma maior percepção da diversidade dos problemas enfrentados, bem como a similitude de situações e estratégias passíveis de uso no exercício da soberania portuguesa em áreas tão distantes e díspares entre si. Dessa maneira, tomava também forma um complexo processo de hierarquização dos homens encarregados dessa gestão governativa, bem como dos espaços geridos. (GOUVÊA, 2001, p. 308)

Dessa forma, a administração portuguesa do império ultramarino utilizou-se de dois mecanismos essenciais para a sua melhor governabilidade: a *economia política de*

9 Exemplos como João de Lencastre, Lourenço de Almada, Antonio de Almeida Soares e Portugal e Antonio Álvares da Cunha. “Estes exemplos explicitam a associação gradativa, em um mesmo indivíduo, do exercício de altos cargos governamentais em diferentes territórios coloniais, bem como em instituições encarregadas da coordenação das políticas encaminhadas pela Coroa, como o Conselho Ultramarino, a Casa de Suplicação de Lisboa, dentre outras.” (GOUVÊA, 2001, p. 308)

¹⁰ SCHWARTZ, 2011, p. 11.

*privilégios*¹¹ e as trajetórias administrativas de nobres portugueses no além-mar. Esses mecanismos estavam intimamente ligados, pois é com a concessão de privilégios prevista pela primeira que a Coroa portuguesa “procurou hierarquizar, ao longo do tempo, as partes integrantes de seu Império, bem como os homens encarregados de exercer o seu governo”¹².

Diante disso, a *economia política de privilégios*:

deve ser pensada enquanto cadeias de negociação e redes pessoais e institucionais de poder que, interligadas, viabilizavam o acesso a cargos e a um estatuto político – como o ser cidadão –, hierarquizando tanto os homens quanto os serviços em espirais de poder que garantiam coesão e governabilidade ao Império. (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2000, p. 79)

Desse modo, a expansão ultramarina portuguesa resultou na conquista progressiva de territórios e a administração política desses territórios se deu a partir da transferência de uma série de mecanismos jurídicos e administrativos da metrópole. Embora, como mostra Antonio Manuel Hespanha:

A centralidade ‘do Império’ dissolvia-se num emaranhado de relações contraditórias entre uma multiplicidade de pólos, nos quais a coroa ocupava lugares e hierarquias diversas, frequentemente insignificantes, por vezes escandalosamente rebaixadas; e em que, em contrapartida, tanto se alevantavam poderes locais altaneiros, como as tais sombras dos ‘funcionários’ régios se alongavam em dimensões autônomas, cobrindo e dando legitimidade prática a toda a sorte de iniciativas e ousadias, que os regimentos rejeitavam e as cartas régias mal podiam coonestar. (HESPANHA, 2007, p. 58)

Por mais que as autoridades ultramarinas nomeadas pela Coroa portuguesa fossem obrigadas a se reportar a Lisboa, ao governo central, nem todas as leis se aplicavam da mesma forma em todo o Império Português no ultramar. Segundo Hespanha, “as leis não eram feitas para aplicar estritamente”¹³, isso porque a Coroa portuguesa precisa conservar a lealdade de seus vassalos no além-mar.

Hierarquizando os homens através dos privilégios cedidos em contrapartida à prestação dos ‘serviços’ de governo, produziam-se múltiplas espirais de poder, articuladas entre si, viabilizando uma governabilidade tão característica da forma como se exercia a soberania portuguesa sobre seu Império ultramarino. (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHOS, 2000, p. 83)

¹¹ A economia de política de privilégios consiste em “uma dada noção de pacto e de soberania, caracterizada por valores e práticas tipicamente do Antigo Regime” (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2000, p. 75). A partir da distribuição de mercês e/ou privilégios o soberano retribuía o serviço de seus vassalos, mas também reforçava os laços e o sentimento de pertença desses com o Império Português.

¹² FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2000, p. 81.

¹³ HESPANHA, 2007, p. 58.

Vale lembrar que o Marquês de Alegrete estava se inserindo numa sociedade ainda marcada pela herança de práticas do Antigo Regime, advindas da própria Coroa portuguesa. Essas práticas passadas pela Coroa aos seus administradores e governantes no ultramar, tinham por objetivo produzir uma maior identificação dos seus vassallos ultramarinos com o Império português. Dessa forma, a compreensão do Antigo Regime se faz necessária para entender a organização dessa sociedade e a lógica da hierarquização e de exclusão social exercida por este, pois os seus princípios não ficaram restritos em Portugal, mas foram levados ao seu Império ultramarino.

Antes de tudo, a hierarquia social colonial deriva daquilo que denomino de Antigo Regime nos trópicos. Portanto, além de seus aspectos econômicos, seria forjada por vetores políticos e culturais, onde os grupos sociais se percebiam e eram percebidos por suas *qualidades*. Como se sabe, na antiga sociedade lusa cabia ao governo cuidar do *bem comum* da *República*: dirigir a organização social e política das regiões, sendo isto feito pelas pessoas de melhor *qualidade* da localidade – reunidas na Câmara – e pelos ministros do Rei, ambos subordinados à Coroa. (FRAGOSO, 2002, p. 44)

Em Portugal, essas relações sociais se manifestam sob a lógica do dom. Segundo Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha baseava-se numa tríade de obrigações: dar, receber e restituir. Para cada benefício concedido a uma pessoa havia o dever de retribuição, denominado *contra-dom*. Essa lógica estava arraigada em todos os segmentos daquela sociedade e servindo de base para as suas relações políticas e sociais.

O dom podia acabar por tornar-se um princípio e epifania de Poder. Assim, era frequente que o prestígio político de uma pessoa estivesse estreitamente ligado à sua capacidade de dispensar benefícios, bem como à sua fiabilidade no modo de retribuição dos benefícios recebidos. (XAVIER; HESPANHA, p. 382)

Esses princípios, a lógica do *dom* e *contra-dom*, também se reproduziram nas sociedades do Império Português ultramarino, ou seja, a sociedade da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul na qual o Marquês de Alegrete buscava se inserir ainda possuía heranças desta mesma lógica. Dessa maneira, pode-se observar através do trabalho de Hespanha (2007), que as práticas do Antigo Regime se faziam presentes também no sul do Brasil, pois a administração portuguesa do seu reino se viu refletida no seu Império no ultramar. Certamente, essa “importação” de práticas administrativas portuguesas no modo de governar no império ultramarino era usual, posto que os administradores destas terras eram portugueses, ou, ao menos, enviados escolhidos pelo Império português, com o intuito de

manter as práticas governamentais daqui alinhadas com as do poder central. É como revela o autor:

E, realmente, porque é que os portugueses haviam de ter como desígnio construir, no Brasil, uma sociedade diferente daquela que conheciam e em que viviam. (...) A colonização europeia foi, toda ela, euro-cêntrica; isso estava implícito quer no conceito de *evangelizar*, como no de *civilizar*. (HESPANHA, 2007, p. 61)

Vale dizer que a permanência das práticas do Antigo Regime ao sul do Império português no Brasil se deu muito em razão dos constantes conflitos territoriais entre portugueses e espanhóis.

Dificilmente houve na América lusa, no século XVIII, fronteira mais conflituosa que a do extremo-Sul. As antigas práticas de Antigo Regime, tais como o sistema de distribuição de mercês da Coroa, a composição de uniões endogâmicas e exogâmicas das famílias com nobreza – de sangue ou por direito de conquista –, relações de compadrio e outras alianças que criavam vínculos de reciprocidade como fomentadores da hierarquia social lusa, encontraram solo fértil nas aventuras de conquista e reconquista dos territórios meridionais. (HAMEISTER; GIL; 2007, p. 290)

Desse modo, a conquista e a reconquista dos territórios ao sul do Brasil, foi um meio para que os indivíduos que participaram desses eventos recebessem do poder central, da Coroa portuguesa, benesses pelos seus serviços prestados. Ter participado da conquista, da povoação e da defesa desses territórios dava a esses homens o poder de negociar com a Coroa portuguesa. “O que punha esta dinâmica em movimento era uma *economia política de privilégios*”¹⁴.

Essa foi uma prática muito recorrente em Portugal quando das guerras de reconquista de seus territórios tomados na invasão árabe da península e, através dela pode-se notar o alargamento da herança dessas práticas na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul quando da posse do Marquês de Alegrete em 1814. Pois no período da sua administração dessa Capitania, como ver-se-á nos capítulos seguintes, a fronteira sul do Império português ainda estava em disputa, e a partir da correspondência do Marquês¹⁵, pode-se perceber que a Coroa portuguesa ainda se valia dessas práticas com as autoridades locais da Capitania:

¹⁴ FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO; 2000, p. 78.

¹⁵ Do mesmo teor da correspondência acima mencionada, foram enviadas pelo Marquês de Alegrete aos comandantes militares da Capitania: Tenente General Manuel Marques de Souza; Brigadeiro João de Deus Mena Barreto; Brigadeiro Francisco das Chagas Santos; Tenente Coronel José de Abreu; Bento Correa da Câmara; Sebastião Barreto Pereira Pinto e, Pedro da Silva Gomes.

Ilmo, Exmo, Sr. Dirijo a V. Ex^a. os meus cordiais parabéns pelo Despacho que Sua Majestade acaba de conferir-lhe e sei que V. Ex^a. há de receber-los com a maior satisfação, pelas mercês que o mesmo Augusto Senhor distribuiu tão generosamente ás Tropas dessa Capitania. Remeto a V. Ex^a. por copias a Carta Régia, Promoção e Decreto que acompanhou, e outrossim a copia do Decreto de perdão de deserção que V. Ex^a. fará publicar nessa Fronteira com as solenidades de estilo. Deus Guarde a V. Ex^a. Porto Alegre, 30 de agosto de 1817. Marquês de Alegrete. Sr. Patrício José Correa da Câmara.

Contudo, não se pode dizer que, ainda nesse início do século XIX, todas essas características de Antigo Regime eram vigentes nos modos de governar. De fato, uma série de mudanças passam a ocorrer a partir de 1750, com Marquês do Pombal na administração do rei José I. Dentre elas, uma das primeiras medidas tomadas foi tornar as secretarias de Estado o centro da decisão política e administrativa do governo e, observa-se a partir daí, medidas instituídas em diferentes âmbitos como: no comércio, na administração e no fiscal, na guerra e política internacional¹⁶.

No que diz respeito às medidas tomadas em relação ao comércio, “a legislação josefina visava, ao mesmo tempo, incentivar a produção de bens exportáveis do Brasil e impor e preservar o monopólio português do comércio com os seus portos, reprimindo o contrabando e a atuação de todos os agentes reais ou encapotados dos ingleses”¹⁷. Para isso, foram criadas as companhias comerciais monopolistas: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759).

No campo administrativo e fiscal, foram extintas as Capitânicas hereditárias (1754), em que a Coroa tomou para si as capitânicas cedidas aos donatários desde o século XVI, embora se tenha mantido a divisão espacial dessas capitânicas. Foram criadas em todas as capitânicas as Juntas da Fazenda, que deveriam seguir as regras do Erário Régio, instituição essa criada em 1761, para centralizar a gestão das contas públicas.

Em meio a isso, em decorrência da guerra dos sete anos¹⁸ (1756-1763), a política internacional foi um dos mais importantes feitos do governo desse período, pois veio a colocar em risco novamente as possessões portuguesas na América, mais precisamente a Colônia do Sacramento, sendo esta invadida pelos inimigos ibéricos de Portugal em 1762. Esse acontecimento que culminou com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777)¹⁹, mostrou a vulnerabilidade da fronteira sul do Brasil, no qual “não mais a tensão militar

¹⁶ Foi dada ênfase aqui as mudanças que ocorreram na administração do Marquês do Pombal que tiveram efetividade direta no governo do Brasil.

¹⁷ MONTEIRO, 2014, p. 128.

¹⁸ Na Europa, França e Espanha guerreavam contra a Inglaterra. Portugal se recusou a fechar os portos a navios com a bandeira inglesa, sua aliada, e teve várias cidades invadidas.

¹⁹ Tratado no qual a Espanha ficou com a posse da Colônia do Sacramento e Portugal com os territórios dos Sete Povos das Missões.

desapareceu do Brasil”²⁰, tornando as despesas militares uma norma para todas as capitanias do Brasil.

Em 1763, institui-se o Vice-Reino do Brasil, com sua sede no Rio de Janeiro. Embora com um vice-rei na nova sede do governo, o Rio de Janeiro, isso não alterou o modo como se dava a administração da colônia portuguesa, ou seja, o vice-rei não tinha autoridade sobre as demais capitanias.

Nesse particular, a regra de que “na prática (...) a autoridade os vice-reis do Brasil do século XVIII se restringia à sua capitania-geral exceto em circunstâncias extraordinárias” manteve-se sem alteração apreciável. Como também já foi sublinhado, pode parecer surpreendente que “o marquês de Pombal, geralmente por centralista, não tenha colocado os capitães-generais (...) totalmente sob o controle e a disciplina dos vice-reis”. (MONTEIRO, 2014, p. 133)

Embora a administração centralizadora do Marquês de Pombal tenha tido um efeito limitado no modo de governo nas capitanias do Estado do Brasil, em Portugal, a concepção corporativa de sociedade e do poder perdia força, ainda que não se extinguisse por completo. Em seu lugar, ganhava vigor um paradigma individualista, o contratualismo absolutista.

(...) que concebe o pacto social como transferindo para os governantes todos os poderes dos cidadãos, e como definitivo. Esgotando-se os direitos naturais naqueles transferidos e não se reconhecendo outra fonte válida de obrigações (nomeadamente, a religião), o soberano ficava, então, livre de qualquer sujeição (a não ser a de manter a forma geral e abstracta dos comandos, o que distinguiria o seu governo da arbitrariedade do governo despótico). (HESPANHA; XAVIER, 1998, p. 118)

Mesmo após a queda do Marquês de Pombal em 1777, não houve grandes mudanças no modo de governo da colônia portuguesa na América. Quando D. Maria I assume o trono, as secretarias de Estado se mantêm como centro da administração e política da Corte. Desse modo, mesmo que as práticas herdadas pelo Antigo Regime ainda fizessem parte da sociedade da colônia portuguesa, pode-se dizer que a administração de Pombal transformou o Estado português no centro administrativo de todo o Império, com vistas a um maior controle, mais uniforme e racionalista.

No caso do Brasil, isso só vai ser levado a cabo com a transferência da Corte portuguesa em 1808, quando essa centralização do poder vai se dar nas capitanias em razão da presença do rei no Brasil, tendo os governadores de se submeter diretamente ao centro da administração. Nesse mesmo momento, as reformulações mercantilistas vão dar espaço a ideias em favor à liberdade de comércio, que foram o diferencial desse período da

²⁰ MONTEIRO, 2014, p. 136.

administração portuguesa no Brasil.

A transferência da corte para o Brasil fez-se num momento histórico de transição, na Europa ocidental, do Estado absolutista para o Estado liberal. A este aspecto deve ser acrescentada a necessária adaptação da máquina pública ao seu novo habitat, no Brasil, quer em relação a este, quer em relação ao conjunto dos domínios, inclusive Portugal. Por essas diferentes razões, a estrutura e a dinâmica do estado joanino no Brasil apresentaram elementos às vezes contraditórios e quase sempre polêmicos na própria época. Havia traços de continuidade com a monarquia tradicional, como alguns órgãos e instituições considerados anacrônicos e também com o reformismo ilustrado pombalino. (VAINFAS; NEVES, 2008, p. 33)

Diante disso, pode-se perceber que as mudanças instituídas pela Coroa portuguesa buscavam transformar o modelo de administração até então vigente, fazendo com que os dois modelos distintos tratados aqui coexistissem. É nesse período que o Marquês de Alegrete assume o posto de Governador e Capitão-General da Capitania numa das fronteiras mais disputadas do Império português.

1.3. A transferência da Corte portuguesa para o Brasil

A vinda do Marquês de Alegrete ao Brasil e, logo depois, à Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, está ligada diretamente à transferência da Corte portuguesa para o Brasil, decorrente do conjunto de circunstâncias que agitavam a Europa desde 1789. Na época, o continente europeu passava por um período de grande instabilidade, fruto das campanhas expansionistas de Napoleão Bonaparte, Imperador da França. Essas campanhas, levaram o exército de Bonaparte até Portugal. Assim, a guerra que assolava toda a Europa, havia chegado às portas da nação lusitana.

Uma das armas de Napoleão era o intitulado “bloqueio continental”²¹, estratégia econômica que consistia em fechar os portos do continente europeu, com vistas a prejudicar, senão arruinar completamente, o comércio do Império Britânico, seu inimigo. Vale lembrar que o comércio marítimo era uma das principais fontes de riquezas dos ingleses naquele momento, de forma que o golpe de Bonaparte, se bem sucedido, feriria gravemente sua

21 O bloqueio continental foi a proibição proposta pelo então imperador Napoleão I da França, com a emanção, a 22 de novembro de 1806, do decreto de Berlim, que consistia em impedir o acesso a portos dos países então submetidos ao domínio do Primeiro Império Francês (1804-1814) a navios da Grã-Bretanha. O objetivo do bloqueio era atingir a economia britânica. Com a derrota em Trafalgar, a França não teria mais condições de contestar o domínio inglês dos mares nem teria a possibilidade de invadi-la com uma expedição de tropas transportadas via marítima. (HOBSBAWM, 2007)

grande rival. Uma vez que Portugal era aliada dos ingleses, o embargo econômico promovido pelo Império Francês atingiu diretamente, gerando consequências para a Corte portuguesa e, obviamente, a colocando em uma situação muito delicada²². Aos portugueses pareciam existir duas opções: manter-se ao lado de sua tradicional aliada, a Inglaterra e enfrentar todas as consequências e mazelas do bloqueio bonapartiano ou, ao revés, render-se ao estrategema francês e abandonar o apoio ao Império Britânico, unindo-se ao bloqueio continental imposto.

Após o tratado de Tilsit²³ firmado com Alexandre I da Rússia, os representantes da França e de Espanha em Lisboa entregaram ao príncipe-regente de Portugal, D. João, as determinações de Napoleão: Portugal teria que aderir ao bloqueio continental, fechar os seus portos à navegação britânica, declarar guerra aos ingleses, sequestrar os seus bens em Portugal e deter todos os cidadãos ingleses residentes no país. O Império Português acabava de receber um ultimato. Era preciso escolher entre um dos lados, ou França, ou Inglaterra. Render-se a Bonaparte como fez sua vizinha Espanha e a Rússia, ou lutar ao lado de sua tradicional aliada, enfrentando as eventuais consequências.

De fato, após a assinatura dos tratados de Tilsit (1807), que estabeleceram os termos de paz entre França e os derrotados Império da Rússia e reino da Prússia, Napoleão voltava-se com toda a disposição para a guerra no *front* ocidental, onde projetava enfrentar a longa resistência inglesa fazendo valer as disposições do bloqueio dos portos continentais ao comércio inglês, uma vez que aquele país se mostrava irredutível nos confrontos marítimos. O bloqueio, que vedava ao comércio britânico todos os portos situados em territórios aliados ou sob domínio direto dos franceses, havia sido decretado em 1806 e visava estrangular a economia inglesa e forçar sua rendição, estratégia que vinha fracassando devido a continuada aliança política e comercial entre Inglaterra e Portugal. (MARTINS, 2014, p. 689)

Esquivando-se da política francesa, Portugal ficava a mercê de Napoleão e suas tropas devido à vulnerabilidade de sua fronteira, ainda mais agravada pela rendição espanhola ao Imperador Francês; entretanto, de outro lado, aderindo ao bloqueio continental, além de ir contra a sua tradicional aliada, Portugal arriscava a perda do Brasil para os ingleses, haja vista o permanente interesse inglês pela colônia portuguesa que, com a ruptura de uma aliança

22 “O grosso do seu comércio fazia-se com aquele país, e os ingleses tinham grandes interesses no território português. Oferecia um ponto de apoio para a frota britânica e servia de base para o comércio de contrabando inglês com o Império Francês. Lisboa era, em 1807, um dos portos mais ativos da Europa: centro do comércio neutro e do comércio indireto britânico. Desse porto, e de outros centros portugueses, mercadorias inglesas iam à Espanha e outros países do continente, França inclusive.” (BARRETO, 2003, p. 77)

23 Os Tratados de Tilsit foram celebrados pela França de Napoleão I com a Rússia, em 1807. O tratado com a Rússia pôs fim à guerra com a França e à quarta coligação europeia contra este último país. O czar Alexandre I, que vinha da derrota na Friedland, procurava ganhar tempo contra os franceses (e lhe foi permitido invadir a Finlândia). Napoleão, por sua vez, buscava associar a Rússia ao bloqueio continental e assim forçar a Inglaterra a capitular. Além disso, o tratado estabeleceu a abolição da Dinastia de Bragança, Casa Real Portuguesa. (HOBSBAWM, 2007)

dessa natureza, certamente aumentaria. Assim, o Príncipe Regente, D. João, tentou ganhar tempo para tomar a melhor decisão política diante dessas circunstâncias. Contudo, suas hesitações em tomar uma decisão definitiva, em escolher um lado, propiciou uma política dúbia que não satisfazia a nenhuma das interessadas, Inglaterra ou França.

Em agosto de 1807, entretanto, o príncipe regente dom João recebeu em Lisboa o ultimato de Napoleão Bonaparte: Portugal deveria, em cerca de um mês, definir-se pela adesão ao bloqueio continental, declaração de guerra aos ingleses e perseguição de seus bens e interesses no país. A consequência da não aceitação desses termos, assim se entendia, implicaria em imediata invasão do país por tropas francesas e a destituição da dinastia de Bragança. (MARTINS, 2014, p. 686)

Quando o ultimato francês foi entregue em Lisboa, Portugal viu a gravidade da sua situação, a sua indecisão em tomar uma atitude estava pondo em risco o seu sistema político vigente: a monarquia. Assim, os representantes da Inglaterra²⁴ tentavam persuadir o Príncipe Regente, D. João, que a transferência da família real portuguesa para o Brasil²⁵ era a melhor solução e, para tanto, oferecia a sua esquadra como escolta.

A partir disso, a Coroa portuguesa, com o apoio inglês, firmou a decisão de que o Príncipe da Beira - D. Pedro, herdeiro do trono - partiria para o Brasil, levando o futuro da Coroa portuguesa para a “segurança” da colônia, longe da devastadora guerra européia. Além disso, caso as tropas francesas invadissem o território português, o Príncipe Regente D. João e o restante da família real portuguesa também embarcaria para o Brasil, transferindo a administração do Império Português para o continente americano.

De outro lado, publicou-se edital tornando público o decreto do Príncipe Regente que determinou o fechamento dos portos portugueses aos navios de guerra e mercantes da Grã-Bretanha. Ou seja, ao mesmo tempo em que a Coroa Portuguesa articulava com os britânicos a sua transferência ao Brasil, ela enviava sinais a Bonaparte de que estava cumprindo os seus desígnios, fechando seus portos à Inglaterra e rompendo quaisquer relações comerciais com a mesma.

Em um ato contínuo, três dias após a publicação do decreto que fechou os portos portugueses para navios britânicos, o Príncipe Regente deu parte aos seus ministros dos

²⁴ À Inglaterra interessava impedir que a esquadra portuguesa caísse nas mãos de Napoleão Bonaparte se este invadissem Lisboa, pois os navios portugueses se encontravam concentrados no rio Tejo à mercê de um ataque francês. Além disso, interessava também, que se os franceses tomassem o reino, Portugal, não tivessem como tirar proveito das colônias portuguesas, especialmente o Brasil, nem estabelecessem sua influência naquele lado do Atlântico.

²⁵ A ideia da transferência da Corte portuguesa para o Brasil já havia sido “concebida, desde o século XVII, como solução de emergência em momentos de crise” (VAINFAS; NEVES, 2008, p. 426), como em 1801 com a Guerra das Laranjas, em que o príncipe regente foi recomendado retirar-se ao Brasil onde poderia ameaçar as colônias espanholas e aumentar seu império.

preparativos da viagem do Príncipe da Beira, D. Pedro ao Brasil, adiantando que essa viagem, embora prevesse apenas a ida do herdeiro, poderia, eventualmente, ser de toda a família real se as circunstâncias assim se impusessem. Finalmente, o Príncipe D. João decidiu escrever para a Espanha e a França.

Antes de receber qualquer resposta, Napoleão já dera ordem de marcha através da Espanha para um exército sob o comando de Jean-Andoche Junot. Não se sabia ainda se as tropas se dirigiam para Portugal, avaliando-se as posições das potências. Entretanto, parece claro que a posição dúbia da Coroa Portuguesa, mesmo com a publicação do referido Decreto, não amainou o ímpeto de Bonaparte, que se mostrava cauteloso, inclusive vindo a modificar a cláusula imposta aos portugueses em que pedia o sequestro dos bens e pessoas de nacionalidade britânica.

Após intensa pressão diplomática e sem que obtivesse um claro rompimento das relações luso-britânicas, Napoleão decidiu-se por invadir o território de Portugal. Para tanto, as tropas napoleônicas necessitavam avançar por terra em território espanhol até ao território português, dado que os mares eram controlados pelas embarcações da Marinha Real Britânica. Napoleão já havia aprendido em Trafalgar²⁶ que o confronto com a Marinha Real Britânica não era a melhor das estratégias e devia ser evitado, sempre que possível. Desse modo, em outubro de 1807, o ministro espanhol Manuel de Godoy e o próprio Napoleão Bonaparte firmaram o tratado de Fontainebleau, por cujos termos estabelecia-se a divisão das terras conquistadas de Portugal e suas dependências por ambos os signatários. Complementarmente, era permitida a passagem de tropas francesas pelo território espanhol a fim de invadir Portugal.

Confirmavam-se os propósitos de Napoleão em relação a Portugal. Não restava alternativa, segundo a análise da Corte Portuguesa, senão a retirada de toda a família real e do governo português para o Brasil. A decisão de transferir a Corte para o Brasil, porém, já ficara resolvida na convenção secreta²⁷ subscrita em Londres. Quando o príncipe regente recebeu a

26 A Batalha de Trafalgar foi travada entre a Marinha Francesa e a Marinha Real Britânica em outubro de 1805. Na oportunidade, uma armada francesa e espanhola de 33 navios, comandada pelo Almirante Pierre Villeneuve foi abordada por 27 navios britânicos, comandadas pelo então Vice-Almirante Horatio Nelson. Os ingleses sagraram-se vencedores, ainda que seu comandante tenha perecido em batalha, lesando a armada inimiga em 22 navios, entre afundados ou conquistados e tomando o controle do Atlântico e do Mediterrâneo.

²⁷ Foi um tratado internacional celebrado entre Portugal e Inglaterra em 22 de outubro de 1807, que tratava sobre a transferência para o Brasil da sede da Monarquia Portuguesa, e ocupação da temporária da Ilha da Madeira por tropas britânicas. Além disso, “cuidava o acordo de impedir que a marinha portuguesa, militar ou mercante, caísse em mãos francesas e previa que, depois de estabelecido no Brasil, o Governo português negociaria um tratado de auxílio e comércio com a Grã-Bretanha”. (BARRETO, 2003, p. 78) Isso foi cumprido no momento da chegada de D. João a Bahia, no dia 28 de janeiro de 1808, ao realizar a abertura dos portos, medida tomada que abria o comércio com as nações estrangeiras, o que beneficiava a Inglaterra, no momento a única a negociar com

notícia da marcha das tropas francesas em território português, embora hesitante, D. João decidiu embarcar o quanto antes toda a família real e o governo, servindo-se da esquadra britânica que já estava pronta para a partida do Príncipe da Beira.

Tal viagem, no entanto, representava maneira de garantir a integridade da monarquia que somente estaria assegurada por meio da preservação dos domínios americanos, cujo os recursos naturais e humanos sobrepunham-se aos do próprio Reino. Além do mais, cumpria tomar uma decisão em favor da antiga aliada Inglaterra. Vale lembrar, que a manobra, naquela altura, tinha precedentes, pois tanto o rei do Piemonte quanto o das Duas Sicílias, para salvar a Coroa ao longo das guerras napoleônicas, já haviam se ausentado “temporariamente de suas capitais e Estados”, também protegidos pelos ingleses. Nenhum deles, porém, ousara enfrentar a aventura de cruzar um oceano. (NEVES, 2011, p. 76)

Finalmente, em 1807 o Imperador Francês invadiu Portugal e, no ano seguinte, a Espanha. A intervenção leva à fragmentação do Império espanhol, como também em suas colônias. No Brasil, o efeito é contrário, a transferência da família real e a cidade do Rio de Janeiro abriu caminho para um desenvolvimento da colônia e de uma autonomia livre de fragmentação. A política externa de Portugal passou a ser decidida a partir de sua colônia, o Brasil. O continente americano se tornou sede, pela primeira vez, de um império europeu. Como bem coloca a autora Maria Fernanda Vieira Martins:

É hoje difícil imaginar o imenso volume de projetos, expectativas, esperanças e prognósticos sombrios que se reuniam entre aqueles que deixavam o porto de Lisboa naquela madrugada de 29 de novembro de 1807, quando a esquadra portuguesa, comandada pelo vice-almirante Manuel da Cunha Souto Maior, levantou âncoras rumo aos Estados da América. Aquelas naus, fragatas e escunas, que conduziam ao Brasil príncipes, rainhas e nobres de Portugal, além das gentes, bagagens e utensílios de todo o tipo, destinados a garantir-lhes um mínimo conforto nas selvagens terras da conquista, levavam também, em alguma medida, os destinos de Brasil e Portugal. Assim, é difícil imaginar o quanto se sabia que este evento iria trazer profundas transformações, alterando, sem possibilidade de retorno, os caminhos da história de ambos os países e daqueles que a faziam nos dois lados do Atlântico. (MARTINS, 2014, p. 685)

Após a partida de Portugal, escoltados pelos ingleses, a esquadra que levava a Corte portuguesa para o Brasil chegou à Bahia em janeiro de 1808. Desembarcando em Salvador, para uma curta estada, onde então o Príncipe Regente D. João assinaria o Decreto de abertura dos portos às nações amigas. Desse modo, através desse decreto, as práticas mercantilistas

Portugal devido a guerra na Europa. E em 1810, foi assinado o Tratado de Comércio e Navegação, entre Portugal e Inglaterra, no qual ficava evidente a dependência da Corte portuguesa perante os ingleses, pois o acordo refletia as circunstâncias ocorridas na Europa. “Do ponto de vista português, o tratado negociado então teria a finalidade de renovar antigos acordos e conservar o auxílio inglês na defesa da Monarquia bragantina. (...) O governo português tinha os olhos no território europeu da Monarquia ao negociar o tratado. Mas a Inglaterra tinha-os voltados para o Brasil” (Ibid, p. 94)

impostas no governo de Marquês do Pombal findaram-se. Ou seja, um dos primeiros atos da administração joanina extinguiu um dos pilares que fez parte do governo anterior, aderindo aos ideais do liberalismo econômico.

A vinda da Corte para o Brasil e a opção de fundar um novo Império nos trópicos já significaram por si uma ruptura interna nos setores políticos do velho reino. Os conflitos advindos das cisões e do partidarismo interno do reino desde a Revolução Francesa iriam se acentuando com o patentear das divergências entre portugueses do reino e portugueses da nova Corte. Como tempo a dissidência doméstica tenderia a intensificar-se. O importante é integrá-la como tal no jogo de fatores e pressões da época sem confundir-la com uma luta brasileira nativista da colônia *in abstracto* contra a metrópole, o que nos levaria de volta à distorção dos mitos. A história da emancipação política do Brasil tem a ver, no que se refere estritamente à separação política da Mãe Pátria, com os conflitos internos e domésticos do reino, provocados pelo impacto da Revolução Francesa, tendo mesmo ficado associado à luta civil que se trava então entre as novas tendências liberais e a resistência de uma estrutura arcaica e feudal contra as inovações que a nova Corte do Rio tentaria impor ao reino. (DIAS, 2005, p. 12-13)

Feito isso, o próximo passo da Corte portuguesa foi deixar Salvador rumo ao Rio de Janeiro, a capital da colônia, desembarcando no cais do Largo do Paço. Apesar de capital deste lado do Império português, o Rio de Janeiro da época pouco ou nada tinha em similar com a Lisboa deixada para trás pela Corte, como refere Schwarcz:

Para além do calor e dos mosquitos, o Rio de Janeiro, apesar de ter se transformado, em 1763, em capital da colônia, não passava de uma vila acanhada. No início do século XIX seu núcleo principal mantinha-se limitado pelo morro do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. O ponto central ficava próximo do morro do Castelo e era a partir de lá que a cidade se espalhou por quatro freguesias: Sé, Candelária, São José e Santa Rita. (...) Como capital do Império português, o Rio de Janeiro deixava muito a desejar (...) Por isso, logo na chegada, o governo português passou a implementar uma espécie de “processo civilizatório”, que incluía o estabelecimento das principais instituições da metrópole, (...) afinal, fazia-se necessário, e com urgência, importar e transplantar práticas que, originalmente em Portugal, faziam a máquina do Estado governar. (SCHWARCZ, 2011, p. 206-207)

Com a instalação da corte portuguesa no Brasil, fixando sua sede na cidade do Rio de Janeiro, iniciaram-se as modificações referentes às instituições políticas e administrativas para estabelecer as novas condutas e conjunturas de que necessitava a situação em que se encontrava o novo Império luso-brasileiro. Um dos primeiros passos nesse sentido foi a destituição do Ministério a época e foi organizado um novo Gabinete composto por d. Rodrigo de Sousa Coutinho para a pasta de Negócios Estrangeiros e da Guerra, d. Fernando José de Portugal e Castro para Negócios do Reino e d. João Rodrigues de Sá e Menezes para os Negócios da Marinha e Ultramar. “(...) Tal Ministério corroborava a influência do grupo dos que defendiam as reformas necessárias para arrancar das garras de seu tradicional atraso o

Império português”²⁸.

Além disso, foram recriados no Rio de Janeiro, sem que seus semelhantes fossem extintos em Portugal: o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Mesa da Consciência e Ordens; Casa de Suplicação do Brasil; a Real Junta do Comércio e Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos; a Chancelaria-Mor do Estado do Brasil; a Intendência Geral da Polícia; o Erário Régio e o Conselho da Fazenda.

Ainda, foram criadas pela administração portuguesa no Brasil: duas novas Relações, a do Maranhão e a de Pernambuco; a Impressão Régia; a Real Fábrica da Pólvora; o Real Horto; a Academia Militar; a Escola Cirúrgica no Hospital de Misericórdia; a Academia dos Guardas-Marinhas; a Biblioteca Real; o Museu Nacional; a Escola de Ciências, Artes e Ofícios; e o primeiro banco instituído no Brasil, o Banco do Brasil.

Essas medidas tomadas por D. João como regente se fizeram necessárias, pois, nesse momento, o Brasil passava a ser o centro de todas as decisões políticas e administrativas de um novo império que pretendia-se criar.

A reconstrução desse aparelho central e das principais estruturas administrativas da Coroa portuguesa, do outro lado do Atlântico, contribuiu desse modo, para um alargamento para a centralização de poder na cidade do Rio de Janeiro, que passou a figurar, com o passar dos anos, como a nova metrópole em relação às demais capitanias do Brasil. O Rio de Janeiro converteu-se em palco de um *processo civilizatório* que Maria Odila da Silva Dias denominou “interiorização da metrópole”. A cidade constituiu-se como centro de difusão dos *modos* civilizados da Europa ilustrada para todo o território da ex-colônia. (NEVES, 2011, p. 80)

Como se vê, o governo joanino buscava tornar o Rio de Janeiro o epicentro das decisões administrativas de todo o Império luso-brasileiro. Era daquela cidade que o governo português guiava o navio do destino de todo o império. Buscava-se tornar aquela cidade, parafraseando a citação acima, um arremedo de capital européia. Dada a situação em que Portugal se encontrava, invadida e cercada por franceses e espanhóis, não restava outra alternativa à Corte que não essa, recriar o possível do então existente na antiga sede na nova capital do Império, para que o futuro do Império fosse resguardado.

1.4. A fronteira sul do Império português

28 MARTINS, 2014, p. 695.

Um das questões necessárias a ser resolvidas dentro do projeto da administração portuguesa para o futuro de seu império era a questão das fronteiras. Invariavelmente, o Príncipe Regente D. João voltou sua atenção para a política de fronteiras do Brasil. Não podia ser diferente, tratava-se de questão deveras importante na época, especialmente em razão do fato de que suas fronteiras se davam, essencialmente, com colônias do Império Espanhol, seu vizinho e rival europeu, e uma colônia francesa. Ou seja, assim como em Portugal, o Império português no Brasil via-se cercado de inimigos. Dado o que se deu no velho continente, era inevitável que a Corte alimentasse um desejo de retaliação em relação aos seus invasores. Além disso, entendia a Coroa que era necessário que se fizesse a definição, de fato, do território que agora governa. Nesse intuito, a atenção do Príncipe em relação às fronteiras brasileiras voltou-se, mormente, para a região do Prata, com o objetivo de anexar a Banda Oriental ao Brasil.

A política externa conduzida pela Corte portuguesa a partir do Rio de Janeiro representam a continuação do conflito europeu, as invasões napoleônicas, em outros territórios, as colônias na América. Como visto anteriormente, o Príncipe Regente ao desembarcar no Brasil toma uma série de medidas de modo a transformar o Rio de Janeiro na mais nova sede do Império português:

As tais medidas somaram-se a invasão e conquista Guiana francesa (1809) e a intervenção na Cisplatina (1811), com repercussões internacionais. (...) Tais atitudes, sem dúvida, reforçavam a imagem de um soberano que assumia as rédeas de um novo Império; entretanto, era quase sempre, por meio de implantação das velhas instituições e práticas do Antigo Regime português que se concebia fazê-lo. (NEVES, 2011, p. 80)

Com a abdicação de Bayona²⁹, em 1808, forçada por Napoleão Bonaparte, o poder espanhol foi transferido para as mãos de seu irmão José. Com a Espanha nas mãos de Napoleão, suas colônias na América estavam em posição frágil, colocando em risco sua administração, em relação às possessões vizinhas, a colônia portuguesa com o seu governante em seus domínios, as quais ficam a mercê de uma retaliação do governo português do Príncipe Regente.

Tendo presente essa percepção portuguesa da existência de um estado de guerra com a Espanha em 1807/1808, de forte anseio de revanche e de um relativo vácuo jurídico acerca da fronteira definitiva, compreende-se a verdadeira obsessão da corte lusitana em aproveitar a oportunidade favorável para reverter a situação na Banda

29 A abdicação de Bayona foi o nome dado as renúncias sucessivas dos reis espanhóis, Carlos IV e de seu filho Fernando VII, ao trono da Espanha em favor de Napoleão Bonaparte, que, por sua vez, cedeu seu direitos em favor de seu irmão José Bonaparte, ocorridas em maio de 1808 na cidade de Bayona.

Oriental. Cinco dias apenas após a chegada de d. João ao Rio de Janeiro, seu novo ministro, d. Rodrigo de Souza Coutinho, confrontou o Cabildo de Buenos Aires com uma oferta de proteção acompanhada de ameaças, rejeitada pelo Cabildo e pelo vice-rei Santiago Liniers, com razão suspeitosos da protetora solicitude de seus atávicos inimigos. (RICUPERO, 2011, p. 130)

Procurando reestabelecer os direitos dinásticos de sua família, Carlota Joaquina, esposa do príncipe regente D. João, filha do rei espanhol Carlos IV e irmã de Fernando VII, viu a oportunidade de governar a parte de seu marido, e tenta garantir a soberania nos dois lados do Atlântico como possível rainha, ou regente, da Espanha e, desse modo, das colônias espanholas na América.

O jogo político no Prata, inserido ao conjunto de novidades enfrentadas pelo Império espanhol desde 1808, tornou-se mais complexo com a emergência da alternativa, também em articulação com os interesses político-econômicos da Inglaterra, centrada na figura de D. Carlota Joaquina, esposa do príncipe regente português D. João e irmã de D. Fernando. De acordo com este projeto, a princesa do Brasil seria coroada rainha da Espanha (ou declarada regente), visando a manutenção da integridade mundial da monarquia bourboniana. Em manifesto de 19 de agosto de 1808 dirigido a todos os centros administrativos da monarquia espanhola, D. Carlota pretendia-se fiel depositária e defensora dos direitos de seu pai Carlos IV, pedindo-lhes em tais circunstâncias seu reconhecimento como sua legítima sucessora. (PIMENTA, 2006, p. 77)

Contudo, tal pretensão de Carlota Joaquina não era albergada pela vontade dos residentes das colônias espanholas na América. Ainda, que houvesse partidários da soberania real sobre aquelas colônias, havia uma clara divisão na posição das distintas colônias, algumas em apoio da soberania do rei, e outras, de outro lado, em favor de iniciar um processo de independência, divididos ainda entre soluções monárquicas ou republicanas.

O vazio no poder político à espera de uma solução impulsionou o carlotismo como alternativa viável visto que a possibilidade de unificação – pela manutenção da integridade monárquica – de domínios até então separados por distintos poderes não era em absoluto incompatível com a política do Antigo Regime. Mas o critério de sucessão vigente estabelecia que o legítimo herdeiro de um monarca era sempre seu primogênito, e não outro parente qualquer, o que obviamente implicava continuidade dinástica. No caso do carlotismo, a alternativa era manter a dinastia e abolir o critério sucessório. (PIMENTA, 2006, p. 78)

De todo modo, ainda que houvesse tais diferenças entre as colônias espanholas na América, como não poderia ser diferente dada a extensão e diferenças econômica e sociais desses territórios, sem um governante, não reconhecendo as pretensões de Carlota Joaquina, em 1810, Buenos Aires depôs o vice-rei instituindo uma junta teoricamente³⁰ leal ao rei

³⁰ “A formação da junta de Buenos Aires, assim como a das demais simultâneas na América espanhola, colidia

prisioneiro na Espanha criando as Províncias Unidas do Rio da Prata.

Essa situação política acabou por agudizar as tensões. Em 1810, iniciou-se a rebelião na região do Prata, com as tentativas hegemônicas de Buenos Aires, que se colocou contra a metrópole, mas procurou reunir sob sua autoridade as regiões de Montevideu e do Paraguai. Tal situação não foi aceita pelos líderes de Montevideu, que formaram sua própria Junta Governativa, liderada por um governador espanhol que declarou fidelidade à Espanha. Esse governo solicitou, então, auxílio ao monarca português no Rio de Janeiro, que enviou tropas comandadas por D. Diogo de Souza. A política joanina, no entanto, não representava uma ação do ponto de vista legitimista a fim de restabelecer a autoridade do rei da Espanha. Orientava sua perspectiva pela política tradicional de Portugal, no sentido de traçar a fronteira natural do Brasil pelo rio Paraná e pelo rio da Prata. Frente a essa perspectiva, Buenos Aires e Montevideu assinaram, em outubro de 1812, um convênio, à revelia do general do exército português. Além disso, frente à pressão britânica, que não via com simpatia o avanço luso-brasileiro na região do Prata, as tropas portuguesas retrocederam, sendo assinada a paz em 26 de maio de 1812. (VAINFAS; NEVES, 2008, p. 186)

Dessa forma, além de governar o seu Império do Brasil, tornar as condições deste lado do seu Império melhores ou mais próximas do que tinham em Portugal, tanto para seu conforto quanto para uma melhor operacionalização e funcionalidade governamental, ainda havia na Corte o objetivo de sufocar ou, ao menos, não permitir, o crescimento do desejo de independência e desvinculação dos Impérios europeus no Brasil, já que este estava em franca em ascensão nas colônias americanas naquele momento.

Para conciliar e efetivar tantos objetivos dentro do Brasil, a Corte portuguesa contava com um grande aparato político-administrativo trazido de Portugal, através do qual pretendia-se implantar no Brasil, em todos os lugares considerados estratégicos dos desígnios da família real para esta colônia e o futuro do Império Português como um todo.

Assim, a transferência da Coroa Portuguesa à sua colônia americana não implicou, evidentemente, na vinda da família real, apenas. Juntamente com a família, partiram para o Brasil, além de servos e empregados, grande parte da nobreza portuguesa, como foi referido. Entre esses nobres que acompanharam a família real estava Luís Teles da Silva Caminha e Meneses, o Marquês de Alegrete.

O referido Marquês veio ao Brasil na comitiva da família real com essa finalidade,

com o princípio do absolutismo ao organizar um governo fora dos padrões previstos. Não obstante a ata da junta, data de 26 de maio de 1810, não fazer, a exemplo de suas demais coevas, nenhuma menção direta e deliberada à independência com relação à Espanha, contendo, pelo contrário, uma declaração de lealdade ao monarca, de 'la más constante fidelidad y adhesión a nuestro muy amada Rey, el Sr. D. Fernando VII, y sus legítimos sucesores de la corona de España', era expressão de uma revolução. Conforme bem assinalado por Waldo Ansaldi, ao eleger-se em autoridade soberana, criando um governo sobre novas bases, e ao substituir as leis das Índias vigentes, estava-se diante de uma revolução de fato, ainda que seus líderes declarassem fidelidade à monarquia." (PIMENTA, 2006, p. 79)

auxiliar a coroa a implantar no Brasil os seus desígnios e estratégias administrativas. Não se tratava de mero favor por uma suposta posição na nobreza. Tratava-se de uma necessidade da administração portuguesa. Homens como o Marquês de Alegrete, conhecedores da praxe administrativa portuguesa e das preocupações do Império concernentes ao Brasil e, principalmente, de confiança de família real para a realização de tais tarefas, nos mais distintos recantos da enorme colônia, eram extremamente necessários para aquele momento. O Império não podia parar ou esmorecer, as estratégias traçadas teriam que ser seguidas e, talvez, novas devessem vir a ser delineadas.

É analisando as ações do Marquês de Alegrete com vistas a cumprir essas designações, de aplicar essas estratégias administrativas - de integração política da Coroa portuguesa no seu Império ultramarino - que se pode analisar sua trajetória administrativa como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, como um homem a serviço da Coroa portuguesa.

2. A PARTIR DAS CARTAS DO MARQUÊS: A ADMINISTRAÇÃO, AS ESTRATÉGIAS E A GUERRA EM UMA CAPITANIA DISTANTE DA CAPITAL

*“Eu sempre quis viver no velho mundo
Na velha forma de viver
(...)Nossa cidade é tão pequena e tão ingênua
Estamos longe demais das capitais”*
Engenheiros do Hawaii (1986)

Em 1814, Luís Teles da Silva Caminha e Meneses, o 5º Marquês de Alegrete, chegava à Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, nomeado pelo Príncipe Regente Dom João, para assumir o posto de Governador e Capitão-General. Para melhor compreender as estratégias políticas e administrativas utilizadas pelo Marquês de Alegrete neste período, precisa-se levar em consideração um aspecto fundamental para a sua administração: o cenário de atuação.

Assim, neste capítulo serão analisadas as correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete no período de sua administração (1814-1818). Através dessa análise, visa-se obter conhecimento acerca dos principais destinatários do Marquês, primeiramente nos anos iniciais de sua administração (1814-1815) e, posteriormente, nos anos seguintes (1816 a 1818), observando que sua administração enfrentou um período de guerra, defesa e expansão territorial.

2.1. De domínios espanhóis a peça fundamental do Império português: a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul

A região sul do Brasil esteve muito tempo fora do alcance dos interesses de Portugal, em virtude de diversos fatores, dentre os quais cabe destacar a posição geográfica no litoral das terras lusitanas no continente americano - posição esta que a tornava distante das células

iniciais da colonização e, portanto, afastada do eixo econômico estabelecido entre o Brasil e a Metrópole.

Apenas a partir da segunda metade do século XVII, o território ao sul da ilha de Santa Catarina chamou a atenção dos portugueses. Em 1680, à margem esquerda do Rio da Prata, os portugueses fundam a Colônia do Sacramento. Entre Laguna - até então a povoação mais avançada do litoral sul - e a Colônia do Sacramento foi aberto o caminho destinado, sobretudo, a atender ao comércio do gado. Nessas idas e vindas, portugueses e lagunistas tornaram-se conhecedores da existência do grande rebanho selvagem³¹ que ali existia à solta e aproveitaram-no. Assim, foi com através da pecuária que a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul teve a sua importância elevada no contexto do Império Português.

O território que em 1814 constituiu a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul já constava nos mapas portugueses sob o nome de Capitania d'El-Rei desde o século XVI, ou seja, era um território pertencente aos domínios espanhóis. O Tratado de Tordesilhas³² (Figura 1) definia o fim das terras portuguesas na altura de Laguna, mas Portugal ansiava por estender seus domínios até a foz do Rio da Prata.

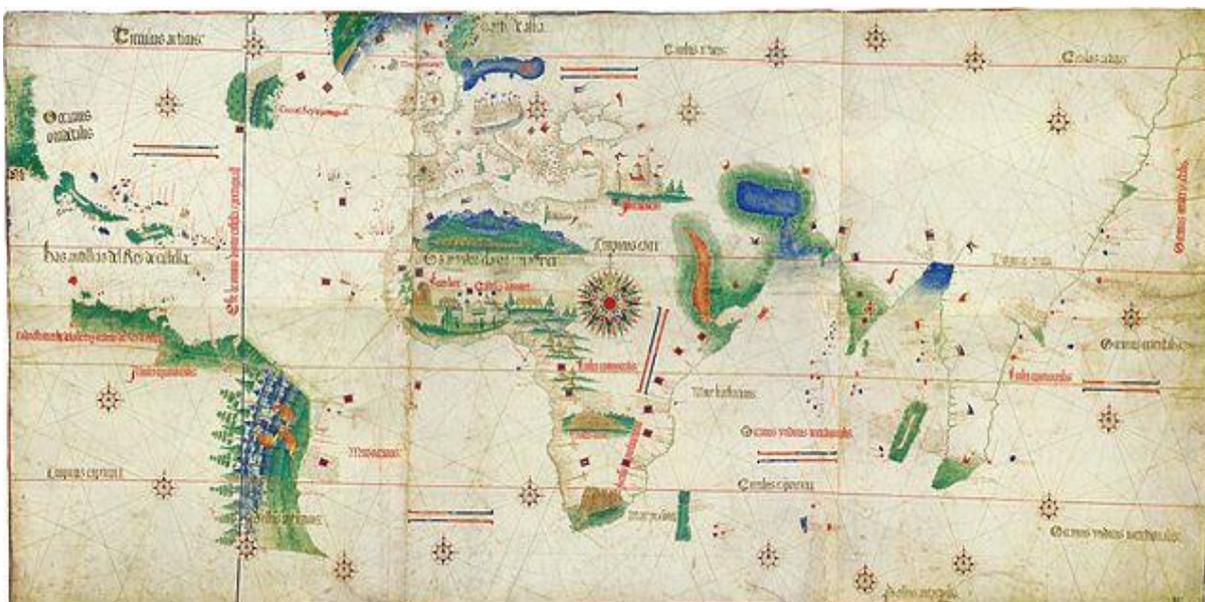
A Coroa portuguesa almejava chegar até as margens do Rio da Prata, pois o estuário era a via mais rápida e importante de acesso à área mineradora de Potosí, e também possibilitava a prática de um ativo comércio que abastecia as populações da região, o contrabando. Este “foi a forma mais frequente de prática mercantil que se realizou na Região Platina durante o período colonial”³³ e um dos motivos da fundação da Colônia do Sacramento (1680) logo em frente a cidade de Buenos Aires.

³¹ A introdução do gado bovino e cavalar nesse território foi obra dos colonizadores espanhóis. Um dos principais fatores que contribuíram para a disseminação e formação dos rebanhos na Região Platina foi com a catequização promovida pela Companhia de Jesus. Os jesuítas adquiriram o gado e o redistribuíram nas suas diversas reduções, onde os animais se reproduziram rapidamente, multiplicando a quantidade inicial. Embora o objetivo dos padres fosse a catequese, trataram também da disciplinação do elemento nativo numa diretriz econômica, desenvolvendo a agricultura, a pecuária e a exploração de madeira. No século XVII, os bandeirantes atacaram algumas das reduções jesuítas, sendo que essas foram abandonadas pelos seus habitantes e o gado foi deixado para trás. Dessa forma, o gado se reproduziu naturalmente e na região, formando grandes rebanhos de gado selvagem. Esse fato, aparentemente sem grande importância, foi a verdadeira base do povoamento da região, pois estabeleceu-se o comércio entre Laguna e as vacarias e, mais tarde, depois entre essas e São Paulo, tornando conhecida a vasta zona dos Campos meridionais.

³² Foi um tratado celebrado entre o Reino de Portugal e o Reino da Espanha para dividir as terras "descobertas e por descobrir" por ambas as Coroas fora da Europa. Este tratado surgiu na sequência da contestação portuguesa às pretensões da Coroa espanhola resultantes da viagem de Cristóvão Colombo, que ano e meio antes chegara ao chamado Novo Mundo. O tratado definia como linha de demarcação o meridiano 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão no arquipélago de Cabo Verde. Esta linha estava situada a meio-caminho entre estas ilhas (então portuguesas) e as ilhas dos Caraíbas descobertas por Colombo. Os territórios a leste deste meridiano pertenceriam a Portugal e os territórios a oeste, à Espanha. (GOLIN, 2002)

³³ REICHEL, 2006, p. 44.

Figura 1 – Planisfério de Cantino (1502) mostrando a linha divisória do Tratado de Tordesilhas (1494)



FONTE: <http://www.mapas-historicos.com/cantino.htm>

Uma primeira expedição de conquista, organizada em 1677, malogrou. Outra, de 1680, sob comando de Dom Manuel Lobo, conseguiu chegar ao rio da Prata assim fundando a Colônia do Sacramento. Logo após a sua fundação, a essa foi atacada e destruída pelos espanhóis e, através de negociações diplomáticas, a posse da Colônia foi devolvida a Portugal pelo Tratado Provisório de Lisboa (1681). Desde o período de sua fundação, esse território foi alvo das disputas entre espanhóis e portugueses, posto que esses conflitos nas colônias eram evidentes reflexos da situação entre ambas Coroas na Europa.

Para servir de apoio à povoação de Colônia de Sacramento, é fundada, em 1684, a povoação de Santo Antônio dos Anjos de Laguna no território de Santa Catarina. A partir dela iniciam-se expedições para estabelecer um caminho por terra até aquela. Em 1735, um incidente diplomático em Madrid serviu como pretexto para um novo ataque à Colônia, que permaneceu cercada por forças espanholas sob o comando de D. Miguel de Salcedo até 1737. Com instruções do Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, o brigadeiro José da Silva Paes tinha três alvos: expulsar os espanhóis de Montevidéu, socorrer a Colônia do Sacramento e ocupar o porto de Rio Grande de São Pedro (GOLIN, 2002).

Assinado o armistício e fracassados os intentos do brigadeiro no Prata, visando fortalecer a presença portuguesa no extremo sul do Brasil em 1737, o brigadeiro José da Silva

Paes principia a ocupação e fortificação do porto de Rio Grande de São Pedro. Assim, iniciou-se a ocupação oficial portuguesa com a fundação do presídio Jesus Maria José, dando origem a cidade de Rio Grande. No mesmo ano, o brigadeiro José da Silva Paes, responsável pela fundação do presídio, iniciou a organização das estâncias reais de Bojoru e Capão Comprido (SANTOS, 2006) e, além delas, a população que ali se formava também organizou suas próprias estâncias.

O local era um ponto estratégico para a defesa do território, estando a meio caminho entre Laguna e a Colônia do Sacramento. Em 1750, Portugal e Espanha assinaram um novo tratado - o Tratado de Madrid³⁴ (Figura 2) - para por fim às disputas coloniais na América, no qual consistia na permuta da Colônia do Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões.

Para executar os trabalhos de demarcação estabelecida pelo novo tratado, as coroas nomearam, em 1752, dois comissários: Gomes Freire de Andrada, Governador do Rio de Janeiro, e o espanhol Marquês de Valdelirios. A delimitação dos domínios das Metrôpoles foi dificultada pela resistência dos índios que habitavam esses territórios. Os índios guaranis da região dos Sete Povos das Missões recusaram-se a deixar suas terras e a se transferir para o outro lado do rio Uruguai, conforme ficara acertado no Tratado de Madrid.

Em resposta à resistência indígena, as autoridades enviaram tropas contra os nativos e, então, em 1754 eclode o embate que ficou conhecido como Guerra Guaranítica. Um exército formado por espanhóis e portugueses atacaram os territórios missioneiros e derrotaram os índios, em 1756.

No contexto da Guerra anglo-francesa dos Sete Anos³⁵ (1756-1763), tensão entre Portugal e a Espanha foi acirrada. Todavia, a Colônia do Sacramento permanece sob mãos portuguesas. Como já havia ocorrido em outras oportunidades, essa foi novamente invadida por tropas espanholas sob o comando de D. Pedro de Cevallos em 1762, para ser devolvida em virtude do Tratado de Paris (1763).

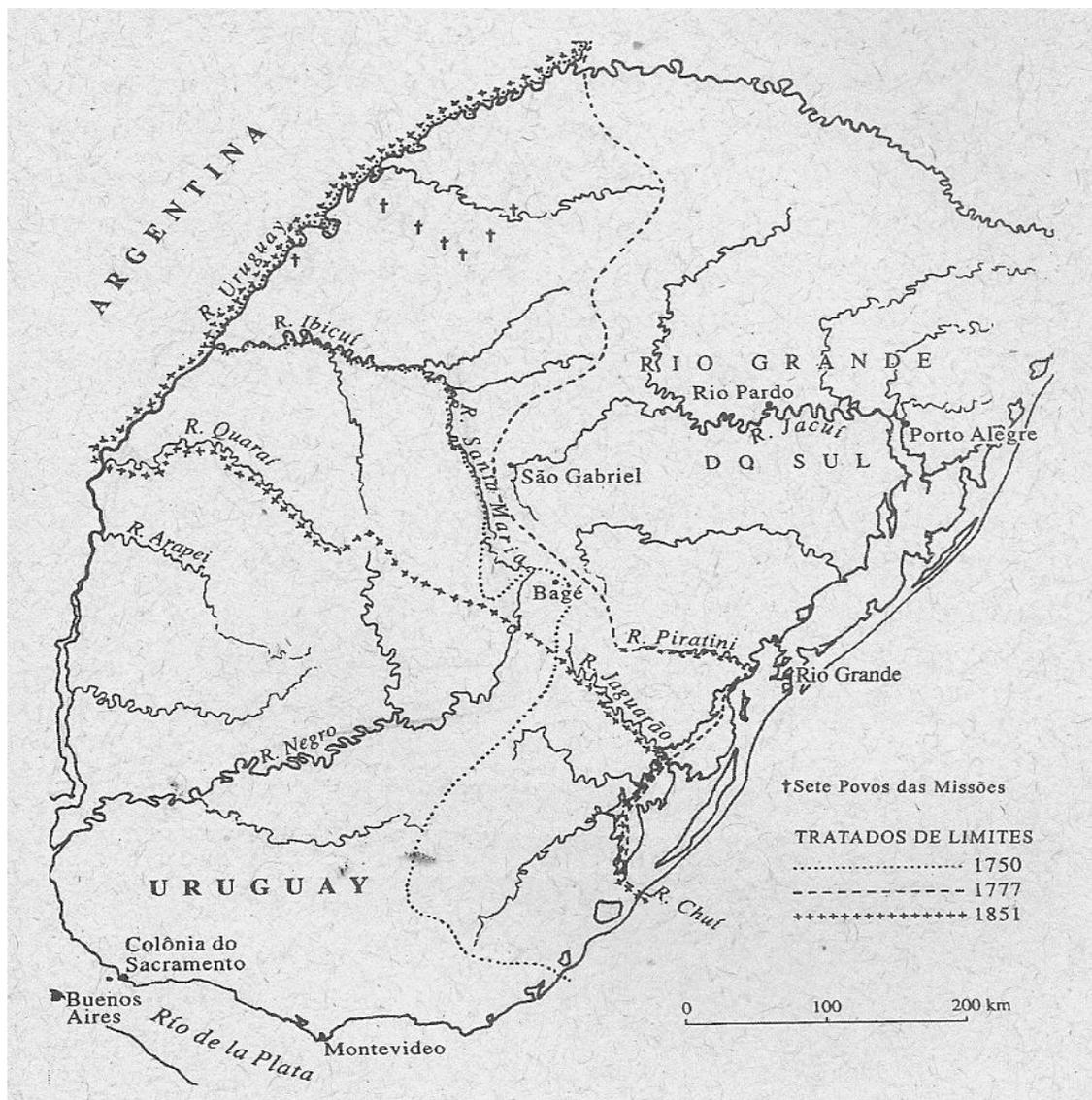
Em 1763, Rio Grande foi invadida pelos espanhóis. As tropas de Cevallos avançaram sobre Colônia do Sacramento, passaram pela fortaleza de Santa Tereza e ocuparam Rio Grande na barra da Lagoa dos Patos. A ocupação espanhola desses territórios durou quatorze anos, pois a retomada de Rio Grande pelas tropas luso-brasileiras só se deu em 1776. Em

³⁴ O tratado eliminou os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas (1494) e estabeleceu o princípio de *uti possidetis* (aquilo que possui). Por ele, cada reino comservaria as terras que já tivesse ocupado na fronteira, com uma exceção: a Espanha ficava com a Colônia do Sacramento e, em troca, Portugal receberia o território dos Sete Povos das Missões.

³⁵ Na Europa, França e Espanha guerreavam contra a Inglaterra. Portugal se recusou a fechar os portos a navios com a bandeira inglesa, sua aliada, e teve várias cidades invadidas.

1777, nova invasão espanhola comandada por D. Pedro de Cevallos, que atacou a Colônia do Sacramento e tomou a ilha de Santa Catarina. Quando D. Pedro de Cavallos se preparava para avançar novamente sobre Rio Grande, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Santo Ildefonso³⁶ (Figura 2), em mesmo ano.

Figura 2 – Mapa mostrando a região sul e os tratados de limite: Tratado de Madrid (1750) e Tratado de Santo Ildefonso (1777).



36 Com este tratado, o espanhol ficou com os Sete Povos das Missões, a Colônia do Sacramento e a navegação no Prata. Como novidade, o tratado criou os “Campos neutrais”, uma faixa desabitada de terra que se estendia dos banhados do Taim ao Arroio Chuí, de forma a evitar um confronto direto entre os colonizadores.

FONTE: FARINATTI, Luís Augusto Ebling. 2010. **Confins Meridionais**: famílias de elite e a sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria: Ed. da UFSM. p. 69

Com o Tratado de Santo Ildefonso, as fronteiras foram restituídas e estabelecido que a Espanha ficaria com a posse tanto da Colônia de Sacramento como dos Sete Povos das Missões, enquanto Portugal retomaria a posse da ilha de Santa Catarina. Durante 24 anos, as duas Coroas disputaram a zona dos territórios neutrais palmo a palmo, posto que

O Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, criou o território neutral entre as colônias ibéricas. Exceto quanto as áreas entre o Taim e o Chuí, e Santa Tecla (Bagé) e a Boca do Monte (Santa Maria), durante o trabalho demarcatório, os comissários tiveram divergências insolúveis em diversos setores. A discussão demarcatória e diplomática foi “superada” pela guerra de 1801, quando os luso-brasileiros ocuparam as áreas litigiosas e também expandiram as fronteiras para o oeste, para o sudeste e para o sul. (GOLIN, 2002, p. 197)

Para se afirmar naquela região, a Coroa portuguesa se aproveitou de um sistema muito utilizado anteriormente, ou seja, dividindo a terra em lotes e distribuindo os a particulares. Trata-se do sistema de posse que empregou em todas as suas colônias: a lei de sesmarias³⁷, que remonta ao ano de 1375. “As autoridades de ambos os lados incentivaram a fixação de colonos em suas terras, independente da sua naturalidade e origem. O que interessava aqui era 'avançar sobre os campos', apropriar-se de terras e demarcar soberanias”³⁸.

Nos territórios ao sul da ilha de Santa Catarina, as primeiras sesmarias foram concedidas aos tropeiros que se deslocavam de Laguna para caçar o gado selvagem. Mas foi com a paz, garantida pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), que se intensificou a distribuição de terras, principalmente aos chefes militares que haviam lutado na guerra contra os espanhóis na retomada de Rio Grande. A legislação das sesmarias serviu para reforçar a concentração de terras nas mãos de poucos privilegiados. Com isso,

A disputa pelas terras de zona fronteira intensificou-se, pois a riqueza ganadeira dessas era enorme. As duas Coroas militarizaram a área, construindo fortes, destacando milícias de soldados e guardas de fronteira. Os portugueses, usando da tática do *uti possidetis*, concederam sesmarias a civis com a intenção de forçar o avanço da linha demarcatória para o oeste. (REICHEL, p. 50)

³⁷ A Lei das Sesmarias foi uma legislação do reinado de Fernando I de Portugal Foi promulgada em Santarém a 28 de maio de 1375, e insere-se num contexto de crise económica que se manifestava há já algumas décadas por toda a Europa e que a peste negra agravou. A lei das Sesmarias pretendiam fixar os trabalhadores rurais às terras e diminuir o despovoamento.

³⁸ OSÓRIO, 2007, p. 65.

Apesar do tratado, a região já com maior autonomia e elevada a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, sendo subordinada apenas ao Rio de Janeiro, foram concedidas sesmarias aos oficiais do exército português dentro dos campos neutrais. Vale lembrar que a expansão dos luso-brasileiros sobre esses territórios arduamente disputados com a Coroa espanhola, representou um grande acréscimo de terras para pecuária e gado. Dessa forma permitiu a expansão extensiva da pecuária rio-grandense.

A partir da década de 1780, devido a um breve período de paz, a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul transformou-se na principal uma região produtora e abastecedora de gêneros alimentícios, como o charque e o trigo (OSÓRIO, 2007), para as diferentes regiões da América portuguesa, ou seja, o mercado interno colonial. “Se o charque era consumido por um grande número de capitanias, abastecendo a *plantation*, o trigo destinava-se essencialmente ao mercado do Rio de Janeiro, porto que também reexportava os couros à Europa.”³⁹.

Desse modo, a carne torna-se o principal valor e a estância torna-se o centro de uma estrutura econômica desta região à época, fundada na criação extensiva de gado. Assim, as charqueadas atuavam como uma extensão na cadeia econômica em relação à criação de gado, posto que possibilitariam à região não só a produção de carne e como também os demais produtos oriundos do gado, como o couro, se tornando uma atividade dominante na Capitania. Também:

Compunham essa paisagem não só as vastas propriedades criatórias, mas também um número muito maior de unidades familiares. Em umas e outras, praticavam-se a pecuária e a agricultura. 'Estância', naquele momento, não significava exclusivismo da pecuária, pois, na maioria dessas propriedades, encontravam-se foices de trigo e atafonas ou rodas de ralar mandioca. Da mesma forma, os 'lavradores', identificados enquanto os mais pobres produtores, pastoreavam seus rebanhos de algumas dezenas de reses. (OSÓRIO, 2007, p. 327)

Mais uma vez, em 1801, Portugal e Espanha estão em guerra. A chamada Guerra das Laranjas foi um curto episódio militar ocorrido entre Portugal e a Espanha em 1801, com extensos desdobramentos, quer na Península Ibérica, quer no ultramar português. O exército espanhol penetrava em Portugal pelo Alentejo, e no curto espaço de dezoito dias, era senhor da região do Alto-Alentejo⁴⁰. A parte do conflito travada no Brasil é conhecida como Guerra de 1801 e trouxe uma expansão importante para o Brasil, principalmente para a Capitania do

³⁹ OSÓRIO, 2007, p. 329.

⁴⁰ Para maiores explicações sobre a Guerra das Laranjas: CAMARGO, Fernando da Silva. **O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América meridional**. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

Rio Grande de São Pedro, que aumentou seu território em um terço.

Assim, o governador Sebastião Veiga Cabral recrutou um exército às pressas e dividiu suas forças em duas frentes: uma em Rio Grande para atacar a Banda Oriental e a outra em Rio Pardo para atacar os Sete Povos das Missões. Na sua rápida guerra de conquista, os portugueses ampliaram o seu território para além do Rio Piratini, incluindo os Sete Povos das Missões, até o rio Ibicuí e as cabeceiras do rio Negro. “A guerra na Europa, contudo, não passava então de pretexto para precipitar e justificar a expansão mercantil e territorial, que se processava, incansavelmente, pois os estabelecimentos portugueses se alastravam por toda a região”⁴¹.

Após a guerra de 1801, com o Tratado de Badajoz⁴², se redefiniria o traçado das fronteiras, entregando os Sete Povos das Missões para Portugal, permanecendo a Colônia de Sacramento com a Espanha (Figura 3). Em 1807, através de uma Carta Régia do Príncipe Regente Dom João, a Capitania ganhou sua autonomia e foi elevada a Capitania Geral de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Quando da invasão napoleônica na península ibérica, que ocasionou a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, Fernando VII – Rei da Espanha – era mantido preso e quem ocupava o seu lugar, José Bonaparte. Com isso, sem seu governante legítimo, “nas capitais americanas formaram-se juntas governativas que ingressaram no caminho revolucionário, extremamente conturbado e em confronto com as autoridades que se conservaram fiéis à Monarquia castelhana, como no caso do governador de Montevideú, Francisco Javier de Elío” (GOLIN, 2002, p. 263).

Figura 3 – Mapa do Brasil colonial (c. 1800).

⁴¹ BANDEIRA, 1998, p. 40.

⁴² Este tratado colocava fim a Guerra das Laranjas, embora tenha sido assinado por Portugal sob coação, já que o país encontrava-se ameaçado pela invasão de tropas francesas estacionadas na fronteira. Pelos seus termos, bastante severos para Portugal, estabelecia-se: Portugal fecharia os portos de todos os seus domínios às embarcações da Inglaterra; a Espanha restituía a Portugal as fortificações e territórios conquistados; a Espanha conservava, na qualidade de conquista, a praça-forte, território e população de Olivença, mantendo o rio Guadiana como linde daquele território com Portugal; eram indenizados, de imediato, todos os danos e prejuízos causados durante o conflito pelas embarcações da Inglaterra ou pelos súbditos de Portugal. Com relação aos domínios coloniais na América, por este novo diploma Portugal cedia ainda metade do território do Amapá à França, comprometendo-se a aceitar como fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, o rio Araguari até à foz.



FONTE: BETHELL, Leslie (org.). **História de América Latina**. 5. Independência. Barcelona: Editorial Crítica, 1991. p. 173

Com a independência de Buenos Aires, em maio de 1810, foram criadas as Províncias Unidas do Rio da Prata, que desejavam a anexação da Banda Oriental ao novo país. Devido à revoltas internas, o governo uruguaio recorreu à ajuda portuguesa. Em socorro, Dom João VI enviou soldados do Rio de Janeiro para apoiar a cidade platina então ameaçada. Como mostra Comissoli (2011) “a crescente agitação provocada pela independência das Províncias Unidas do Prata, em especial a luta entre as diversas facções concorrentes, deitou por terra as tentativas de ascensão de Carlota Joaquina e abriu caminho para a ação militar luso-brasileira” (p. 76), pondo novamente em pauta planos expansionistas em direção ao Rio da Prata. Pois

Buenos Aires encabeçava uma luta que se orientava pelo rompimento com a Europa. Montevideu e a Banda Oriental agarravam-se aos laços que a uniam à Espanha, acusando Buenos Aires de insurgência e crime de lesa- majestade e aproximando-se da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. (COMISSOLI, 2011, p. 77)

Em 1811, as forças portuguesas, o denominado Exército Pacificador, entraram na Banda Oriental, ajudando os espanhóis sitiados em Montevideu a repelir Artigas e os rebeldes argentinos, que permaneceram na região com a prática de guerrilhas.

Desencadeada a operação de invasão em julho de 1811, as divisões de Diogo de Souza praticamente não tiveram resistência. As forças capazes de enfrentá-las, sob a liderança portenha, mantinham-se imobilizadas, diante da preocupação geopolítica de Buenos Aires em ter o reconhecimento da independência de Portugal. (GOLIN, 2002, p. 266)

Com a “ajuda” da diplomacia britânica, em 1812, foi assinado o Tratado Rademaker/Herrera pelo Império Português e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Tal tratado providenciava a saída das tropas portuguesas, o Exército Pacificador, da Banda Oriental. Devido ao tratado, os planos portugueses de incorporação deste território foram adiados, embora quando do retorno ao Brasil, a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul,

O Exército Pacificador alojou-se em uma linha de fronteiras que ampliava as conquistas da guerra de 1801. Faxinados os campos entre o Ibicuí e o Quaraí, o sistema de ocupação se fazia pela apropriação privada da terra, através, sobretudo, dos milicianos e regulares, garantindo-a por uma espessa cortina de proprietários/combatentes. Os pólos estratégicos de sustentação da frente de ocupação foram fixados com o retorno da Primeira Divisão da Banda Oriental para a sua antiga guarnição, em Bagé.

E a Segunda Divisão alojou-se na Gurda da Conceição, na confluência do Ibicuí com o Ibicuí Mirim, protegendo as Missões e a divisória do sudoeste. Em conjunto com guardas permanentes e volantes de campanha, constituíram a fronteira avançada do Rio Pardo. Apesar de terem expandido quase dois graus para o sul e cinco para o oeste, nessa época, ainda era chamada de Fronteira de Rio Pardo. (GOLIN, 2002, p. 275)

A “faxina” feita por este contingente militar proporcionou uma limpeza do território que possibilitou uma ampliação da fronteira, mesmo que contrariando ao tratado anterior onde previa sua delimitação, com a ocupação desses territórios. Com isso,

A crescente produção de charque, que tinha no Rio de Janeiro seu principal comprador, crescia em volume, fortalecendo comerciantes sulistas e suas sociedades com as outras capitanias. O movimento de expansão em direção ao Prata atendia às expectativas dos grandes criadores de gado ao mesmo tempo em que a questão da Cisplatina evidenciava uma política cada vez mais americana por parte de Dom João, afastando-o ainda mais das pretensões de “regeneração política” de Lisboa. (COMISSOLI, 2011, p. 61)

Além de ser um entreposto importante para os planos de anexação da Banda Oriental, a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul se mostrou de vital importância para o Império português devido a sua produção charqueadora, pois “estava habilitada a suprir o

amplo consumo das outras capitanias”⁴³.

A trajetória da formação da Capitania do Rio Grande de São Pedro atesta o dinamismo do mundo colonial. Cinquenta anos após a fundação do Presídio de Rio Grande, que atendia basicamente aos interesses estratégicos da monarquia colonizadora, e apesar da instabilidade da situação da fronteira política intensamente disputada, a região integrou-se rapidamente a amplos circuitos mercantis internos que o Porto do Rio de Janeiro articulava, fornecendo alimentos e meio de transporte, além dos couros destinados ao mercado europeu. (OSÓRIO, 2007, p. 330-331)

Por óbvio, a exploração da pecuária como alicerce econômico principal da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul teve um reflexo social e político interessante, posto que veio a ser fator relevante para a formação da hierarquia política-administrativa da região, além de estabelecer práticas e relações sociais, como refere Luís Augusto Farinatti (2010):

O Rio Grande do Sul, em meados do século XIX, tinha na comercialização de produtos agropecuários (sobretudo o charque), para o mercado interno brasileiro, o principal eixo de sua economia. Suas instituições administrativas e políticas, além de uma série de práticas e relações sociais, eram semelhantes aquelas vigentes nas demais áreas que faziam parte de um vasto complexo econômico integrado no centro-sul do Brasil. (FARINATTI, p. 20)

Essas práticas políticas e sociais ainda se faziam presentes na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul à época da vinda do Marquês de Alegrete para a região, que acabaram por influenciar sua forma de atuação na posição de Governador e Capitão-General da Capitania. Vale ressaltar que a expansão pecuária e charqueadora na Capitania se dá à época da expansão sobre terras disputadas com o Império espanhol, nas duas primeiras décadas do século XIX, parte desse período sob o governo do Marquês.

Como nos mostra Farinatti (2010):

A incorporação de terras e animais realizada nessas três primeiras décadas do século XIX atuou como um catalizador da expansão pecuária que transformou a fronteira na grande zona de criação de gado da recém-criada província do Rio Grande de São Pedro do Sul. O charque havia se tornado dominante nas exportações sulinas já na década de 1790, fornecendo um impulso ainda maior a esse processo. A pecuária que se expandia e a exportação de charque que lhe dava vazão, ao longo de todo o século XIX, foram atividades mercantis voltadas, primordialmente, para o mercado interno brasileiro. (p. 75-76)

Desse modo, o período da administração do Marquês de Alegrete como Governador da Capitania, foi deveras crucial para a expansão da fronteira. Assim, quando de sua chegada a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1814, observa-se um cenário turbulento,

⁴³ SANTOS, 2006, p. 80.

devido às aspirações de D. João e aos conflitos ocorridos em sua fronteira.

Porém, José Gervasio Artigas, voltou à carga e tomou Montevidéu, em 1815. Alarmado pelos planos de distribuição de terras do líder oriental e por suas pretensões de reclamar o território missioneiro e embalando seu velho sonho de controlar uma das margens do rio da Prata, o Império Português planejou nova invasão à Banda Oriental. (FARINATTI, 2010, p. 72)

Por isso que em 1816 retomam-se os planos de invasão/tomada da Banda Oriental pelas terras. Inobstante isso, era presente na época a ameaça iminente de um ataque liderado por Artigas. Como mencionado no capítulo anterior, D. João, desde sua chegada ao Brasil, preocupou-se com as fronteiras do seu Império e com a necessidade de refrear a ameaça de Artigas às terras de seu Império, D. João via nisso, também, a oportunidade de expandir a fronteira no extremo sul.

De qualquer forma, a conflagração da bacia do Prata estabeleceu as condições para d. João colocar em prática a doutrina das fronteiras naturais e seu corolário expansionista. Em 1816, transferiu de Portugal para a América meridional o general Lecor e tropas que haviam combatido Napoleão. De diversas províncias brasileiras foram remetidos contingentes que operariam com as forças rio-grandenses. (GOLIN, 2002, p. 287)

Essas medidas foram tomadas para que a sua fronteira não fosse atacada sem uma frente para contenção e, antes mesmo da chegada do General Lecór a Capitania, as tropas inimigas iniciaram as ofensivas da guerra sob a liderança de Artigas, com o intuito de tomar posse de territórios pertencentes aos domínios luso-brasileiros. Deflagradas as hostilidades, “em curto espaço de tempo, os quatro principais contingentes artiguistas amargaram derrotas e tiveram de recuar frente ao exército luso-brasileiro”⁴⁴.

Assim, em 1817 o General Lecór entra em Montevidéu triunfante, iniciando a dominação do Império português na Banda Oriental.

“As tropas luso-brasileiras, com auxílio de forças uruguaias patrocinadas pelos cabildantes de Montevidéu e estrangeiros com interesse nas terras e comércio exterior, somente conseguiriam derrotar Artigas em 1820, quatro anos depois de terem invadido a Banda Oriental” (GOLIN, 2002, p. 301).

O período da administração do Marquês de Alegrete como Governador da Capitania se dá em meio a esses eventos, em que as colônias hispânicas estavam em processo de independência e a soberania por esses territórios e sua delimitação ocasionando a disputas por

⁴⁴ GOLIN, 2002, p. 293.

estas terras. Período esse, que para o Império português é de deveras importância para a expansão de sua fronteira e enfim definição de seus limites.

Tendo em vista os eventos que vieram a acontecer durante a administração do Marquês, iniciar-se-á a análise das correspondências oficiais expedidas pelo governador em dois momentos distintos em função dos acontecimentos mencionados acima: de 1814 a 1815, os primeiros anos, desde sua chegada e estabelecimento na Capitania, e de 1816 a 1818, os anos em que se deu os conflitos na fronteira e o fim de seu mandato.

2.2. O início da administração do Marquês de Alegrete (1814-1815) – os planos para a Capitania.

Através da análise das correspondências oficiais do Marquês de Alegrete busca-se compreender sua atuação administrativa, especialmente percebida no período de sua administração como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818). Para tanto, procurou-se investigar as relações estabelecidas pelo governante. Assim, inicialmente serão analisadas as correspondências expedidas às autoridades da Capitania pelo Marquês de Alegrete no período inicial de sua administração como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, que consiste nos anos de 1814 e 1815. Decidiu-se por analisar primeiramente apenas as correspondências expedidas por este, a fim de traçar o início de suas estratégias de inserção social na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Para melhor analisar as correspondências, essas foram divididas em três categorias, segundo os assuntos abordados em cada correspondência: questões administrativas, questões jurídicas e questões militares⁴⁵.

Por “questões administrativas” entendem-se aqueles assuntos vinculados ao cotidiano das atividades burocráticas da condução de uma Capitania, como, por exemplo, produção e compra de víveres, circulares para câmaras da Comarca, orientações sobre técnicas

45 No decurso da análise e classificação das correspondências, sobrevieram casos de correspondências que possuíam natureza dúplice, de mais de uma abordagem de gestão. Exemplificando, uma carta enviada tendo por tema um julgamento de militar por crime militar pode ser considerada tanto como “questão jurídica” quanto como “questão militar”. Assim, nesses casos, classificou-se o documento conforme sua natureza primordial, ou seja, a natureza principal da correspondência, deixando de lado a natureza acessória, por assim dizer. Mantendo o exemplo do julgamento de um militar por crime militar, este tipo de correspondência foi classificada como “questão militar”, posto que esse tipo de julgamento é muito específico em face da administração judicial cotidiana e envolve, via de regra, infrações à disciplina e hierarquia da instituição.

burocráticas, agendamento de reuniões, etc. Ou seja, temáticas corriqueiras em uma administração, inclusive nos dias atuais.

De outra banda, foram enquadradas como “questões militares” aquelas cartas que versavam sobre temáticas do exercício do Marquês como Capitão-General da Capitania, geralmente dirigidas a pessoas alocadas em altos postos militares. A título exemplificativo, vale citar como correspondências enquadradas nessa categoria as que tratavam de assentamentos, soldo, licenças, etc.

Finalmente, por “questões jurídicas” entendem-se aquelas que tinham por objeto temas de cunho judicial, mormente processos em andamento. Conforme será melhor detalhado a seguir, essas cartas eram muito específicas e tratavam, geralmente, de processos em andamento, testemunhas arroladas, réus e etc.

Dessa forma, a partir dessas correspondências, da análise das suas temáticas, das pessoas a quem eram dirigidas e o período em que foram expedidas busca-se uma avaliação dos primeiros movimentos e estratégias do Marquês de Alegrete nesse período. É com base nos dados apresentados no gráfico abaixo que se busca analisar as estratégias, tanto sociais como políticas e administrativas, do Marquês de Alegrete no período inicial de sua administração na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, compreendido nos anos de 1814 e 1815.

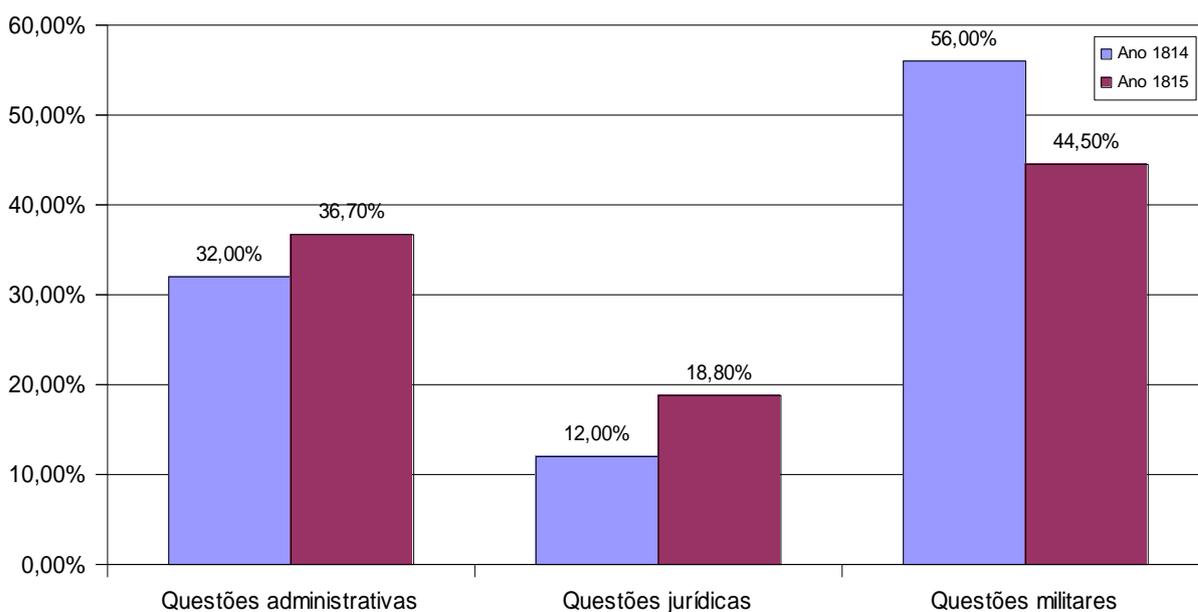


Gráfico 1 – Assuntos tratados nas correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete às autoridades da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1815)

Ao final de 1814, o ano de sua posse, o Marquês de Alegrete chegou à Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, mais precisamente em novembro. Nesse breve período, o Marquês de Alegrete expediu, entre os meses de novembro e dezembro, 51 correspondências oficiais. Já em 1815, temos um número mais elevado de correspondências expedidas (como não podia ser diferente, uma vez que se trata de um lapso temporal consideravelmente maior). Ao todo, nesse ano foram expedidas 301 correspondências oficiais. Isso se deu devido à presença do Marquês de Alegrete na Capitania desde o início do referido ano, de modo que essas correspondências tratavam da continuidade a sua administração como Governador e Capitão-General desta Capitania.

Com esses dados pode-se perceber que o Marquês de Alegrete chega na capitania com o objetivo de organizar o território militarmente, com a finalidade precípua de resguardar a fronteira. Também nota-se que o número elevado de questões administrativas tratadas pelo Marquês de Alegrete em suas correspondências, ainda que as questões militares prevaleçam. Essas questões demonstram o interesse da Coroa nesta capitania, posto que a vinda do Marquês possui o intuito, não só de defender militarmente a fronteira, mas também de organizar e melhorar a administração da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Quanto às questões jurídicas por vezes abordadas nas cartas do Marquês, pode-se notar que são de um número bem inferior as demais. Observa-se que são tratadas as situações mais corriqueiras e cotidianas, nada fora da normalidade de uma administração que também possuía a incumbência de, eventualmente, de resolver questões jurídicas que lhe eram levadas a conhecimento, como era típico na referida época. Contudo, a partir dessas abordagens, é perceptível a autoridade exercida pelo Marquês do Alegrete na capitania, ainda que se tratasse de um “recém-chegado”.

Além disso, para estabelecer os principais correspondentes do Marquês de Alegrete nesses primeiros anos de sua administração, foi trabalhada uma relação entre o número de correspondências oficiais enviadas a cada autoridade da Capitania, como mostra o gráfico abaixo:

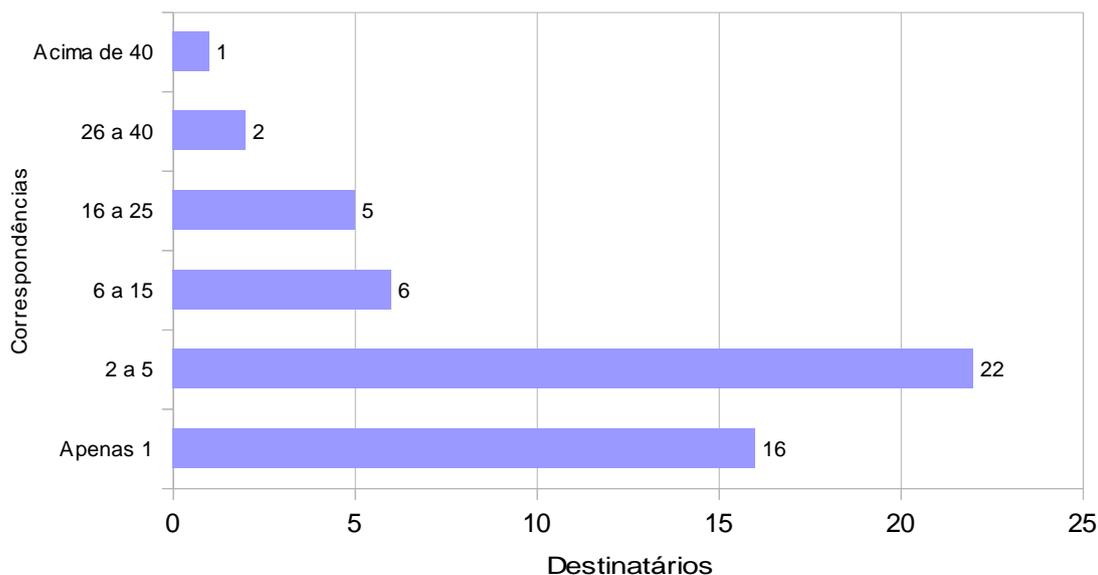


Gráfico 2 – Correspondências expedidas às autoridades da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1815).

A partir desse gráfico observa-se que, quanto maior o número de correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete, menor é o número de destinatários que as receberam. Há uma larga base formada por pessoas que receberam até 5 correspondências, compondo os dois extratos inferiores do gráfico 2.

Porém, ao observar a parte superior daquele gráfico, percebe-se a existência de um pequeno grupo de destinatários com quem o Governador manteve muito contato, ao longo do período estudado. É possível trabalhar-se com a hipótese de que estes destinatários preferenciais - fosse pelos cargos que ocupavam, fosse pela rede de relações pessoais em que se inseriam - formavam pontos-chave na administração dos interesses da Coroa na Capitania. Um olhar mais detido sobre eles parece ser um bom ponto de partida para a análise do governo do Marquês nos seus primeiros anos de atuação no Rio Grande.

Assim, serão analisados os oito maiores destinatários das correspondências oficiais do Marquês de Alegrete, contendo nesse rol pessoas que receberam entre 16 e 25 correspondências e, também, acima de 25 correspondências.

Receberam de 16 a 25 correspondências oficiais do Marquês de Alegrete: o Ouvidor da Comarca, Joaquim Bernardino e Sena Ribeiro da Costa (25 cartas); o Brigadeiro Tomás da Costa (25 cartas); o Juiz de Fora, Domingos Francisco Pereira de Andrade (22 cartas); Tenente General Patrício José Corrêa da Câmara, Comandante da Fronteira de Rio Pardo (16 cartas); e o Coronel Antonio Pinto da Costa (16 cartas).

De outro lado, foram destinatários de mais de 25 correspondências: o Comandante Interino da Fronteira de Rio Grande, Feliz José de Matos (51 cartas); o Brigadeiro Joaquim de Oliveira Alvarés (34 cartas) e o Tenente General Manuel Marques de Souza, Comandante da fronteira de Rio Grande (29 cartas).

Pode-se notar que os principais destinatários do Marquês de Alegrete, no período inicial de sua administração, são pessoas alocadas nos principais postos militares da Capitania. Ou seja, conclui-se, uma vez mais, que seu intuito administrativo inicial foi resolver questões urgentes, reiteradas e importantes com os homens de grande importância militar para a Capitania, posto que esses seriam peças-chave na trajetória administrativa do Marquês para o desenvolvimento das estratégias da administração portuguesa nesta região.

Ainda, dentre os maiores destinatários do Marquês de Alegrete estão dois homens que fazem parte do aparato administrativo e judiciário da Capitania: o Ouvidor e o Juiz de Fora⁴⁶. Esses dois diferentes cargos estão diretamente ligados à administração portuguesa, pois são cargos que existiram primeiramente em Portugal e depois foram utilizados pela Coroa portuguesa para melhor administrar o seu Império no ultramar.

Desse modo, estabelecidos e identificados os principais destinatários do Marquês nesses primeiros anos de sua administração, com base no gráfico abaixo, demonstra-se os destinatários e os assuntos tratados com cada um de acordo as correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete.

46 A Coroa portuguesa criou o cargo de juiz de fora em 1352 para substituir o juiz local, desse modo, o juiz “que vinha de fora” sofreria menos pressão da localidade, pois não tinha ligações pessoais na área de sua jurisdição. As suas designações estão em ouvir tanto casos civis quanto criminais em primeira instância. “A presença do juiz de fora (...) nas cidades e aldeias de Portugal refletia uma tentativa da monarquia de limitar o controle de elementos locais de poder. (...) eram os pilares do governo real em nível local” (SCHWARTZ, 2011, p. 29-30) Já o ouvidor era indicado pelo ordem militar e não pela Coroa. Assim “As áreas pertencentes às ordens militares-religiosas de Cristo, Avis e Santiago não estavam submetidas ao sistema regular de administração, e nelas a lei era aplicada por um ouvidor” (Ibid, p. 30), tendo sua origem em concessões e privilégios medievais.

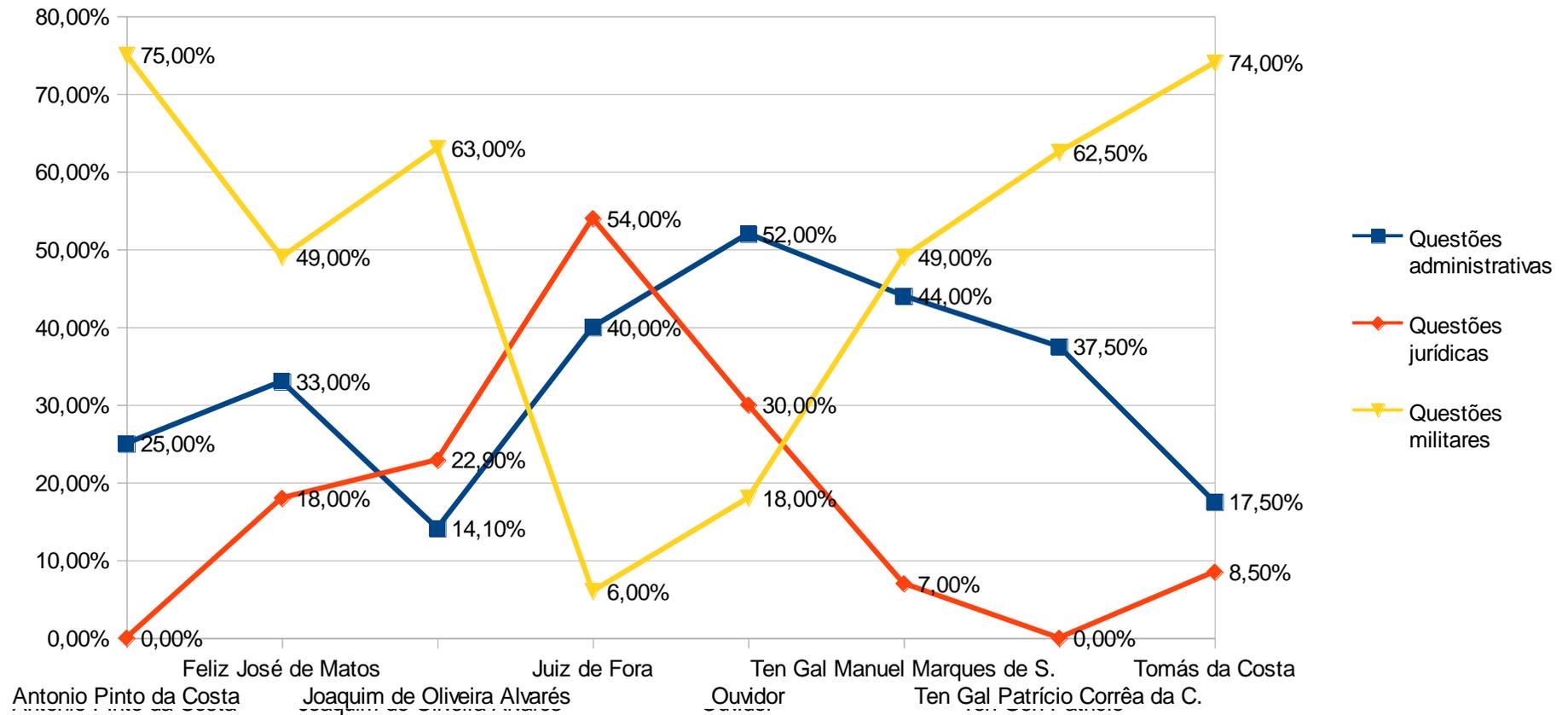


Gráfico 3 - Assuntos tratados nas correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete com os principais destinatários no período de 1814-1815.

Com base no gráfico acima mencionado, a primeira coisa que se percebe é que todas as figuras citadas receberam cartas com os três tipos de assuntos (administrativas, jurídicas, militares), com exceção de Antonio Pinto da Costa e o Tenente General Patrício que não receberam cartas versando sobre questões jurídicas. Tem-se assim que, ainda que certas pessoas tenham sido muito pouco acionadas sobre certos assuntos (Juiz de Fora sobre questões militares, por exemplo), essas foram objeto de correspondências com essas matérias.

O Juiz de Fora, por exemplo, cargo tipicamente administrativo, recebeu 2 cartas de cunho militar. Essas cartas não versaram sobre estratégias militares, mas sim relativamente ao processo de um crime anteriormente categorizado como civil e que passou a ser julgado como crime militar. Assim, o Juiz de Fora estava sendo notificado de que um processo que era de sua alçada estava sendo retirado de suas mãos, por assim dizer, e estava sendo levado aos Tribunais Militares. Ou seja, versava sobre a alteração de competência de um processo que, originalmente era civil, mas, posteriormente, veio a ser considerado militar, daí o fato dessa carta ser considerada militar, em razão da natureza última do referido processo.⁴⁷

De outra banda, Manuel Marques de Souza recebeu 3 cartas sobre assuntos jurídicos. Similarmente ao caso do Juiz de Fora, essas cartas não tratavam de julgamentos em geral, mas de casos de delitos cometidos por militares alocados em suas tropas que cometeram um crime civil e passou a ser julgado pelo Conselho Supremo de Justiça.

Dessa forma, tem-se que, ainda que essas pessoas tenham recebido cartas que não são vinculadas às suas posições, essas correspondências não eram típicas, mas sim sobre determinados assuntos específicos, como foi acima mencionado. Ainda assim, pode-se considerar que essas correspondências que aparentemente seriam exceções não o são, posto que tratam de casos que são de atribuição ou de interesse da pessoa contatada. No caso de Manuel Marques de Souza, interesse sobre os delitos cometidos por membros das suas tropas que seriam levados a julgamento. Já em relação ao Juiz de Fora, tratou-se de uma notificação sobre a alteração de competência de um processo que estava sob seu julgamento, ou seja, uma carta que versava sobre suas atribuições e foro.

Afora isso, a partir do gráfico acima, é possível observar a existência de três grupos muito claros de destinatários de correspondências do Marquês: os que foram objeto, mormente, de uma questão específica (administrativa, judicial ou militar); os que receberam correspondências de bom número sobre as três questões; e aqueles que tiveram uma divisão quase equilibrada entre dois tipos de temáticas nas cartas por eles recebidas, que

47 O processo militar sabe-se, não é considerado um processo judicial *per se*, uma vez que possui trâmite, administração e regras próprias.

preponderaram em relação a terceira questão.

No primeiro grupo, estão Tenente General Patrício, Comandante da fronteira de Rio Pardo; Joaquim de Oliveira Alvarés; Tomás da Costa e Antonio Pinto da Costa. O assunto predominantemente tratado nas correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete a esses destinatários é a respeito das questões militares. Nessas correspondências, destacaram-se como assuntos recorrentes: o remanejamento de tropas, pagamento de soldos, punição ou não a desertores, pedidos de licença, dentre outros assuntos diretamente ligados à manutenção das tropas da Capitania. Os assuntos de ordem administrativa são pouco tratados nas correspondências remetidas aos três citados e os que abordam questões jurídicas são praticamente nulos (no caso de Antonio Pinto da Costa e do Tenente General Patrício elas são nulas de fato).

Tem-se assim que essas pessoas eram, na concepção do Marquês, “especialistas”, por assim dizer, uma vez que eram alvos quase que exclusivos de uma temática específica. O Marquês os procurava para tratar de assuntos reiterados, vinculados a especialidade dos supracitados ou à suas competências. Não havia uma discussão sobre planos e estratégias ou consultas em geral. Tratavam-se de correspondências expedidas com o sentido de fazer-se cumprir determinadas ordens do Governador, cabendo à essas pessoas aplicá-las ou, ao menos, procurar que quem de direito assim o fizesse⁴⁸.

No segundo grupo estão Feliz José de Matos e o Ouvidor Joaquim Bernardino e Sena Ribeiro da Costa. Com base nos assuntos tratados nas correspondências desses destinatários, pode-se notar que o Marquês de Alegrete confiava-lhes todos os tipos de assuntos. Ainda que os assuntos militares prevalecessem nessas correspondências (devido ao período ora analisado, de iminente guerra contra Artigas, como já foi referido no curso deste capítulo), os assuntos de foro administrativo se fazem presentes em uma quantidade que não se pode ignorar, o que também ocorre em relação às questões jurídicas, que são alvo de um número de correspondências que não se pode desprezar. Há, visivelmente, um equilíbrio entre essas três questões que não pode ser desconsiderado, uma vez que isso não ocorre em relação aos outros

48 O fato do Marquês de Alegrete tratar de assuntos específicos com pessoas determinadas, que gera o entendimento de que ele procurava sempre especialistas em cada matéria, pode ser considerada uma demonstração do que foi referido no capítulo primeiro, de que, muito embora a Capitania resguardasse muitas práticas e hábitos do Antigo Regime, o Marquês, oriundo de uma Portugal pós-Pombal, trazia consigo uma forma de administração mais moderna, por assim dizer. O fato de procurar tratar de assuntos técnicos com pessoas com competência técnica para tanto, representa uma forma administrativa mais racional, profissional, compatível com o “contratualismo absolutista”, como foi referido no Capítulo anterior. Dessa forma, vê-se aqui que esse fato constatado a partir das cartas expedidas pelo Marquês de Alegrete vem de encontro às questões teóricas já previamente levantadas neste trabalho, de que a Capitania, como o Brasil de uma forma geral, passava por uma era de transformação administrativa a partir da chegada da Corte ao Rio de Janeiro.

destinatários avaliados no gráfico.

No caso de Feliz José de Matos o equilíbrio é explicado pelo fato de que, em caráter excepcional, ele estava na posição provisória de Comandante interino da fronteira de Rio Grande, em substituição a Manoel Marques de Souza. Dessa forma, as correspondências a ele remetidas, boa parte delas ao menos, eram dirigidas ao ocupante do posto, ao Comandante da Fronteira, e não a pessoa que estava naquela posição. Tal se comprova pelo fato de que, uma vez destituído dessa posição com o retorno de Manoel Marques, como se observará no próximo tópico, o volume de cartas a ele remetidas diminuiu consideravelmente. Disso se abstrai que esse grande montante de correspondências é uma consequência da posição de que gozou nesse período. Retirado isso, percebe-se que Feliz José de Matos recebeu número correspondências similar a outros militares em posição similar a sua e abaixo dos grandes comandantes. Daí a predominância do envio de cartas de cunho militar e administrativo. No tocante aos assuntos referentes aos trâmites jurídicos, ainda que sejam em um número razoável, essas correspondências se dão em decorrência de processos envolvendo algum soldado pertencente ao seu regimento⁴⁹.

Já no caso do Ouvidor, os motivos que justificam o recebimento de cartas de diferentes questões são outros. O cargo de Ouvidor, conforme já foi mencionado anteriormente neste mesmo tópico, presumia o tratamento de uma vasta gama de assuntos relativos à Capitania, que eram de sua competência de processamento. Dessa forma, o equilíbrio entre os diferentes tipos de assuntos tratados com o Marquês estão diretamente vinculadas as funcionalidades de seu cargo dentro do aparelho administrativo da Capitania.

Finalmente, no terceiro e último grupo, estão estãoente General Manoel Marques de Souza e o Juiz de Fora Domingos Francisco Pereira de Andrade. Nas correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete a essas pessoas, nota-se um forte equilíbrio entre dois tipos de assuntos.

Em relação a Manuel Marques de Souza, esse equilíbrio se dá no tratamento das questões administrativas e militares. Pode-se dizer que o equilíbrio dos assuntos referidos nas correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete ao Tenente General Manuel Marques, estão ligados diretamente à importância política e militar deste destinatário na Capitania. O referido Tenente General era pessoa da mais alta importância na Capitania, desde antes da

49 As referidas questões jurídicas que envolvem militares não são aquelas relativas a processos judiciais que envolva militar como réu, posto que estas foram classificadas, como já mencionado neste trabalho, como “questões militares”. No caso, tratavam-se, basicamente, de processos judiciais que tiveram a participação ou intervenção de militar, como testemunha, por exemplo. Daí a necessidade de notificar o chefe do destacamento para que tomasse pé da situação de determinado comandado seu.

chegada do Marquês ao território, possuindo vasta influência tanto no campo militar, como comandante de tropas, como no político-administrativo, em razão de sua posição forte. Assim, com o envio desse alto número de cartas por parte do Marquês ao Tenente General, em uma divisão clara de questões administrativas e militares, surge o entendimento de que havia uma conjugação de esforços entre o Marquês de Alegrete e o destinatário em questão para a aplicação dos planos e estratégias para o futuro da Capitania. Essa conclusão possui amparo no teor das correspondências remetidas, que versavam sobre assuntos importantes para a Capitania e não tinham um caráter consultivo, mas sim pragmático. Respeitosas e não autoritárias, visavam a aplicação de desígneos e não, necessariamente, a discussão sobre planos, dando a entender que os mesmos já estavam definidos e o destinatário possuía pleno conhecimento sobre isso. Não eram ordens, puras e simples, como as dadas a alguém hierarquicamente inferior. Possuíam o condão de serem como lembranças de que determinada questão já previamente acordada deveria ser posta em prática. Essa conjugação de esforços era algo frequente naquela situação, em virtude da posição de Manuel Marques de Souza como comandante da fronteira de Rio Grande e pessoa de alta influência na Capitania, o Marquês de Alegrete necessitava de seu apoio e suporte para que obtivesse sucesso na implantação das estratégias administrativas e militares a ser traçadas nesse período.

Já em relação ao Juiz de Fora, o equilíbrio se dá por motivo diferente, similarmente ao que ocorre com o Ouvidor. O equilíbrio em questão está presente no tratamento de questões jurídicas e administrativas. Trata-se do equilíbrio que é esperado devido à realidade da sua posição e de suas funções tanto na administração portuguesa como na própria administração do Marquês de Alegrete como Governador e Capitão-General da Capitania. As questões jurídicas são o mote de sua função, conforme já foi aqui demonstrado, e as questões administrativas com ele tratadas são referentes à administração do aparato o qual era responsável, inerentes ao cargo que ocupava.

O quadro abaixo ilustra esses diferentes grupos:

Assunto predominante nas correspondências	Grupo 1 Um assunto	Grupo 2 Dois assuntos	Grupo 3 Três assuntos
	Antonio Pinto da Costa	Juiz de Fora	Feliz José de Matos
	Joaquim de Oliveira	Manuel Marques de	Ouvidor

Destinatários	Alvarés	Souza	
	Ten. Gen. Patrício José Corrêa da Câmara		
	Tomás da Costa		

Quadro 1 – Principais destinatários do Marquês do Alegrete no período de 1814-1815.

Diante de tudo o analisado aqui, é possível perceber a partir das correspondências enviadas pelo Marquês a formação de grupos heterogêneos de destinatários de suas cartas. Além disso, é possível relacionar determinadas pessoas a questões específicas, naturais da sua posição e importância para o Marquês. É o caso dos comandantes de tropas que recebiam, quase que exclusivamente, cartas de cunho militar. De outro lado, também vislumbrou-se a existências de duas pessoas com quem o Marquês possuía um relacionamento diferenciado, *sui generis*, Feliz José de Matos e Manuel Marques de Souza, ambos em razão da posição de Comandante de fronteira de Rio Grande. Ao segundo, ainda, somava-se a sua grande influência e importância na Capitania, com quem conjugou esforços para atender aos objetivos traçados. Ainda, a partir das correspondências do Marquês observou-se que, ainda que tivesse em suas mãos uma iminente guerra para preparar-se, suas atribuições não estavam limitadas à organização bélica, posto que muitos assuntos de cunho puramente burocrático passavam por suas mãos de forma, como demonstram o relevante vulto de cartas enviadas a pessoas em funções administrativas, como o Ouvidor e o Juiz de Fora. Cumpre, agora, verificar se tudo isso, ocorrido em um período pré-embate se manterá quando do início da guerra.

2.3. De 1816 a 1818: Artigas, a guerra e o término do mandato

Para analisar as correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete no período de 1816 a 1818, estas foram divididas na mesma metodologia utilizada no subtítulo anterior, em que foram analisadas as correspondências do início do mandato do Marquês como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, as correspondências ora analisadas estão divididas em questões administrativas, jurídicas e militares, como mostra o gráfico abaixo. Assim, a partir delas, busca-se uma análise dos anos seguintes de sua administração, inclusive dos fatos ocorridos nesse período, como a guerra iminente contra Artigas, a extensão de seu mandato por mais um ano e o encerramento do mesmo em setembro de 1818, quando o Marquês retorna à Corte do Rio de Janeiro.

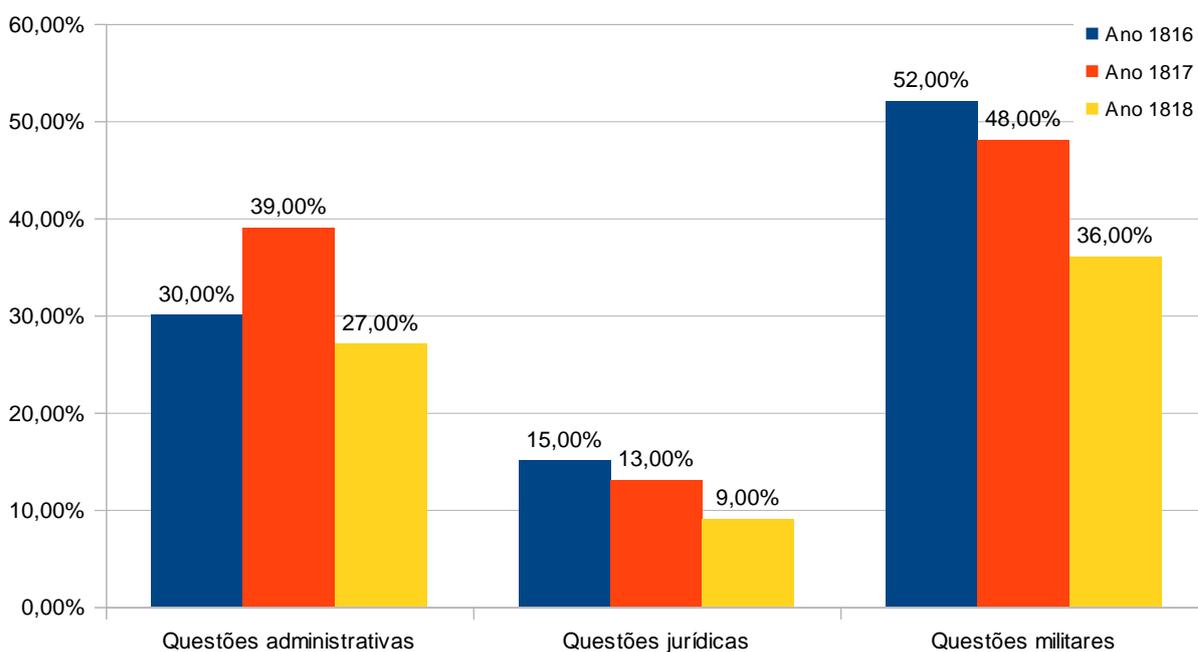


Gráfico 4 - Assuntos tratados nas correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete às autoridades da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1816-1818)

Nesse período, foram analisadas as correspondências oficiais expedidas pelo Marquês de Alegrete em sua totalidade dos anos de 1816 até setembro de 1818, quando chega ao fim o seu mandato de Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em 1816, foram expedidas 276 correspondências oficiais e em 1817, 197 correspondências oficiais. Já em 1818, no período de janeiro a setembro, foram expedidas 96 correspondências oficiais.

De acordo com esses dados pode-se perceber que o Marquês de Alegrete mantém o mesmo estilo de administração da Capitania já demonstrado nos anos anteriores, analisados no tópico anterior a este. Uma governança visa uma continuidade, uma progressão. Objetivos são traçados e, para que sejam atingidos, é preciso que o curso do governo seja estável,

contínuo e em um determinado sentido.

Das cartas deste período, ora analisadas, a primeira grande percepção advém da constatação de que as questões administrativas permanecem como um número significativo nas correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete, tal qual se deu nos anos anteriores (1814 e 1815).

Além disso, nos moldes do que foi abordado anteriormente, a administração portuguesa no período da administração no Marquês na Capitania volta sua atenção para essa fronteira, não só com o fim de expandir a sua fronteira, mas de mantê-la resguardada das ameaças vizinhas. Com isso, pode-se notar a expressiva quantidade de correspondências expedidas de caráter militar, que possuíam o objetivo claro de organizar o território militarmente, tanto para estarem preparadas para os então iminentes ataques das tropas de Artigas, como, simultaneamente, para transformar aquilo que muitos considerariam como uma adversidade como a oportunidade ideal de se apossar das terras adiante da fronteira então estabelecida.

Diante disso, vê-se que as cartas desse período reforçam a ideia de que o Marquês possuía um duplo intuito na administração militar da Capitania. Defender o território já estabelecido era importante por certo e, para tanto, era de grande importância que as suas tropas estivessem preparadas para os prováveis confrontos com Artigas. De outra banda, as pretensões da Coroa portuguesa, aqui posta em prática pelo Marquês como administrador, não paravam por aí, muito pelo contrário. Se Artigas pretendia tomar terras desta Capitania para expandir seu território, a Coroa portuguesa e a administração do Marquês possuíam também pretensões expansionistas. Dessa forma, o Marquês visava não apenas manter o território da Capitania que encontrou na sua chegada, mas, especialmente, expandi-lo. Essa pretensão advinha de um plano traçado na Corte estabelecida no Rio de Janeiro, que já havia demonstrado ideias dessa natureza em outros momentos, como refere Ricupero (2011):

Tendo presente essa percepção portuguesa da existência de um estado de guerra com a Espanha em 1807/1808, de forte anseio de revanche e de um relativo vácuo jurídico acerca da fronteira definitiva, compreende-se a verdadeira obsessão da corte lusitana em aproveitar a oportunidade favorável para reverter a situação na Banda Oriental. (p. 130)

Em relação às questões jurídicas tratadas nas correspondências do Marquês, ainda que estas sejam em número inferior às de caráter administrativo e militar, pode-se perceber que o Governador era a autoridade máxima na Capitania e que por ele passavam problemas de toda ordem. Tratava-se de decorrência lógica na inexistência, à época, da divisão de poderes hoje

conhecida (Executivo, Legislativo e Judiciário). Assim, todas as questões, independentemente da sua natureza ou importância, eram submetidas à autoridade máxima da Capitania, nesse caso o Governador e Capitão-General na pessoa do Marquês de Alegrete.

Dessa forma, tinha-se que o poder na Capitania era centralizado na pessoa do Marquês, a quem cabia não só a manutenção da máquina administrativa e o encaminhamento dos projetos administrativos futuros, como a organização, preparação e liderança militar no território e, ainda, o julgamento e procura de soluções de questões cotidianas envolvendo os cidadãos da Capitania que eram levadas a seu conhecimento para julgamento. Um poder centralizado e com várias incumbências, daí a diversidade de pessoas objeto das cartas expedidas pelo Marquês, bem como dos temas das suas correspondências.

No gráfico abaixo, demonstra-se a relação entre o número de correspondências oficiais expedidas às autoridades da Capitania nesse período, para poder estabelecer os principais correspondentes do Marquês de Alegrete na continuidade de seu mandato como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

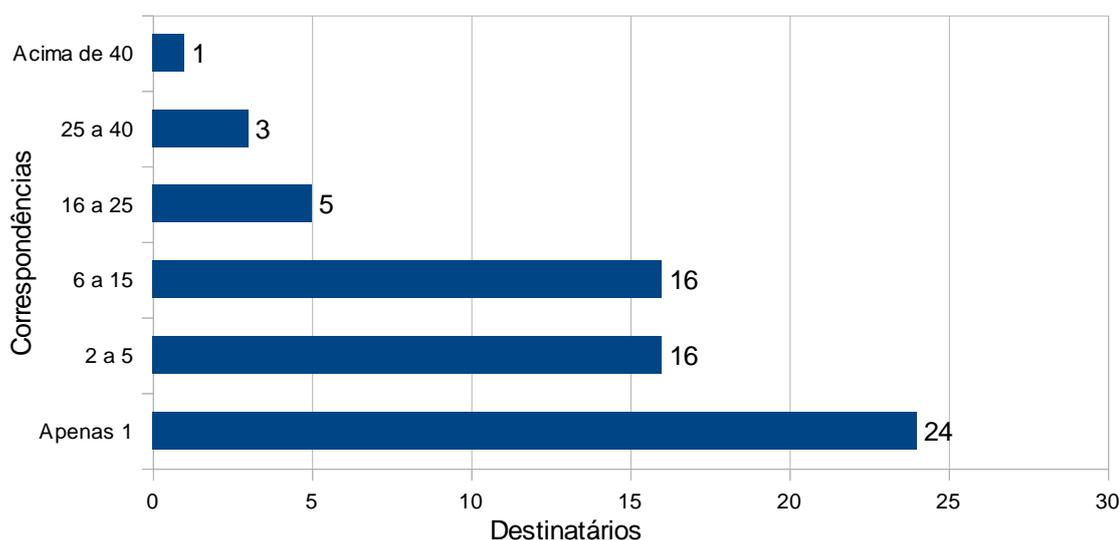


Gráfico 5 - Correspondências expedidas às autoridades da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1816-1818).

Observa-se a partir desse gráfico, assim como no Gráfico 2 do subtítulo anterior, que quanto maior o número de correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete, menor é o

número de destinatários que as receberam. Novamente há uma larga base, mas nesse período a quantidade de correspondências recebidas por essas pessoas é maior, chegando a 15 correspondências expedidas para si, compondo assim três extratos inferiores do gráfico 5.

Da mesma forma como visto anteriormente, ao analisar a parte superior do gráfico, pode-se observar a existência de um pequeno grupo de destinatários com os quais o Governador manteve muito contato nesse período de continuidade de sua administração. Com isso, irá ser analisado o extrato superior do Gráfico 5, onde estão localizados os indivíduos que receberam o maior número de correspondências nesse período, ou seja, os principais destinatários do Marquês de Alegrete entre os anos de 1816-1818.

Desse modo, serão analisados os nove principais destinatários das correspondências oficiais do Marquês de Alegrete, contendo nesse extrato os que receberam entre 16 e 25 correspondências, 26 a 40, e também, acima de 40 correspondências.

Entre os destinatários que receberam de 16 a 25 correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete: os Brigadeiros Feliz José de Matos (18 cartas), Tomas da Costa e Joaquim de Oliveira Alvarés (19 cartas); o Juiz de Fora (18 cartas), (Domingos Francisco Pereira de Andrade, Custódio Almeida de Castro, Manoel José Pinheiro e José Maria de Salles Mendonça Carneiro Peçanha exerceram esse posto durante o período ora analisado)⁵⁰; e o Governador de Santa Catarina (16 cartas), cargo ocupado nesse período por Luiz Mauricio da Silveira e na sequência por João Vieira Albuquerque⁵¹.

Os destinatários que receberam de 26 a 40 correspondências: o Ouvidor da comarca (26 cartas), Joaquim Bernardino e Sena Ribeiro da Costa; o Tenente General Curado (35 cartas) e o Tenente General Patrício José Corrêa da Câmara (36 cartas). E o único destinatário com o número de correspondências acima de 40 é o Tenente General Manuel Marques de Souza (126 cartas).

Pode-se notar que os principais destinatários do Marquês de Alegrete, no período em que consiste os anos de 1816 a 1818 de sua administração como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, também são pessoas alocadas nos principais postos militares da Capitania, e entre esses indivíduos, somente um nome é diferente do que ocorreu nos primeiros anos de sua administração.

50 Deve-se ressaltar que o Juiz de fora aqui é considerado o cargo em si, e não as pessoas que o representaram, pois de acordo com as correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete, durante o período da administração, em que consistem os anos de 1814 a 1818, não há distinção entre os diferentes indivíduos que ocuparam o cargo, tanto no texto das correspondências como no modo de se referir ao destinatário.

51 O mesmo que ocorreu com o cargo de Juiz de fora, acontece aqui com o cargo de Governador de Santa Catarina, pois a partir de julho de 1817, de acordo com as correspondências expedidas do Marquês de Alegrete nesse ano, muda-se o indivíduo que representa o cargo de Governador de Santa Catarina.

Desse modo, de acordo com os acontecimentos desse período na Capitania (a iminência da guerra contra Artigas e, na sequência, o início dos confrontos), além dos claros intuítos expansionistas do Marquês, já analisados neste tópico, tem-se que os principais destinatários do Marquês de Alegrete nesse período fossem autoridades militares. Tal fato ressalta o entendimento de que o então Governador buscava estar plenamente preparado para defender a fronteira e a soberania portuguesa na Capitania, e em um ato contínuo, buscar a expansão dessa fronteira. Esse volume de correspondências remetido as autoridades militares, em especial o Tenente General Manuel Marques de Souza, autoridade militar da época, comprova o que vem sendo aqui exposto desde o tópico anterior, de que a preocupação com a manutenção e expansão da fronteira foi uma das incumbências do Marquês desde a sua chegada à Capitania e que, desde o início de sua administração, ele vinha preparando terreno para o momento do embate militar para obter esses objetivos. Um plano traçado desde antes da chegada do Marquês ao sul do Brasil e trabalhado desde o início de seu governo.

Mesmo que a maioria dos destinatários do Marquês permaneça entre os militares, novamente mantem-se entre os principais destinatários indivíduos que pertencem ao aparelho administrativo e judiciário da Capitania: o Ouvidor e o Juiz de Fora. E ainda, diferentemente dos anos iniciais de sua administração, o Marquês de Alegrete tem como um dos principais destinatários o Governador de Santa Catarina. Esses dois primeiros cargos estão diretamente ligados à administração portuguesa, e como se ressaltou anteriormente, esses indivíduos são de veras importante para a administração do Marquês de Alegrete nesse período para mantê-la em bom funcionamento e organização mesmo em um momento de guerra e instabilidade. Quanto ao Governador de Santa Catarina, sua importância se dava pelo abastecimento à Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul de homens, armas e mantimentos para a guerra contra Artigas. Uma guerra não é feita apenas com soldados e a preparação para a mesma ia além dos quartéis.

A partir disso, buscando uma análise mais detalhada dos correspondentes do Marquês, pode-se visualizar no gráfico seguinte a relação entre os principais destinatários do Marquês de Alegrete dos anos de 1816 a 1818 mencionados acima:

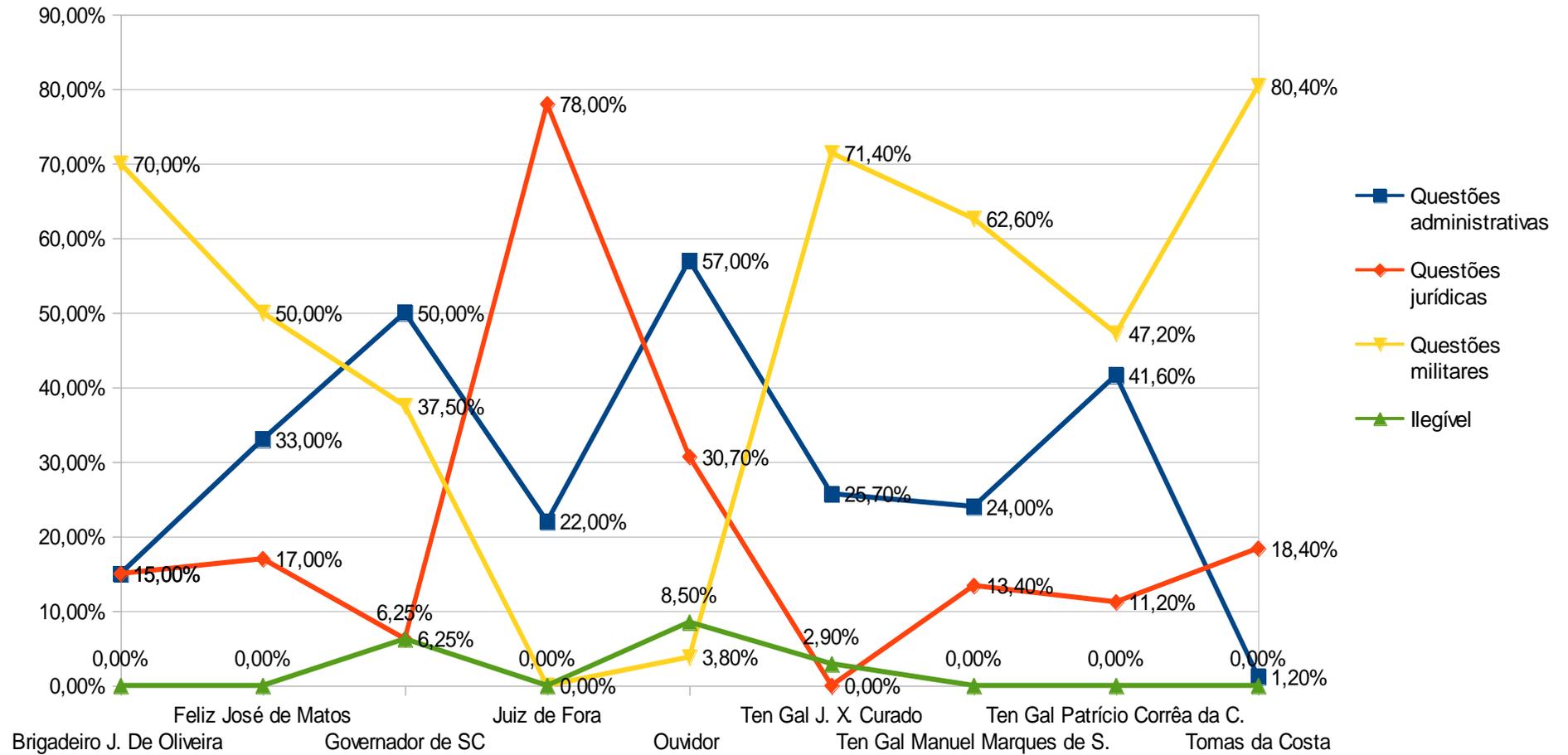


Gráfico 6 - Assuntos tratados nas correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete com os principais destinatários no período de 1816-1818.

A partir do gráfico acima mencionado⁵², novamente, a primeira coisa que se percebe é que todas as figuras citadas receberam cartas com os três tipos de assuntos (administrativas, jurídicas, militares), com exceção de Feliz José de Matos, Juiz de fora e o Tenente General Curado que não receberam cartas, respectivamente, versando sobre questões administrativas, militares e jurídicas.

Ainda olhando a parte inferior do gráfico, pode-se perceber que é onde estão alocados seis destinatários que tiveram as questões jurídicas pouco tratadas em suas correspondências, nomeando-os: Brigadeiro Oliveira, Feliz José de Matos, Governador de Santa Catarina, Tenente General Marques, Tenente General Patrício e Tomás da Costa. Com a exceção do Governador de Santa Catarina, todos possuem postos militares e suas correspondências jurídicas, como mencionado anteriormente, são decorrentes de algo tipo de processo em que um soldado ou oficial de suas tropas foi citado, como réu ou testemunha, ou ainda encaminhou algum tipo de processo verbal.

Ao observar o gráfico, nota-se que determinadas pessoas tiveram maior preponderância em determinados assuntos, enquanto em relação a outras existia um certo equilíbrio no tocante às questões tratadas nas correspondências que receberam do Marquês de Alegrete. Desse modo, é possível fazer aqui a mesma separação por grupos que foi feita no capítulo anterior: os que foram objeto, mormente, de uma questão específica (administrativa, judicial ou militar); e aqueles que tiveram uma divisão quase equilibrada entre dois tipos de temáticas nas cartas por eles recebidas, que preponderaram em relação a terceira questão.

Note-se que no outro capítulo foi avaliada a existência de um grupo que havia recebido um número equilibrado dos três “tipos” de cartas. Ocorre que neste período, conforme o gráfico acima atesta, nenhum destinatário teve esse equilíbrio, ainda que pessoas como Feliz José de Matos, Tenente General Manuel Marques de Souza e o Tenente General Patrício tenham recebido um certo número dos três tipos de correspondências. No entanto, como se observa, o número de cartas por eles recebidas que versavam sobre questões jurídicas é muito pequeno, ínfimo, se comparado com as que tinham por objeto questões administrativas e jurídicas. Não há, em suma, um equilíbrio entre as três questões. Há uma dicotomia entre duas sendo a terceira uma pequena parcela, beirando a irrelevância, da totalidade das cartas recebidas. Ainda, é preciso ressaltar que essas cartas que versavam sobre questões jurídicas, assim como se deu no capítulo anterior, tinham por objeto notificações e

52 Pode-se notar uma categoria diferente referida no gráfico: ilegível. Essa categoria se refere as correspondências em que não foi possível visualizar de modo satisfatório as correspondências através do meio digital.

avisos sobre o envolvimento de membros das tropas desses destinatários em processos judiciais.

Assim, diferentemente do que ocorreu nas cartas referentes a esse período da administração do Marquês, é possível fazer a divisão em apenas dois grupos, como foi mencionado acima.

O primeiro grupo no qual houve um assunto preferencial acima dos outros entre os destinatários, é o caso de Feliz José de Matos⁵³, Brigadeiro Oliveira, Tenente General Curado, Tenente General Marques e Tomás da Costa sobre questões militares e o Juiz de Fora em relação a questões jurídicas. Devido ao período em que essas correspondências foram expedidas pelo Marquês de Alegrete, pode-se entender melhor o porquê de as questões militares estarem na maior parte das correspondências para esses indivíduos, pois todos são comandantes de tropas em postos importantes para a defesa da Capitania. Ainda assim, as questões administrativas e jurídicas estejam presentes, seu número é bem reduzido se comparado com as questões militares tratadas com os indivíduos já mencionados.

Sobre Feliz José de Matos, é preciso recordar que no período anterior ele foi o único não ocupante de cargo burocrático que apresentou um equilíbrio nas cartas recebidas em relação as três questões. Esse equilíbrio, neste período, não aconteceu. A explicação para isso são duas: a guerra e o término da sua atuação como Comandante interino de fronteira de Rio Grande. Como foi apontado no subcapítulo anterior, esse indivíduo esteve no posto citado acima em substituição a Manuel Marques de Souza, que estava afastado. Dessa forma, recebeu no período anterior um vasto volume de cartas, se comparados aos demais destinatários. Neste período isso não se repetiu, o que era óbvio com o retorno de Marques de Souza ao seu posto. Além disso, com o advento da guerra contra Artigas, tarefas burocráticas que antes eram discutidas com pessoas como Feliz José de Matos, ficaram em segundo plano, dada a prioridade dada aos assuntos bélicos.

Já em relação ao Juiz de Fora, se deu nesse período algo similar ao analisado no tópico anterior. A maioria das cartas por ele recebidas do Marquês possuem o caráter jurídico devido ao seu cargo. De outro lado, se comparado com o período anterior, as questões administrativas são tratadas em número bem inferior, o que ressalta a análise de que a preocupação do Governador neste período está direcionada fortemente aos conflitos na fronteira, sendo as questões administrativas burocráticas, comumente tratadas com pessoas na posição do Juiz de

53 Devido há um número elevado de cartas ilegíveis deste destinatário, por ser tratado nas suas correspondências uma diferença grande entre dois assuntos, ele foi alocado no primeiro grupo, em que um assunto se sobressai perante outro, como mostra o gráfico, onde há uma diferença grande entre o assunto mais tratado e o segundo.

Fora, relegadas a tratamento esporádico e eventual.

O segundo grupo, envolvendo pessoas que tiveram uma nítida divisão nas temáticas das cartas por elas recebidas estão o Tenente General Patrício, o Governador de Santa Catarina e o Ouvidor. Nessas correspondências enviadas pelo Marquês de Alegrete a esses indivíduos, nota-se um equilíbrio entre dois tipos de assuntos. No caso de Patrício Corrêa da Câmara e do Governador de Santa Catarina são referentes às questões administrativas e militares, já quanto ao Ouvidor são referentes às questões jurídicas e administrativas.

O Tenente General Patrício, comandante da fronteira de Rio Pardo, recebeu do Marquês de Alegrete nesse período 36 correspondências, nas quais dois assuntos, as questões militares e questões administrativas, estão em praticamente igual relevância. Isso acontece devido ao período vivido na Capitania, um período de guerra e instabilidade, principalmente nas regiões fronteiriças. A fronteira de Rio Pardo foi a região onde os ataques das tropas de Artigas fizeram de alvo principal, desse modo, era extremamente importante que a fronteira em questão estivesse bem organizada tanto administrativa como militarmente. Por consequência, era essa região alvo da atenção e preocupação do Marquês de Alegrete, na condição de administrador da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Já o Governador de Santa Catarina, o equilíbrio constatado entre as cartas por ele recebidas tem uma razão muito clara: a guerra. Em meio aos conflitos, o apoio de Santa Catarina fez-se necessário, não apenas em relação a tropas de suporte, mas, principalmente, ao fornecimento do aparato administrativo para a guerra, tais como mantimentos, víveres e demais produtos e serviços necessários para a manutenção do planejamento bélico. Como já foi aqui referido, uma guerra não é feita apenas com armas e soldados e o Marquês contava com seu vizinho para lhe ajudar a prover o que demais fosse necessário.

Finalmente, no caso do Ouvidor, os motivos que justificam o recebimento de cartas de diferentes questões são outros. O cargo de Ouvidor, conforme já foi mencionado anteriormente, presumia o tratamento de uma vasta gama de assuntos relativos à Capitania, que eram de sua competência de processamento. Dessa forma, o equilíbrio entre os diferentes tipos de assuntos tratados com o Marquês estão diretamente vinculadas as funcionalidades de seu cargo dentro do aparelho administrativo da Capitania.

O quadro abaixo ilustra esses diferentes grupos:

Assunto predominante nas correspondências	Grupo 1	Grupo 2
	Um assunto	Dois assuntos
Destinatários	Feliz José de Matos	Governador de Santa Catarina
	Joaquim de Oliveira Alvarés	Ouvidor
	Juiz de Fora	Ten. Gen. Patrício José Corrêa da Câmara
	Ten. Gen. Curado	
	Ten. Gen. Manuel Marques de Souza	
	Tomás da Costa	

Quadro 2 – Principais destinatários do Marquês do Alegrete no período de 1816-1818.

Depois de analisado os gráficos referentes aos anos de 1816 a 1818, novamente é possível perceber a partir das correspondências expedidas pelo Marquês a formação de grupos heterogêneos de destinatários de suas cartas. Dessa forma, pode-se notar que o Marquês destinou determinadas cartas para indivíduos específicos, importantes para a administração da Capitania nesse período. Como no caso das principais autoridades militares que receberam correspondências de caráter militar, em vista da Capitania estar em estado de guerra. Também percebeu-se a partir dessas correspondências que, ainda que a situação fosse de enfrentamento com Artigas, as atribuições do Marquês não estavam limitadas à organização bélica, posto que muitos assuntos de cunho burocrático passavam por suas mãos e, ainda que de menor importância naquele quadro, não eram ignorados. A Capitania em guerra precisava de um líder militar, mas, também, de um administrador. Essas figuras precisavam estar juntas e, de acordo com as cartas acima analisadas, o Marquês procurou conciliá-las, de alguma forma.

2.4. De planos da Corte para uma Capitania distante à guerra como oportunidade de expansão territorial: os intuítos da Corte pelas correspondências do Marquês

Pelos assuntos tratados nas correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete é

possível extrair algumas conclusões, já mencionadas no tópico anterior mas que, diante do apanhado geral dos documentos analisados, tornam-se ainda mais claras.

Primeiramente, tem-se que o Marquês, desde a sua chegada à Capitania, manteve contato com sujeitos específicos e também ocupantes de determinados cargos. Estes, que receberam correspondências em razão do posto que possuíam (Juiz de Fora e Ouvidor, por exemplo) foram procurados em vista de assuntos tipicamente administrativos, ordinários, parte do cotidiano administrativo da época. Não foram tratadas nessas correspondências quaisquer assuntos de cunho estratégico, seja político, administrativo e militar. Justamente em razão disso, as cartas visavam o cargo não a pessoa que o ocupava no momento, uma vez que o indivíduo não era relevante para aquela questão (até porque houveram durante o governo do Marquês múltiplos ocupantes desses cargos) mas sim o posto, a autoridade, por assim dizer.

Há que se considerar que, em relação a pessoas que ocupavam cargos administrativos, como ouvidores, juízes e comandantes de fronteira, as comunicações eram uma decorrência proveniente do ofício de Governador da Capitania, posto que se tratava da prática do exercício administrativo. Tendo em vista que as correspondências que estão sendo analisadas não se pode dizer a partir delas que o Marquês de Alegrete manteve ou fez parte de uma rede de relações com seus destinatários, o que pode-se dizer é que ele manteve e buscou se relacionar dentro do seu governo com determinadas autoridades da Capitania, por se tratar do seu ofício burocrático oriundo de sua função, mas que pela frequência e os assuntos nelas tratados mostra uma “preferência” do Marquês de Alegrete por determinados destinatários.

De outro lado, aqueles que foram contatados pela sua individualidade, conforme foi avaliado no tópico anterior, o foram em razão de sua posição sócio-política e importância para as questões militares, mormente, administrativas e políticas da Capitania. Em suma, tratavam-se de líderes regionais, pessoas de influência, os quais o Marquês precisava lançar mão para atingir os objetivos que haviam sido traçados para o seu governo.

Esses objetivos, aliás, também estão claros nos documentos analisados, posto que também é altamente perceptível da análise das cartas feita no tópico anterior de que determinados assuntos apareciam de forma reiterada, o que demonstra a sua importância dentro do plano político-administrativo da gestão do Marquês. Tratava-se de questões que tinham um vínculo direto com os objetivos que conduziram à sua vinda para as terras do sul.

Assim, pode-se dizer que a inicial inserção social do Marquês de Alegrete se dá a partir das relações com as principais lideranças, tanto militares como político-administrativas da Capitania, buscando se inteirar de questões reiteradas e importantes da região, para viabilizar a implantação das estratégias delineadas pela Coroa portuguesa, além de gerar uma

melhor governabilidade de seus domínios.

Vale dizer que, esses contatos estabelecidos no início de sua administração na Capitania foram construídos buscando garantir a conservação do território, a manutenção da fronteira e, também, de sua posterior expansão. O Marquês de Alegrete precisava manter relações com as autoridades da Capitania, pois sem elas não seria possível manter uma administração estável nessa região, posto que esses seriam essenciais para um dos principais objetivos do Marquês nestas terras: a defesa da fronteira.

Essa assertiva se comprova quando são analisadas as correspondências oficiais expedidas pelo Marquês de Alegrete nos anos seguintes de sua administração, pois é nesse período que inicia-se os conflitos com Artigas.

Nota-se que o ano de 1816 é o ano em que o Marquês de Alegrete mais expede correspondências de caráter militar, o que, evidentemente, tem relação ao embate com Artigas. Em razão disso, seus principais destinatários são lideranças militares importantes na Capitania, diretamente ligadas à defesa da fronteira, como os comandantes da fronteira de Rio Prado e de Rio Grande e mais três Brigadeiros. Esse foi o ano de preparação e início dos combates na fronteira com as tropas invasoras e, como dever de um Governador e Capitão-General de Capitania, o Marquês de Alegrete ao manter-se em contato com essas autoridades militares através das correspondências, pôde tomar as medidas necessárias para a devida condução das táticas de defesa da fronteira e viabilizar a implantação do intuito de, posteriormente, iniciar sua expansão para territórios que ainda estavam em disputa, em que ainda havia uma disputa relativa a soberania das terras.

Além da correspondência contínua com líderes militares já estabelecidas na região, em 1816 chega à Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul o General Lecór, vindo de Portugal, da guerra contra as tropas napoleônicas. Lecór chegou com a clara missão de reforçar os exércitos e agregar experiência de combate às forças envolvidas com o conflito na fronteira, comandando, assim, a Divisão dos Voluntários Reais. Assim, inobstante considerar que os líderes militares já presentes na Capitania possuíam condições de enfrentar Artigas, a Corte Portuguesa fez questão de juntar ao Marquês uma autoridade militar lusitana, conhecedora e praticante das estratégias militares do Império, o que reforça a ideia já aqui referida de que a administração do Marquês, dentre outros objetivos, pretendia trazer práticas e técnicas, administrativas e militares, do Império Português para a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

De outra banda, em relação às autoridades militares já existentes na Capitania quando da chegada do Marquês, vale ressaltar aqui a exorbitante quantidade de correspondências

expedidas ao Tenente General Manuel Marques de Souza, comandante da fronteira de Rio Grande. O Tenente General, eminente liderança da região na época recebeu em 1816 cinquenta e três cartas remetidas pelo Marquês de Alegre. Se somados os três anos desse segundo período de sua administração, o que envolvia a preparação e os conflitos com Artigas, o Marquês enviou ao Tenente General Manuel Marques de Souza o vultoso montante de 126 correspondências!

Assim, o Tenente General Manuel Marques de Souza é o principal destinatário do Marquês de Alegrete durante os anos de 1816 a 1818. O destinatário com o segundo maior número de correspondências enviadas a ele é o Tenente General Patrício José Corrêa da Câmara, comandante da fronteira de Rio Pardo, mas com apenas 36 correspondências. Isso leva à conclusão que, não só que a fronteira de Rio Pardo tem importância para a Capitania, onde estavam mais próximos aos territórios desejados tanto pela Coroa portuguesa como pelos habitantes da Capitania, mas que a fronteira de Rio Grande e o próprio Manuel Marques são peças-chave dentro da administração do Marquês de Alegrete e, também, nas estratégias administrativas, políticas e militares da Coroa portuguesa para essa Capitania. Ou seja, esse volume de correspondências enviadas a esse único destinatário transmite a ideia de que o referido líder militar tinha vital importância para os desígnios do governador em relação às questões militares da Capitania, tanto em relação à defesa da fronteira, quanto ao projeto de expansão desse marco territorial em direção ao Rio da Prata.

Os anos seguintes da administração ainda mantiveram essa situação. Apenas 1818 pode ser considerado um ano mais calmo, por assim dizer, em relação a ataques e enfrentamentos entre os exércitos da Capitania e os comandados por Artigas. Ao longo desse período, pode-se notar que o Marquês de Alegrete usou das correspondências para comunicar-se com essas autoridades militares para manter a integridade do território da Capitania e seguir com as estratégias administrativas e políticas da Coroa portuguesa para a fronteira sul do seu Império, como já foi aqui referido.

Independentemente de a Capitania estar vivendo um momento de guerra e instabilidade nas suas fronteiras, o que ocasionou um maior número de correspondências sobre questões militares a serem tratadas com considerável urgência, os assuntos relativos a questões administrativas foram também de importante relevância nesse período. Uma vez que, por mais que a situação obrigasse atenção maior a assuntos de ordem militar, a administração de uma Capitania é deveras importante para manter a organização e continuidade da mesma, principalmente em um período em que os conflitos militares influenciam diretamente nas tomadas de decisões administrativas. As questões administrativas não cessam em razão da

guerra, justamente ao contrário, elas aumentam, posto que conflitos dessa natureza geram incerteza, temor e desconfiança por parte da população. Então, cabe ao governante, administrador, saber trabalhar esses problemas e manter a Capitania funcionando dentro da maior normalidade possível, conciliando a tensão do embate militar com o dever de manter a máquina administrativa funcionando a contento, para não prejudicar a população que dela depende.

Assim, pode-se perceber que a administração do Marquês de Alegrete, esteve dialogando constantemente com os projetos da Coroa portuguesa para essas terras, onde a manutenção da fronteira, sua defesa e, em razão da guerra, sua expansão, mostram a importância da Capitania como parte do Império português. Além disso, é possível observar quando da análise das correspondências oficiais do Marquês com a Coroa portuguesa se estendia a partir de seus representantes até as mais diferentes localidades, alcançando, inclusive, as principais autoridades de uma Capitania distante da centralidade do poder da Corte, no Rio de Janeiro.

Desse modo, a partir daí, serão analisadas essas relações. Muito embora, como deram indícios as fontes aqui trabalhadas, a rede de poder que se estabeleceu na administração do Marquês de Alegrete aparenta ser norteadas por relações de governo, de caráter administrativo e sem indícios válidos de um estreitamento social. Ainda que de modo limitado, pode-se dizer que se tratava de uma busca pela burocratização do poder, visando uma melhor governabilidade da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul nesse período.

3. DESVELANDO OS NÓS: A REDE ADMINISTRATIVA DO MARQUÊS

*"(...) não somos responsáveis pelos homens de alto gabarito,
os pezzonovanti que tomam a si o encargo de decidir
o que faremos de nossas vidas,
que declaram as guerras nas quais querem que entremos
e combatamos para proteger o que eles possuem".*

Mario Puzo⁵⁴

Nos capítulos anteriores, foi abordado como funcionava a administração portuguesa no decorrer da trajetória administrativa do Marquês de Alegrete como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818). Além disso, foi possível mapear, a partir de suas correspondências oficiais expedidas, os assuntos tratados nas mesmas, bem como destacar os principais destinatários do Marquês nesse período e relacioná-los com os temas das referidas cartas.

Neste capítulo, procurar-se-á reproduzir, a partir de suas correspondências, a rede de relações de poder estabelecidas pelo Marquês de Alegrete durante sua administração. Com isso, objetiva-se analisar como se deu sua trajetória administrativa como Governador da Capitania, em conjunto com o que já fora analisado aqui anteriormente, de modo que seja possível, através dessa análise, uma melhor compreensão do funcionamento da administração portuguesa na fronteira do seu Império.

3.1. A teia administrativa a partir do Marquês de Alegrete

Como foi referido no curso deste estudo, para entender como se deu a trajetória administrativa do Marquês de Alegrete como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818) - busca-se analisar, a partir de suas correspondências oficiais expedidas, a rede de relações de poder construídas por ele nesse

54 PUZO, 2010, p. 427.

período. Nesse intuito, o trabalho foi desenvolvido sob inspiração metodológica da micro-história italiana e com análise de redes a partir das correspondências oficiais expedidas do Marquês de Alegrete.

A perspectiva da micro-história italiana, especialmente identificada com a história social, é compreendida como uma abordagem que se constitui a partir de sua análise em conjunto do nível micro com o nível macro, fazendo dos dois níveis um sistema novo de entendimento e, portanto, de interpretação. Nas palavras de Jacques Revel (1998):

A abordagem micro-histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou, para recorrer a um outro sistema de referências, mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo de representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável). (REVEL, 1998, p. 20)

A redução de escala de análise pretendida pela micro-história italiana deve mostrar, como aponta Giovanni Levi (2001) em sua obra, os aspectos não revelados pela análise do macro, e assim, servir para reconfigurar uma visão mais ampla do processo. A partir da comunidade de Santena, o autor procura nos mostrar como as mudanças ocorridas no século XVII vão influenciar as escolhas e as decisões dos indivíduos dessa comunidade e, por sua vez, como o emaranhado de decisões, estratégias e práticas sociais dos atores e de suas famílias influenciam o processo mais amplo.

A partir da proposta de Levi (2001), procura-se ver um sujeito histórico dotado de uma racionalidade específica do contexto em que vivia, “porém não em termos de uma realidade cultural inconsciente destinada a sufocá-lo progressivamente. Esta racionalidade pode ser mais bem descrita se admitirmos que ela (...) fosse também empregada na obra de transformação e utilização do mundo social (...)”⁵⁵. Assim, utilizando-se da micro-história, pretende-se analisar as relações de poder do Marquês de Alegrete na sua trajetória como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818).

Desse modo, procura-se mostrar o homem do seu tempo, trazendo ainda traços das práticas herdadas de uma sociedade do Antigo Regime. O Marquês de Alegrete figura como um indivíduo ciente da conjuntura em que vivia e que agia conforme as exigências do momento. Sua postura política era coerente com a rede administrativa da qual fazia parte e

55 LEVI, 2001, p. 45.

com tato suficiente para um bom relacionamento com as autoridades da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A pesquisa também utiliza-se do método onomástico, conforme denominado por Carlo Ginzburg (1989), que consiste na utilização do nome como o fio condutor para estabelecer a rede de relações na qual os indivíduos estão envolvidos e os diferentes espaços e tempos nos quais se inserem. Desse modo, “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”⁵⁶.

Para tanto, o Marquês de Alegrete, e sua trajetória administrativa, deve ser analisado dentro da sociedade a qual se insere no período de sua administração nos anos 1814 a 1818, a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, e a partir daí analisar as relações de poder que construiu.

“No entanto, os nomes não são apenas rastros a serem perseguidos. Eles não são neutros: traduzem relações de poder e hierarquias. Expressam formas de classificação social e disposições identitárias individuais, familiares ou grupos frente aos demais. Os nomes trazem impressos em si tradições, memórias e experiências vividas.” (WEIMER, 2012, p. 192)

Com isso, busca-se uma análise em escala reduzida sobre as relações de poder do Marquês de Alegrete como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818) e, a partir delas observar as estratégias de um indivíduo para a continuidade das estratégias administrativas e políticas para a fronteira mais ao sul do Império Português.

Nesse mesmo sentido, vale atentar a trabalhos que utilizam este instrumento analítico no estudo da estruturação do poder no sul da América Portuguesa. Ao analisar as relações sociais de Rafael Pinto Bandeira, Hameister e Gil (2007) mostram como esse potentado e sua família se afirmaram em decorrência da guerra com os espanhóis, através das mercês concedidas pela Coroa que possibilitaram um reordenamento político que colocou Rafael Pinto Bandeira em uma posição superior aos demais notáveis locais, se impondo perante os seus desafetos e beneficiando seus aliados. Com isso, através da análise das relações sociais desse sujeito, percebe-se um beneficiamento daqueles que lhes eram mais próximos, seus aliados, tanto dentro do âmbito familiar como, também, a outros com os quais não possuía parentesco.

56 GINZBURG, 1989, p. 175.

Para a família Pinto Bandeira interessava diretamente o controle do governo da capitania, o que se deu em duas ocasiões. Esses períodos foram importantes para garantir a política de concessão fundiária promovida para seus aliados, além de aumentar a concentração de recursos na mão do líder do grupo, que servia de suporte para garantir recursos para todo o clã, inclusive o medo e o respeito públicos. Esta era mais uma estratégia típica de Antigo Regime que era incorporada no fazer-se da elite daquela *fronteira*. (HAMEISTER; GIL; 2007, p. 309)

Já a partir do trabalho de Comissoli (2008), pode-se perceber que as relações sociais estabelecidas pelos “homens bons” da Câmara Municipal de Porto Alegre no início do século XIX visavam o benefício próprio e o de seus aliados políticos, possibilitando a manutenção no poder de representantes de seu interesse. Dessa forma,

(...) a existência de redes de poder junto ao aparato administrativo português no Brasil colônia consistia em um mecanismo de ampla divulgação dentro das possessões portuguesas. As redes davam a um grupo uma abrangência sobre o corpo social de uma maneira que não era possível a apenas um indivíduo. Ao mesmo tempo, a rede era uma fonte de respaldo político aos seus integrantes e um importante apoio em momentos de dificuldades, graças às reciprocidades que constituíam um dos elos destas mesmas redes. (COMISSOLI, 2008, p. 83)

Esses trabalhos específicos sobre o sul do Brasil fazem lembrar um trabalho clássico com fulcro em análise de redes sociais da América colonial. Trata-se do estudo feito por Michel Bertrand (1999), no qual o referido autor trata da família e de redes de sociabilidade dos administradores coloniais da Nova Espanha, na qual na aplicabilidade da análise de redes percebe-se que:

La reflexión sobre la aplicabilidad del análisis en términos de redes a una problemática social relativa a la Nueva España, ha permitido demostrar su aportación significativa en un estudio referente a las élites coloniales. (...) El planteamiento “de redes” pretende ante todo desprender los dinanismos sociales em los que un grupo de actores, en este caso el de los funcionarios de finanzas de la Nueva España, se encontraba asociado e integrado al resto del mundo de las élites coloniales. (BERTRAND, 1999, p. 133)

Nos dois primeiros estudos nota-se que os grupos de indivíduos se organizavam pelo que Fragoso (2003) denomina de bandos⁵⁷, e a formação deste pelas elites visava o seu fortalecimento, do mesmo modo como era muito útil aos interesses da Coroa portuguesa. Além do bando manter seu interesse local, isso permitia à Coroa ter indivíduos na região que dispunham de poder e influência para administrar o sul do Brasil. Já no estudo de Bertrand (1999), observa-se as possibilidades de uma reflexão a partir da análise de rede, “el

57 “Resultavam dos embates entre as facções nobres. E, portanto, referia-se à teia de alianças que tais famílias criavam entre si e com outros grupos sociais, tendo por objetivo a hegemonia política ou a sua manutenção.” (FRAGOSO, 2003, p. 9)

planteamiento 'de redes pretende ante todo desprender los dinamismo sociales em los que un grupo de actores, em este caso el de los funcionarios de finanzas de la Nueva España, se encontraba asociado e integrado al resto del mundo de las élites coloniales’⁵⁸.

Parece-no, por fim, pertinente a noção de rede social exposta no já referido trabalho de Adriano Comissoli (2011a):

Rede social é o conjunto de interconexões entre diversas pessoas dentro de um sistema social. Estas conexões resultam das interações desenvolvidas entre os sujeitos, de modo que as redes podem ser interpretadas tanto à luz de um tipo de uma relação específica quanto pelo conjunto das mesmas. Os nós destas redes incidem nas pessoas envolvidas em sua composição, pois de cada sujeito partem e chegam relações com inúmeros outros (...) Estes nós são interpretados como ponto de encontro das relações sociais que quando vistos em conjunto formam um determinado arranjo dotado de coerência. (COMISSOLI, 2011a, p. 30)

Esses trabalhos são referências importantes, pois mostram as várias possibilidades a análises de redes como meio para identificar as estratégias de integração e política da Corte portuguesa na fronteira de seu Império, assim como das autoridades locais. A partir dessa inspiração, foi investigada a trajetória administrativa do Marquês de Alegrete no período de sua atuação como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818),

Para isso, escolheu-se empregar a abordagem de redes egocentradas, tomando o Marquês de Alegrete como o centro. Dentre outras técnicas do estudo de redes sociais, a abordagem egocentrada é aquela onde se lança mão de “una red construida exclusivamente o de manera dominante por o entorno a un individuo – la red personal egocentrada – que caracteriza una 'sociabilidad individual', es decir, construida a partir de un solo y mismo individuo”⁵⁹. Nesse sentido, vale citar o trabalho de Imízcoz Beunza e Arroyo Ruiz (2011):

El “análisis de redes” (em este caso em su versión de “redes egocentradas”) es especialmente apto para percibir todo lo relativo a la conectividad y los aspectos relacionados con ella: las características de las configuraciones relacionales, pero también su influencia em los comportamientos de los individuos y su incidencia em los procesos económicos, sociales y políticos. Las diferencias em cómo los individuos/ están conectados incidem em sus oportunidades y limitaciones, y las características de su inserción social tienen mucho que ver con sus comportamientos. (IMÍCOZ; ARROYO, 2011, p. 131)

Assim, no presente estudo, o Marquês de Alegrete pode ser chamado de “estrela de primeira ordem” (COMISSOLI, 2011a), pois é a partir dele e de suas relações que iniciar-se-á

58 BERTRAND, 1999, p. 133.

59 Ibid., p. 119.

a análise de sua rede de relações de poder e na qual pode-se perceber as interações entre diferentes indivíduos e a dinâmica dessas relações, além de mostrar um processo mais global⁶⁰, como as estratégias políticas e administrativas da Coroa portuguesa nas fronteiras de seu Império.

Para a análise da trajetória administrativa do Marquês de Alegrete no período de sua administração como Governador da Capitania de São Pedro (1814-1818), foram utilizadas como fontes as correspondências oficiais expedidas por ele nesse período, que estão localizadas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre-RS. Como dito anteriormente no capítulo 2, foram analisadas um total de 921 correspondências, sendo: 51 do ano de 1814; 301 de 1815; 276 de 1816; 197 de 1817; e, 96 de 1818.

Os autores que utilizam o método de análise de redes em história têm considerado que as fontes epistolares são materiais privilegiados para esse tipo de análise uma vez que costuma aportar informações privilegiadas tanto para a análise da estrutura da rede, como também para conhecer os conteúdos qualitativos das relações entre indivíduos da mesma rede (IMÍZCOZ, 2004).

La información de la correspondencia epistolar sobre los asuntos en que los actores se hallan implicados revela en su máxima amplitud documental la pluralidad de contenidos de estas relaciones, así como las dinámicas individuales y colectivas de los grupos de actores relacionados. Esto es, asocia, en la acción real, las redes de relaciones con la pluralidad de dimensiones en que los actores se mueven y con los procesos históricos en los que participan (...). (IMÍZCOZ; ARROYO, 2011, p. 107)

Vale ressaltar aqui os trabalhos que utilizam como fontes as correspondências epistolares como principal fonte para o desenvolvimento de estudos de análise de redes. O trabalho de Moutoukias (2000), sobre o Vice-reinado do Prata, aborda um balanço da estratificação social de uma sociedade colonial do Antigo Regime, no qual:

La exploración de correspondencias permite, claro, la reconstrucción de una red egocentrada, como por ejemplo una red de agentes. Es el caso de la red de correspondientes del comerciante Domingo Belgrano Peri. Se puede dar un paso más haciendo una utilización realmente intensiva del material, si consideramos a quienes remitían cartas como el vértice de otras tantas redes egocentradas. Así trabajada, la

60 Citando Imízcoz Beunza: “Es necesario integrar el análisis de red social en un análisis más global, en el que se tengan en cuenta la pluralidad de dimensiones de lo social y no únicamente la relacional. (...) Por ahora, parecen excepcionales las voces que. Desde dentro de los análisis de red social, reclaman – refiriéndose a grupos, organizaciones o empresas – que ‘estas entidades, o actores colectivos, son más que un sistema de relaciones entre miembros: comprenden también, por ejemplo, una cultura o un sistema de normas’ y que ‘reducirlos a su estructura relacional es un empobrecimiento inaceptable en sociología” (2004, p. 125), assim como em qualquer estudo que busque entender, a partir da análise de redes, um sistema, uma sociedade ou um indivíduo, independente do campo dentro das ditas ciências sociais.

correspondencia constituye una huella fragmentada del recíproco entrecruzamiento de redes egocentradas, la del destinatario y las de sus remitentes. (MOUTOUKIAS, 2000, p. 141)

Já no trabalho de Imízcoz (2004), sobre a emergência de novas elites dirigentes na Espanha do século XVIII, em que as famílias se especializam em diferentes atividades relacionadas com a Coroa e o Estado espanhol, é a partir das correspondências entre os membros da família que se parte para a análise das redes construída por eles.

La correspondencia epistolar permite observar la acción de los actores sociales em una amplia pluralidad de dimensiones y de una forma global. Global em el sentido de que actuán simultáneamente em actividades, intituciones y geografías que habitualmente solemos percibir disociadas, pero que, a través da correspondencia epistolar, se perciben relacionadas entre sí. (IMÍZCOZ, 2004, p. 138)

Esse mesmo autor, em colaboração com Arroyo Ruiz (2011) elaborou um artigo, em que a partir de exemplos centrados em correspondências epistolares do século XVIII mostram as possibilidades para o desenvolvimento de análises de redes egocentradas, pois a reconstrução de uma rede egocentrada a partir da correspondências mostra uma percepção maior das relações dos indivíduos.

Este tipo de análisis procura una percepción de globalidad, em la medida em que permite observar el conjunto de relaciones de un individuo em las diferentes esferas de actuación em las que participa y cómo estas se afectan unas a otras. La idea que se halla em la base es la de la unidad del sujeto, com sus vínculos e interacciones em una pluralidad de esferas, que se afectan mutuamente. En este sentido, los individuos pueden ser tomados como actores de una historia global, em la medida em que, a través de sus acciones y relaciones, percibimos no solamente la articulación social, sino la coherencia interna de essa historia que es la suya, esto es, la relación efectiva, em cada caso y em cada momento, entre sectores de actividad, espacios o esferas (económica, política, cultural, etc.) cuyos funcionamientos percibimos habitualmente de forma segmentada. (IMÍZCOZ; ARROYO, 2011, p. 134)

Desse modo, os trabalhos de Imízcoz Beunza (2004); Zacarías Moutoukias (2000) e Imízcoz Beunza e Arroyo Ruiz (2011) são importantes para as referências metodológicas do presente estudo, onde a pesquisa documental está centrada nas correspondências oficiais expedidas pelo Marquês de Alegrete no período de sua administração (1814-1818) como fontes privilegiadas para a análise de sua rede de relações de poder para entender como se deu sua trajetória administrativa como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818).

Os trabalhos acima citados fundamentam este estudo, uma vez que, a partir dessas metodologias, pode-se analisar as trajetórias individuais influenciadas pelo Império

Português, dentro de uma sociedade em que as práticas herdadas do Antigo Regime ainda permaneciam. A partir daí, busca-se observar as relações de poder construídas pelo Marquês do Alegrete, a fim de estabelecer e identificar a rede de relações sociais do Governador, para entender o desenvolvimento das estratégias do Império Português na sua fronteira.

Para melhor compreender a análise da rede de relações de poder do Marquês de Alegrete deve-se levar em consideração a diferença entre as análises abordadas anteriormente e a que vai-se desenvolver aqui.

Nos trabalhos supra-mencionados são analisadas, em sua maioria, as redes de relações sociais tanto a partir de fontes epistolares, como, também, em outros diferentes tipos de documentação (testamentos, contratos de matrimônio, inventários, etc.), ou mesmo do cruzamento entre eles. Mas, de qualquer modo, todos buscam a elaboração de redes sociais de seus objetos de estudo, que predizem um certo envolvimento mais pessoal entre as partes da mesma rede.

Com a análise das correspondências oficiais expedidas pelo Marquês de Alegrete, não se pode afirmar que ele mantinha algum tipo de relação social com os seus correspondentes, pois devido às correspondências não serem de cunho pessoal, e sim administrativo, o que se pode dizer é que suas relações - com base nessas correspondências, frisa-se - se dão dentro desse âmbito, sem uma clara diferenciação de tratamento ou mesmo proximidade com qualquer de seus correspondentes nesse período. Não se está dizendo, com isso, que inexistiam relações pessoais entre esses sujeitos, de forma alguma. Está-se dizendo, unicamente, que as fontes trabalhadas neste estudo não apontam para isso. Vale ressaltar que tal constação pode ser fruto justamente, do caráter da fonte documental utilizada para o desenvolvimento desse trabalho, embora o intuito inicial da pesquisa tenha sido encontrar muito mais que meras relações administrativas estabelecidas pelo Marquês.

Assim, buscou-se entender como se estruturavam essas relações de poder, com base nas correspondências oficiais expedidas, e como elas estão ligadas a um entendimento mais global, como Imízcoz (2004) ressalta, ou seja, investigar o funcionamento da administração portuguesa na fronteira do seu Império a partir da trajetória administrativa do Marquês de Alegrete.

Nesse diapasão, busca-se a definição do conceito de rede governativa de Maria de Fátima Gouvêa (2010), na qual a autora o utiliza para analisar os vínculos estratégicos de oficiais régios - período entre o fim do século XVII e início do século XVIII. A rede governativa relaciona diferentes centros e periferias nas diversas partes do Império português

e é “entendida como uma articulação estratégica de indivíduos no âmbito da administração”⁶¹, onde o recurso institucional da governabilidade é um elemento que constitui conexões e fluxos de troca dentro da própria administração portuguesa. Ou seja, os diferentes cargos administrativos nas mais diferentes áreas do Império português “serviram como pilares de sustentação” do mesmo.

Assim sendo, a coroa exercia um papel central ao reconhecer e formalizar o status, as hierarquias e os privilégios inerentes de pertencimento à monarquia portuguesa. Os vários centros e periferias se relacionavam de forma dinâmica, articulando-se entre si – inclusive com a própria coroa – conforme os graus de interesse que compartilhavam a cada momento. (GOUVÊA, 2010, p. 185)

A coroa era o ponto de equilíbrio da governabilidade do império português, era o rei, pela natureza de seu posto, que detinha os meios e os recursos para o melhor funcionamento de seu modo de governar. Dentre estes meios está “a vigência de uma *lógica de prestígio* e, portanto, de prestação de serviços à coroa, concorrendo para que todo tipo de serviço só fosse válido socialmente se formalmente reconhecido pela coroa”⁶². Utilizando, assim, o aparato administrativo do império como instrumento de hierarquização de recursos, e desse modo, de indivíduos que exerciam cargos dentro da própria instância administrativa.

Ou seja, uma monarquia que vivia dos recursos e oportunidades de *acrescentamento* material e espiritual existentes em suas áreas ultramarinas e oferecidas pelas dinâmicas de incorporação delas ao conjunto imperial. Monarquia constituída por grupos locais espalhados pelo império que igualmente dependiam do reconhecimento e do aval institucional fornecido pela coroa em termos da definição de suas posições sociais ante as sociedades em que viviam. Monarquia pluricontinental que se definia pela relação dialética que entrelaçava coroa e ultramar, posto que ambos dependiam um do outro para *ser e existir* enquanto áreas de poder – político e econômico -, e que tinham suas jurisdições e prerrogativas reiteradas e reforçadas justamente por meio dos vínculos que os articulavam entre si, formando o todo imperial. (GOUVÊA, 2010, p. 185)

A partir da análise das correspondências oficiais do Marquês de Alegrete no período de sua administração (1814-1818), período esse em que a sede do império português estava localizada no Brasil (devido aos acontecimentos que foram referidos no Capítulo 1, p. 19), busca-se entender como se deu, a partir de sua trajetória administrativa, o funcionamento e a aplicabilidade do modo de governar da coroa portuguesa na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Para tanto, a análise da rede do Marquês de Alegrete, como uma rede governativa, pode mostrar as diferentes relações de poder estabelecidas por ele com as mais

⁶¹ GOUVÊA, 2010, p. 179.

⁶² Ibid, p.181.

diferentes autoridades locais, ligando, assim, uma capitania localizada na periferia do Império português com a centralidade da administração portuguesa.

Dessa forma, com base nesses estudos, objetiva-se uma análise das fontes documentais levantadas, as correspondências oficiais expedidas, para, então, compreender as relações de poder que foram estabelecidas pelo Marquês de Alegrete como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818). Assim, tem-se meta neste capítulo o desenvolvimento de análise de rede das relações de poder nas quais está inserido o Marquês de Alegrete, no período de sua administração na Capitania.

3.2. As autoridades da Capitania: os nós no tear do Governador

Para melhor analisar a rede de relações de poder do Marquês de Alegrete no período de sua administração como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818), utilizou-se metodologia similar a do capítulo anterior. Do mesmo modo como foi dividido o período de sua administração em dois momentos no segundo capítulo deste trabalho, aqui será primeiramente analisada a rede de relações do Marquês de Alegrete com base nas correspondências expedidas às autoridades da Capitania no período inicial de sua administração, que consiste nos anos de 1814 e 1815, e, posteriormente a rede de relações correspondente ao segundo período da administração do Marquês, que equivalem aos anos de 1816 a 1818.

Por se tratar de uma rede a partir de fontes epistolares - no caso, as correspondências oficiais expedidas - e existindo o objetivo de analisar a trajetória administrativa do Marquês de Alegrete durante sua administração como Governador da Capitania, pode-se perceber de plano que ele é o nosso ego de uma rede egocentrada. Nada mais óbvio, uma vez que as fontes utilizadas são remetidas por ele.

Nos primeiros anos de sua administração (1814-1815), como dito anteriormente (Capítulo 2) pode-se perceber que o Marquês de Alegrete chegou à Capitania com o objetivo de organizar o território militarmente, com a finalidade precípua de resguardar a fronteira. De acordo com os assuntos tratados em sua correspondência as autoridades da Capitania, como mostra o Gráfico 1 (Capítulo 2, p. 53), fica claro o interesse da Coroa nesta Capitania, não apenas relativo a questões militares, mas também de organizar e melhorar a administração da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Nos diagramas a seguir, foram alocados todos os indivíduos com quem o Marquês se correspondeu no período de 1814 a 1815. Nota-se que, além de estarem todos conectados ao ego em questão – como já foi aqui pontuado - alguns possuem relação entre si, o que não deixa de ser interessante.

Esse fato foi constatado na análise do teor das referidas correspondências, em que referências a um ou outro sujeito são feitas⁶³. Também constatou-se que, a partir das cartas analisadas, a conclusão possível acerca da natureza dessa relação entre diferentes destinatários do Marquês é relacionados aos afazeres do governo e administração. Novamente, não estamos dizendo que não havia relações pessoais, que pudessem dar espaço a favorecimentos diversos, nessas relações, apenas apontamos que, se existentes, essas relações não se podem depreender da documentação analisada. Vale lembrar que, uma vez que este trabalho é calcado nas correspondências oficiais do Marquês de Alegrete, é um tanto quanto óbvio que os assuntos nelas abordados seriam administrativos, não deixando margem para a abordagem de temas de cunho pessoal. Conversas dessa natureza seriam feitas em correspondências pessoais, não oficiais, que, como se sabe, não são objeto deste trabalho.

Para melhor analisar e entender a representação gráfica da rede do Marquês de Alegrete (gráfico 7) foi retirado o ego dessa rede egocentrada, ou seja, o próprio Marquês. Isso porque todos os indivíduos de sua rede se relacionam com o ego, afinal, como dito anteriormente, ele é o centro da rede, o ego da rede egocentrada, e, mais que isso, o remetente de todas as cartas enviadas a esses indivíduos nesse período. Justamente em razão disso, todos os elencados na rede, se relacionam com o Marquês, obviamente. Contudo, é interessante observar, sem o ego, as relações entre essas pessoas, entre os correspondentes do Marquês de Alegrete.

Vale ressaltar aqui, que para construir a rede governativa do Marquês de Alegrete nesse primeiro período de sua administração foram analisadas suas correspondências oficiais expedidas em um total de 352 cartas a 48 destinatários, dentre os quais estão as mais diversas autoridades da Capitania. O gráfico 7 representam a estrutura da rede que revelam estas correspondências⁶⁴.

63 As relações entre os sujeitos na representação da rede governativa do Marquês de Alegrete foi vista a partir das mesmas correspondências oficiais expedidas no período estudado (1814-1818), nas quais foi possível notar a interação entre os sujeitos por meio de ordens designadas pelo Marquês, o envio por meio de um correspondente a outro, estarem designados para a mesma localização, ou mesmo por pertencerem ao mesmo contingente militar.

64 Para o desenvolvimento do gráfico foi utilizado o programa Ucinet, o qual consiste em um matriz em cujas linhas e colunas são preenchidas com os nomes de todos os indivíduos da mostra e a relação entre indivíduos é preenchida na conexão entre linhas e colunas nas quais estes estão alocados. Pronta a matriz, utilizou-se do programa NetDraw, que cria o gráfico em formato de rede a partir da matriz preenchida com os dados de cada indivíduo.

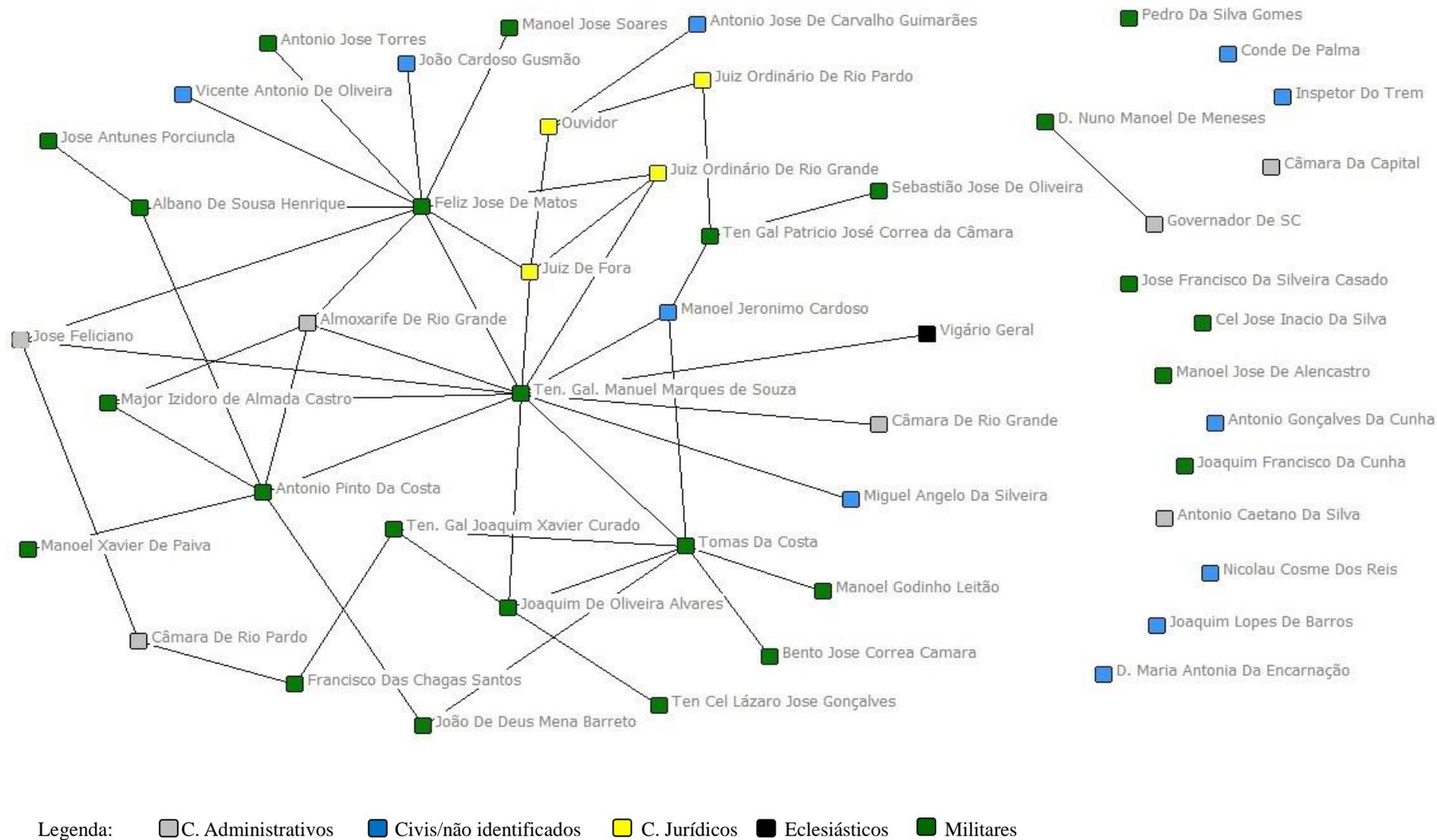


Gráfico 7 – Representação gráfica da rede governativa do Marquês de Alegrete (1814-1815).

Já de início, percebe-se as diferentes cores dos nós dessa rede. Cada cor representa a atividade principal em que os indivíduos da rede estão estabelecidos nesse período da administração do Marquês de Alegrete (1814-1815), em moldes semelhantes ao que foi feito no segundo capítulo com referência às questões abordadas nas cartas. No caso, os nós representados pela cor verde, na qual percebe-se estar em maioria relativa as outras cores, são referentes aos indivíduos com patentes militares. A cor cinza representa os nós que possuem cargos no aparelho administrativo da Capitania e a cor amarela os cargos no âmbito jurídico. Já em azul, são os indivíduos que pelas correspondências não se obteve sua distinção e estão considerados aqui como civis.

Como dito anteriormente, são 48 destinatários pertencentes à rede governativa do Marquês de Alegrete nesse período, sendo que 25 são militares, 6 são de cargos administrativos, 4 são de cargos jurídicos e 13 são civis. De plano percebe-se que mais da metade dos destinatários possuem postos militares, o que demonstra a preocupação do Marquês de Alegrete em se relacionar com esses indivíduos já na sua chegada a Capitania, o que ressalta o entendimento de que seu objetivo principal nesse momento é a organização militar do território com a finalidade de resguardar a fronteira.

Inobstante isso, nota-se que entre os militares estão os indivíduos mais bem relacionados dentro da rede governativa do Marquês de Alegrete no período inicial de sua administração (1814-1815). Muitos deles estão ligados entre si, seja de forma direta ou indireta. Dentre os correspondentes do Marquês, destacam-se como principais: o Comandante Interino da Fronteira de Rio Grande, Feliz José de Matos (51 cartas); o Brigadeiro Joaquim de Oliveira Alvarés (34 cartas); o Tenente General Manuel Marques de Sousa, Comandante da fronteira de Rio Grande (29 cartas); o Brigadeiro Tomás da Costa (25 cartas); Tenente General Patrício José Corrêa da Câmara, Comandante da Fronteira de Rio Pardo (16 cartas); e o Coronel Antonio Pinto da Costa (16 cartas).

Feliz José de Matos, o Tenente General Manuel Marques de Souza e o Brigadeiro Tomás da Costa são os pontos na rede do Marquês que possuem mais indivíduos conectados a si, possibilitando afirmar que estes estão em uma posição central na circulação de recursos e informações e, também, que esses são as pessoas com a qual os principais assuntos militares e administrativos da Capitania são abordados. Esses dois fatos aliados atestam que esses três sujeitos possuíam notável liderança e poder na Capitania, quando da chegada do Marquês de Alegrete, em especial em âmbito militar, posto que possuíam uma rede de relações na área, ou seja, tinham a capacidade de agregar pessoas capazes de mobilizar contingentes armados. Além disso, tinham conhecimento da realidade e situação militar e estratégica da Capitania,

uma vez que com eles eram tratados temas dessa natureza. Vale ressaltar ainda que esses indivíduos possuem postos de grande importância para a Capitania, estando entre eles dois Comandantes de fronteira, sendo Feliz José de Matos Comandante interino da fronteira de Rio Grande quando da ausência do titular do posto, o Tenente General Manuel Marques de Souza. Pode-se dizer que, ao colocar essas pessoas como seus principais focos de uma rede de relações administrativas, em um primeiro momento, o Marquês estava reconhecendo a importância militar de todos eles, de sua capacidade de arregimentar homens e também de seu conhecimento do terreno e do adversário, haja vista sua experiência nos embates com a Banda Oriental.

Diante das necessidades da guerra, era necessário dourar a pílula do recrutamento mesclando à coerção física e aos duros trabalhos algumas regalias e reconhecimentos. Ocorria uma fusão entre a hierarquia coercitiva das forças armadas e a liderança pessoal baseada em confiança. As obrigações e as prestações de serviços eram práticas reiteradas no tempo, mas não esclarecidas por contratos ou celebradas em pactos. Elas estavam dentro das expectativas que líderes e liderados tinham uns dos outros, sem que chegassem a ser enunciadas formalmente. Cumprir essas expectativas sociais, honrando suas obrigações, selava a confiança entre as partes. (COMISSOLI, 2011b, p. 30)

Desse modo, é possível afirmar que o Marquês de Alegrete, no início de sua administração na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1815), teve como principal característica buscar resolver questões urgentes, reiteradas e importantes com as lideranças militares e homens de importância estratégica para a Capitania, posto que esses seriam fundamentais no decorrer da trajetória administrativa do Marquês para o desenvolvimento das estratégias traçadas pela administração portuguesa para esta região.

Inobstante isso, esses três indivíduos estão entre os principais destinatários do Marquês de Alegrete nesse período, vide Capítulo 2. Entretanto, desde lá percebe-se que cada um desses destinatários do Marquês pertencem a grupos diferentes, conforme o tipo de assunto tratado em suas correspondências.

A Tomás da Costa, por exemplo, foram enviadas diversas correspondências em que um assunto predominante era de caráter militar (muito em razão do seu posto), como, por exemplo:

A Brigadeiro Tomás da Costa. Com este ofício se apresentará a Vossa Senhoria Manoel Joaquim Alvarenga que se achava empregado na Capela Real, a quem o Príncipe Regente meu Senhor foi servido por aviso da Secretaria de Estado de Negócios da Guerra datado a 11 de outubro passado manda assentar praça de Soldado Voluntário do Regimento do seu Comando: o que participa a Vossa Senhoria para sua inteligência e devida execução. 19 de janeiro de 1815.

A Tomás da Costa. Por aviso de 24 de janeiro do ano corrente, foi Sua Alteza Real servido mandar prorrogar mais quatro meses de licença notada ao Capitão do Regimento do seu Comando Joaquim Jose Ferreira a fim de se restabelecer de sua saúde: o que participo a Vossa Senhoria para que nesta inteligência lhe mande por a verba necessária a margem de seu assento. 4 de março de 1815.

A Tomás da Costa. Com as duas Portarias inclusas respondo ao officio que de VS recebi na de 29 de março passado, tendo muito estimado o poder nesta ocasião concordar com os desejos de Vossa Senhoria a quem previno de que a Portaria para se levantar no Regimento de Santa Catarina a Nota de Deserção dos dois soldados Leonardo da Cunha e Vicente d'Ávila foi entregue ao Tenente Coronel Comandante daquele Regimento, que de presente se acha nesta Capital. 1º de abril de 1815.

A partir dessas correspondências, e de tantas outras desse mesmo teor, pode-se dizer que a relação estabelecida pelo Marquês de Alegrete com o Brigadeiro Tomás da Costa visa cumprir com os objetivos militares de sua administração. Trata-se de conclusão inevitável e que se coaduna com o já analisado no decorrer deste trabalho. Tomás da Costa possuía uma alta patente militar e uma função de grande importância na Capitania. O Marquês, de outro lado, tinha como atribuição principal o controle militar da região, em especial o controle da fronteira. Para a consecução desse objetivo, necessariamente, precisava estar em contato com as principais autoridades militares aqui existentes, onde figurava Tomás da Costa. Ainda, percebeu-se da análise das correspondências oficiais expedidas pelo Marquês que nas referidas fontes não havia nenhum caráter de tratamento pessoal ou intimista de qualquer modo. Vale ressaltar, todavia, uma vez mais, que este trabalho é calcado nas correspondências oficiais do Marquês, onde é esperado que as relações de trabalho sejam imperantes e não relações de cunho pessoal. Dessa forma, não se pode descartar uma eventual relação mais estreita entre ambos, o que se pode afirmar é que, nas fontes analisadas, não existem indícios nesse sentido.

Já no caso de Feliz José de Matos, as correspondências recebidas por ele estavam divididas nos três tipos de assuntos: militar, administrativo e jurídico. Desse modo, para ter-se um vislumbre do que era tratado nas correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete a esse destinatário, segue um exemplo de cada tipo de assunto tratado nelas.

A Feliz José de Matos. Com relação inclusa assinada pelo Coronel e Secretario do Governo, certifico que Vossa Senhoria haver Sua Alteza Real O Principe Regente Meu Senhor confirmado a proposta que a presença do mesmo Augusto Senhor fez levar o meu antecessor, devendo os contemplados nela entrarem no exercício de seus Postos, e apresentarem as suas Patentes dentro de seis meses nesta Secretaria, ou Certidões de as haver requerido ao Conselho Supremo Militar; e os que se acharem compreendidos nos Decretos de 13 de maio de 1813 perceberão o soldo de 13 de outubro precedente, dia em que passaram a efetividade dos ditos Postos de que não devem tirar nova Patente na conformidade de acima citado Decreto, reservando eu

para em tempo competente anunciar qual será a formula da declaração. Por esta ocasião tenho de dizer a Vossa Senhoria que por aviso da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra se me participou haver Sua Alteza Real prorrogado por mais três meses a Licença com que se acha na Corte o Sargento do Batalhão do Comando de Vossa Senhoria Jose de Santa Ana Cortes; e que deve mandar levantar a Nota que no mesmo Batalhão tem de desertores o Soldado Jose Joaquim de Azevedo, o qual ‘alcançou’ o aviso incluso que deve ter sua devida execução e depois do que ficará resultado com licença registrada que continuará até minha segunda ordem, o que tudo comunico a VS para sua inteligência e certeza dos ditos respeitos. 10 de dezembro de 1814. Marquês de Alegrete.

Em relação aos assuntos administrativos: “Ao Feliz. Acuso recebidos os três ofícios de Vossa Senhoria datados em 16, 17 e 21 do corrente mês. Aprovo todas as disposições de Vossa Senhoria. Remeto despachados os requerimentos. É quanto se me oferece dizer. 27 de outubro de 1815. Marquês do Alegrete.”. As correspondências de ordem administrativa equivalem ao exemplo acima citado, visto que correspondem a recepção de ofícios, requerimentos e mesmo relatórios de informação. Ou seja, a praxe burocrático-administrativa.

A Feliz José de Matos. Não vai despachado o requerimento do espanhol Vicente em que pede passaporte para voltar de Santa Catarina por não lha dever dar em virtude das Reais Ordens, e só dar-lha ir para o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, deve pois VS informar os requerimentos dos que quiserem ir para essas Capitâneas e nunca para São Paulo e para a Ilha de Santa Catarina. 30 de setembro de 1815. Marquês de Alegrete.

Quanto as questões jurídicas, sendo sua ocorrência bem menor que as demais questões, são todas em virtude de processos envolvendo soldados que faziam parte de seu comando, como mostra a correspondência:

Remeto a Vossa Senhoria os processos verbais dos réus Francisco Inácio Gomes Cabo da Esquadra do Batalhão de seu Comando, João Antônio da Silva, Albino Nunes e Hermenegildo Francisco de Lima soldados do mesmo Batalhão, para que Vossa Senhoria faça neles cumprir as sentenças proferidas pelo Conselho Supremo de Justiça. 6 de outubro de 1815.

Ainda que outros comandantes de tropas também tenham recebido algumas correspondências com sentido semelhante, apenas Feliz José de Matos as recebeu em maior quantidade, o que pode demonstrar uma certa preocupação do Marquês em mantê-lo a par de algumas situações envolvendo os seus comandados. Essa “atenção especial” pode ser considerada em face da posição em que ocupou nesses primeiros anos da administração do Marquês, como Comandante Interino da fronteira de Rio Grande.

Com referência aos pontos jurídicos, e no caso dos pontos administrativos referentes

as Câmaras de Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo e ao Governador de Santa Catarina⁶⁵, observa-se uma menor conexão dentro da rede, sendo que os sujeitos estão ligados apenas entre si ou com indivíduos que se encontram na mesma região na Capitania. Quanto ao outro ponto administrativo, o Almojarife de Rio Grande, sua conexão com os outros pontos da rede está diretamente ligado a sua função dentro da administração, pois detém o controle do Armazéns Reais da Vila de Rio Grande. Ou seja, dado que os demais indivíduos frequentemente necessitavam de insumos para o exercício de suas funções, era mais do que óbvio que contatariam o Almojarife. Dessa forma, não se pode caracterizar essas relações além da competência da posição do referido destinatário.

Isso demonstra, mais uma vez, que estes pontos estão ligados entre si pela sua posição e cargo que ocupam no aparelho administrativo e que sua principal relação na rede é com o Governador da Capitania. Isso não desmerece a sua importância para esse período inicial da administração do Marquês, visto que seu modo de governar segue os desígnios da Coroa portuguesa, em que a manutenção desta Capitania é uma parte fundamental para o Império luso. Entretanto, parece claro que, ao contrário das lideranças militares que já possuíam uma sólida rede de relações previamente à chegada do Marquês de Alegrete ao sul do Brasil, as pessoas ocupantes dos cargos jurídicos estavam vinculadas quase que estritamente aos seus colegas de trabalho e ao Governador, segundo o que se denota das correspondências analisadas. Como foi referido anteriormente, uma vez que este trabalho está calcado em espíntolas oficiais expedidas pelo Marquês, esse resultado era muito provável, posto que relações pessoais dificilmente são expostas em cartas de administração pública, mesmo nessa época.

Ainda, olhando para a rede observa-se pontos isolados à direita. Esses são os indivíduos só se relacionaram nas correspondências com o Marquês de Alegrete. Dentre esses, majoritariamente estão sujeitos que ocupavam postos militares e civis, sendo que apenas um desses, era um órgão administrativo: a Câmara de Porto Alegre. Novamente, não se está dizendo aqui que esses apenas tinham relação com o Marquês, mas que dentro das fontes utilizadas para a análise de sua rede governativa não foi estabelecida nenhuma relação com os outros indivíduos que compõem a dita rede.

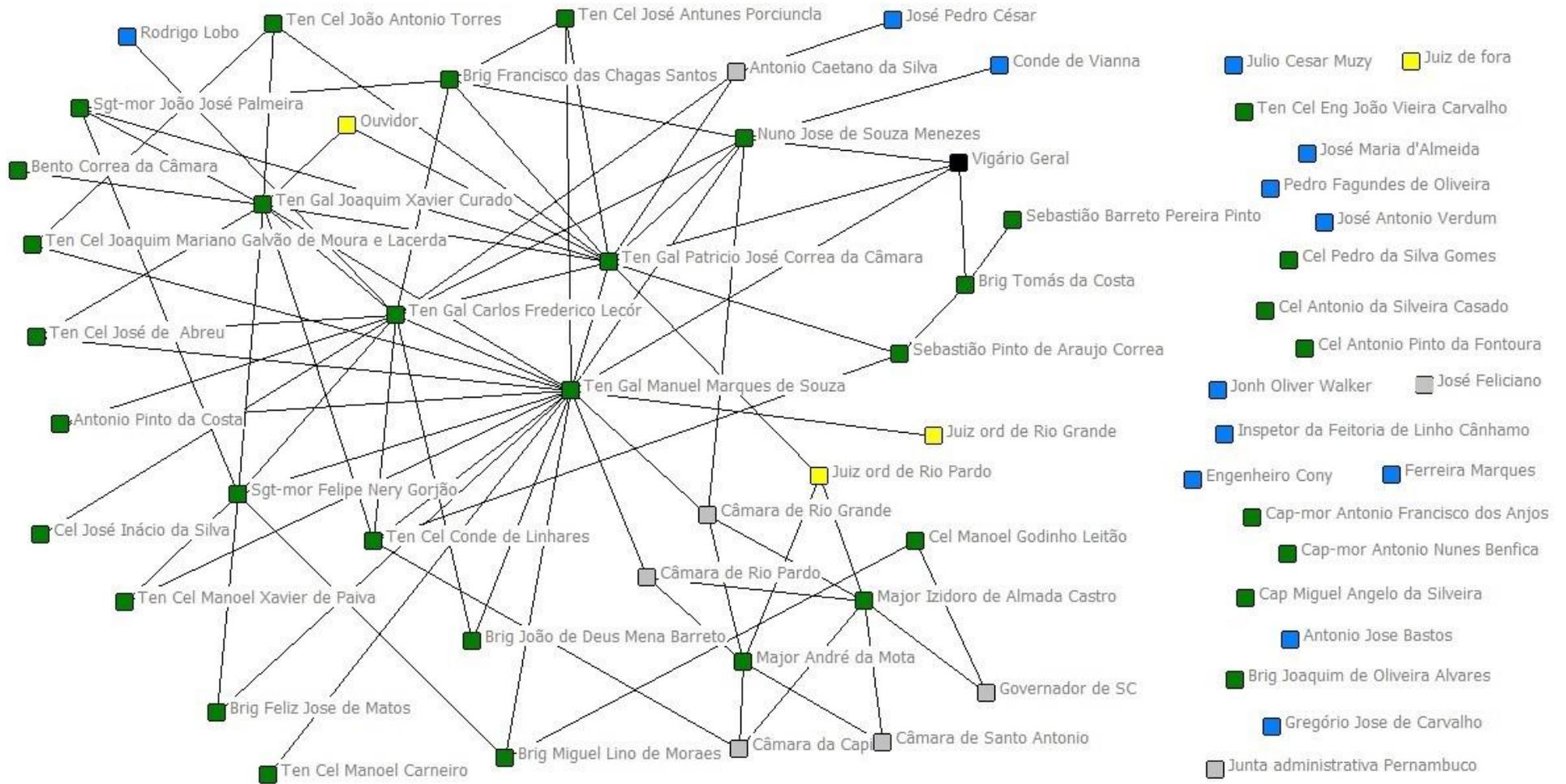
65 Os Juizes de Rio Grande e de Rio Pardo se reportavam as autoridades superiores, ou seja, ao Juiz de Fora, ao Comandante militar de sua localidade, ao Ouvidor e ao Marquês de Alegrete, isso de acordo com as correspondências. As Câmaras de Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo se reportavam primeiramente ao Comandante militar de sua localidade e depois ao Marquês de Alegrete. O Governador de Santa Catarina se relaciona, além do Marquês de Alegrete, com D. Nuno Manoel de Menezes, um português que na época era Comandante do Regimento de Santa Catarina enviado a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul para auxiliar na defesa da fronteira.

Já no período de 1816 a 1818, a administração do Marquês de Alegrete na Capitania volta sua atenção para a sua fronteira, não apenas com o fim de mantê-la resguardada das ameaças vizinhas, mas, também, de expandi-la. Com isso, como referido anteriormente (Capítulo 2) pode-se notar que nesse período o intuito da administração é de organizar o território militarmente, tanto para estarem preparadas para um ataque iminente de seus vizinhos, como para se apossar definitivamente das terras adiante da fronteira então estabelecida até o momento.

O gráfico 8 mostra a rede egocentrada no Marquês de Alegrete no período de 1816 a 1818, em que todos os indivíduos são seus os destinatários e, portanto, todos mantêm relação com o ego. Dessa maneira, para melhor observar a representação gráfica da rede do Marquês de Alegrete, retira-se o ego – o Marquês - dessa rede egocentrada.

Para construir essa rede governativa do Marquês de Alegrete nesse segundo período de sua administração, foram utilizadas as suas correspondências oficiais expedidas, em um total de 569 cartas a 61 destinatários, entre as mais diversas autoridades da Capitania. O gráfico 8 representa a estrutura da rede que revelam estas correspondências⁶⁶.

66 Aqui também foram utilizados os mesmos programas referidos na Nota 64.



Legenda: C. Administrativos Civis/não identificados C. Jurídicos Eclesiásticos Militares

Gráfico 8 - Representação gráfica da rede governativa do Marquês de Alegrete (1816-1818).

Novamente nota-se uma diferenciação dos nós da rede pela sua cor, na qual cada cor representa a atividade em que os indivíduos dessa rede estão estabelecidos nesse segundo período da administração do Marquês de Alegrete (1816-1818). Sua distinção de acordo com as cores corresponde exatamente a mesma feita nos gráficos 7 e 8 que tratam dos anos de 1814 e 1515. Sendo assim, os nós representados pela cor verde são referentes aos indivíduos com patentes militares, os quais estão novamente em maioria em relação aos outros nós. A cor cinza representa os nós que possuem cargos no aparelho administrativo da Capitania, e a cor amarela os cargos no âmbito jurídico. Já em azul, são os indivíduos que pelas correspondências não se obteve seu cargo ou distinção e estão considerados aqui como civis.

Para esse segundo período vê-se um aumento em relação ao número de indivíduos, são 61 destinatários pertencentes a rede governativa do Marquês de Alegrete, sendo que, 34 são militares, 7 são de cargos administrativos, 4 são de cargos jurídicos e 16 são civis. Assim, percebe-se que o número dos militares permanece em maior quantidade entre os correspondentes do Marquês. Continuam os mesmos correspondentes que possuem cargos jurídicos e com aumento de um os que possuem cargos administrativos em relação aos primeiros anos da administração do Governador. Quanto aos civis, mais três indivíduos estão incluídos entre os destinatários da rede governativa do Marquês de Alegrete.

Ao observar a representação gráfica referente aos anos de 1816 a 1818, pode-se notar novamente nós isolados a direita. Esses indivíduos apenas se relacionaram nas correspondências com o Marquês de Alegrete, dos quais a maioria são militares e civis, tendo apenas dois com cargos jurídicos e um da parte administrativa. Vale ressaltar aqui que esses dados tem como base as correspondências oficiais expedidas pelo Marquês enquanto Governador da Capitania durante os anos de 1816 a 1818, onde não aparecem relações com os demais indivíduos que pertencem à rede do mesmo.

Os pontos administrativos e os jurídicos têm uma menor conexão dentro da rede, ainda que nesse período tenha ocorrido um substancial aumento nas relações, não mais estando ligados entre si, mas com indivíduos em postos militares. A exceção a esse aumento são três nós isolados, que apenas se relacionaram com o Marquês de Alegrete nesse momento de sua administração.

Ainda nesse sentido, nota-se que estão os indivíduos mais bem relacionados dentro da rede governativa do Marquês de Alegrete durante os anos de 1816 a 1818 de sua administração são indivíduos com patentes militares, os quais estão todos ligados direta ou indiretamente com as principais autoridades militares da Capitania, que são, também, os quatro maiores destinatários do Marquês nesse período: o Tenente General Manuel Marques

de Sousa (126 cartas); Tenente General Patrício José Corrêa da Câmara (36 cartas); o Tenente General Curado (35 cartas) e o Tenente General Lecór (16 cartas).

O Tenente General Marques de Souza e o Tenente General Patrício Corrêa da Câmara possuíam o posto de Comandantes de fronteira, sendo o primeiro da fronteira de Rio Grande e o segundo da fronteira de Rio Pardo. Esses homens são os nós da rede de relações de poder do Marquês que possuem mais indivíduos conectados entre si, muito em razão de suas posições centrais na administração do Governador. Como foi demonstrado no capítulo anterior, esses indivíduos são os que mais receberam correspondências do Marquês e, além disso, as pessoas com as quais foram abordados os principais e mais estratégicos assuntos da Capitania. Nesse período, em que a iminência da guerra contra Artigas se faz acontecer, esses são os homens que se constituem em peças-chave para a defesa e expansão da fronteira, justamente em razão disso, são os principais contatos do Marquês, que lança mão de suas lideranças e capacidade de atingir outros homens e gerar uma rede de conexões, como foi visto. A importância desses sujeitos para a situação da Capitania nessa época está clara na capacidade mediadora que possuem, atuando como interpostas pessoas do Governador juntamente aos demais homens envolvidos nos conflitos, levando a estes os intuitos e ordens emitidas pela govenança, representante da Coroa Portuguesa no sul do país. Claramente, tratavam-se de grandes lideranças locais, reconhecidas dessa forma pelo Marquês, que tratava com eles acerca das estratégias da Capitania e os incumbia de aplicar juntamente aos seus homens, os planos traçados.

Quanto ao Tenente General Curado e ao Tenente General Lecor, ambos foram militares portugueses vinculados com a administração portuguesa dessas terras. O primeiro já comandava homens em armas quando da expulsão dos espanhóis em 1776 e o segundo foi enviado a Capitania em 1815 para liderar a Divisão de Voluntários Reais. Tratam-se de dois militares portugueses, com práticas e formas de atuação tipicamente lusitanas, enviados para a Capitania porque gozavam da confiança da Coroa portuguesa, além de serem representantes da referida administração e agregarem experiência na forma lusitana de resolução de conflitos militares. A administração do Marquês de Alegrete, ao manter contato com esses homens, não deixa de estar em constante relação com a administração portuguesa, posto serem esses os seus principais contatos, os dois oficiais portugueses reconhecidos pelo Coroa.

Assim, tratam-se, claramente, de sujeitos em posição muito distintas de outras autoridades militares aqui mencionadas, como Manuel Marques de Sousa, por exemplo. Ao passo que os primeiros eram militares portugueses, vinculados à Corte portuguesa, escolados em uma forma clássica-européia de resolução de conflitos militares, o segundo era uma

liderança local, agregador de pelotões e conhecedor do território, experiente em batalhas nessa Capitania específica.

O Marquês, ao manter relações com ambos, tanto militares portugueses experientes e conhecedores do modo português de resolução de conflitos quanto com lideranças locais, bem-sucedidas em batalhas neste território e capazes de reunir contingente, está atuando como um vínculo entre a Corte portuguesa e a Capitania. Está colocando um pé em cada lado, por assim dizer. Reunia consigo os homens aqui nascidos, criados e estabelecidos como líderes, juntamente com o tradicionalismo lusitano representado pelos oficiais da Coroa presentes na Capitania, mesclando o clássico com o novo, o distante e o local, buscando fundir o melhor do que cada lado oferecia, trazendo inovações a ambas as partes e, sem sombra de dúvidas, à Capitania.

Além disso, não é possível desconsiderar que, sendo esses dois destinatários portugueses, tinham mais em comum com o Marquês do que os demais líderes militares da Capitania. Tratavam-se de pessoas escoladas nos mesmos princípios militares, em tese, que o Marquês, além de compartilharem com ele o fato de estarem a serviço da Coroa. Dessa forma, uma aproximação com esses homens era necessário, a uma porque esses eram os oficiais que a Corte tinha no território, a duas porque eram indivíduos com o qual o Marquês poderia se relacionar de uma forma mais fácil, dado serem todos portugueses e a serviço da Coroa.

Em relação ao diagrama dos anos de 1814 e 1815, notam-se algumas diferenças. Primeiramente, dos 30 destinatários que aparecem nos dois períodos da administração do Marquês de Alegrete são em sua maioria militares (19 ao todo), excetuando as Câmaras de Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo, o Juiz de Fora, o Juiz de Rio Grande e o de Rio Pardo, o Ouvidor, o Vigário Geral, o Governador de Santa Catarina, Antonio Caetano da Silva (escrivão da Junta da Fazenda) e José Feliciano.

Mas a diferença central entre os diagramas é a mudança de posição de alguns destinatários, em que no primeiro momento da administração do Marquês aparecem como os principais pontos na rede e depois perdem espaço para outros destinatários. Isso se dá claramente com dois indivíduos: Tomás da Costa e Feliz José de Matos. Nos anos de 1814 a 1815 estão entre os pontos mais conectados da rede e tornam-se periféricos nos anos seguintes, dando espaço para os Tenentes Generais Curado, Lecor e Patrício Corrêa da Câmara.

A mudança entre os principais pontos da rede administrativa do Marquês de Alegrete entre os anos de 1816 a 1818 está diretamente ligada à situação em que se encontrava a Capitania. O momento da administração do Governador era de guerra iminente, em que os

principais contatos para a manutenção, defesa e expansão da fronteira passavam pelos principais comandantes da Capitania, ou seja, os quatro Tenentes Generais: Carlos Frederico Lecor, Joaquim Xavier Curado, Manuel Marques de Souza e Patrício José Corrêa da Câmara. Como dito anteriormente, são esse homens, os primeiros por serem comandantes portugueses renomados e os últimos por serem importantes lideranças locais, que vão ser as peças fundamentais para o sucesso das estratégias políticas e administrativas da Coroa portuguesa nessas terras sob o governo do Marquês. A mescla entre o tradicionalismo militar português com a experimentação e conhecimento local eram a chave para o sucesso e foi nesse sentido que o Marquês buscou aliar sob seu comando essas forças distintas.

Diante disso, é importante analisar qualitativamente as correspondências expedidas aos principais destinatários do Marquês de Alegrete, visto que são fundamentais para um melhor entendimento de como se deu a trajetória administrativa do Governador da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818), e o desenvolvimento das estratégias administrativas e políticas da administração portuguesa nesta região.

3.3. O principal destinatário do Marquês de Alegrete: o Ten. Gal. Manuel Marques de Sousa

Como se observou das redes de relações acima estabelecidas e no capítulo anterior, o Marquês de Alegrete possuía, dentre os seus destinatários, alguns que se sobressaíam não apenas na quantidade de correspondências a eles enviadas, mas também, nas questões abordadas nessas correspondências.

O principal destinatário do Marquês, durante todo o seu período como Governador da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, foi o Tenente General Manuel Marques de Souza, como foi demonstrado no curso deste trabalho, sendo que esse indivíduo foi o principal destinatário tanto em número de correspondências a ele expedidas, quanto nos temas com ele compartilhados.

Dessa forma, tendo em vista essa importância dada pelo Marquês a esse indivíduo em particular, cumpre que seja examinada a relação desses dois homens e os motivos que levaram a formação dessa parceria fundamental para a administração do Marquês de Alegrete na

Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.⁶⁷ Antes de abordar as correspondências oficiais expedidas pelo Marquês de Alegrete ao seu principal destinatário, o Tenente General Manuel Marques de Souza, deve-se levar em consideração seu histórico, ou seja, sua trajetória de vida na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Manuel Marques de Souza nasceu na Vila de Rio Grande no ano de 1743, filho de Maria Quitéria Marques de Souza e Antônio Simões, ou seja, descendente de uma família nobre lusa que figurava entre os primeiros povoadores da então Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Teve como seu padrinho o tenente de Dragões Francisco Pereira Pinto, pai do Brigadeiro João de Deus Mena Barreto (COMISSOLI, 2011b), acima citado na rede de relações correspondente aos destinatários do Marquês de Alegrete.

A carreira militar de Manuel Marques de Souza iniciou aos seus vinte e seis anos de idade (1769), integrando as mais diferentes forças militares. Na retomada da vila de Rio Grande teve papel fundamental contra os invasores espanhóis e com o sucesso da empreitada lhe foi concedido o comando da fronteira de Rio Grande (COMISSOLI, 2011b). No período da administração de D. Diogo de Souza, participou da campanha do Exército Pacificador adentrando Montevidéu (1811-1812). Durante a administração do Marquês de Alegrete (1814-1818), participou dos embates contra Artigas sendo um dos principais comandantes da Capitania.

Tais sucessos lhe concederam tanto promoções quanto prestígio junto a seus comandados, fator fundamental para mobilizar soldados nas insurreições. Este prestígio era uma das medidas pela qual seus seguidores avaliavam a confiança de seus líderes. Marques de Souza amplificava o efeito de sua imagem de capitão congregando seus homens em torno de estandartes com seu brasão de família, uma distinção que conquistara em 1800. A concessão do príncipe Dom João lhe permitia usar seu escudo e armas ao “entrar em Batalhas, Campos, Reptos, Escaramuças, e exércitos todos os mais atos Lícitos da Guerra e da Paz”, servindo assim para engrandecer a sua figura pessoal. (COMISSOLI, 2011, p. 171)

Os feitos de Manuel Marques de Souza o elevaram de comandante militar a uma liderança a ser seguida, a um comadante de tamanho prestígio em que a adesão ao serviço militar sob suas ordens, podiam significar ganhos em prestígio social para aqueles que o seguiam. “O alcance de um chefe militar em arregimentar homens era uma das principais

67 A análise dessa relação possui cunho exemplificativo porque, dada as questões envolvidas nas cartas enviadas a Manuel Marques de Souza ser muito semelhante as enviadas a outros homens com postos e importância regional similar (talvez não do mesmo tamanho, mas de mesma natureza), como, por exemplo com o Ten. Gal. Patrício José Corrêa da Câmara, é possível afirmar que a relação estabelecida pelo Marquês de Alegrete com o Tenente General Marques de Souza é análoga a que ele tentou estabelecer com outros em situação parecida com a do líder regional. Tratava-se, claramente, de uma estratégia do recém-chegado de ganhar a confiança e a aliança de lideranças regionais que, em seu ver, teriam papel fundamental na aplicação das estratégias e desígneos que haviam sido traçados para a Capitania, como será abordado nesse tópico.

medidas de seu prestígio, tanto aos olhos dos moradores da região quanto aos dos secretários de Estados da Corte”⁶⁸.

Desse modo, faz sentido que esse homem, esse líder militar tenha sido o principal destinatário do Marquês de Alegrete durante a sua administração como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818). Como dito anteriormente, a trajetória administrativa do Marquês vai se constituir pela manutenção e organização da fronteira da Capitania, como também de sua expansão em direção à Banda Oriental. Para isso, era preciso de um contingente militar numeroso, e quem tinha a capacidade para arremeter um grande número de homens eram os comandantes militares locais, dentre os quais figurava como um dos maiores líderes, Manuel Marques de Souza.

No Rio Grande de São Pedro um comandante que se pretendesse líder tinha de mostrar-se capaz de recrutar homens para o serviço de Sua Majestade. As forças armadas portuguesas de fins do século XVIII e início do XIX não apresentavam a regionalização e o corporativismo dos atuais exércitos profissionais. Eram tropas que dependiam de lealdades anteriores e o quadro de oficiais era composto menos pela formação profissional do que pelas hierarquias sociais vigentes, dependendo de favorecimento clientelístico. (COMISSOLI, 2011, p. 174)

Assim, pode-se perceber a importância de Manuel Marques de Souza para a administração do Marquês de Alegrete, pois como líder militar este se destacava por conseguir controlar diversos recursos, tanto materiais como humanos. Sua capacidade de arremeter uma grande quantidade de homens para servir sob seu comando se dá devido aos sucessos conseguidos em embates anteriores à administração do Marquês. Os homens que faziam parte de suas tropas sabiam que com a vitória tinham parte na divisão do espólio de guerra, além de vir a receber favores e certos privilégios, o que mantinha uma relação de confiança para com o seu comandante. Sabiam que seu líder lançaria mão de sua posição e importância local para lhes estender favores e honrarias, como prêmios pela sua lealdade, como se seguisse à risca os ensinamentos de Maquiavel: “aquele príncipe que vai com os exércitos, que se mantém de rapinagem, de saques e de resgates, maneja bens de outros, tem necessidade dessa liberalidade porque, do contrário, não será seguido pelos soldados”⁶⁹. E de fato tais contrapartidas ocorriam, como mostra a correspondência do Marquês de Alegrete ao referido Ten. Gal. Marques, em que a Coroa portuguesa o permite a nomear os diferentes oficiais sob seu comando para ganhar distinções referentes ao sucesso nas batalhas contra Artigas:

68 COMISSOLI, 2011, p. 177.

69 MAQUIAVEL, O Príncipe, EBook Kindle, posição 566.

Ao Tenente General Marques. Envio a V.Exc. por copia a Carta Régia com que Sua Majestade se dignou honrar-me, assim com a relação de oficiais desta Capitania com o Decreto que a acompanha. Por esta ocasião eu repito a V.Exc. os meu parabéns pelo seu despacho, e estou certo que o receberá com igual satisfação por aqueles distribuidos as tropas desta Capitania em cujo numero tanto me desvanesso de poder-me contar. Aos Comandantes dos Corpos dessa Fronteira expresso as competentes ordens para dirigirem suas Propostas; havendo porem oficiais que fora dos seus respectivos Corpos tenham feito serviços distintos V.Exc. me fará saber os seus nomes especificando a ocasião e o modo porque se distinguiram para eu os recomendar a Sua Majestade. Deus Guarde V.Exc. Porto Alegre, 12 de setembro de 1817. Marquês de Alegrete.

Nesse sentido, pode-se dizer que a lógica do dom (já referida no Capítulo 1 - a tríade de obrigações: dar, receber e retribuir) se fazia presente nesse período da administração do Marquês de Alegrete. Nessas paragens a “distribuição de gado saqueado aos inimigos ou a arreadas de animais alçados era uma prática antiga”⁷⁰ e, talvez mais do que isso, no período em estudo, as promoções por feitos em combate serviam tanto para estimular a lealdade e o engajamento, como também para dar corpo e estrutura às forças portuguesas nos embates de fronteira. A Coroa se valia do poder desses líderes militares para arregimentar homens e incentivava esse tipo de atitude, o que mantinha essas relações entre comandante e comandado, legitimando a autoridade das lideranças locais, como o citado Manuel Marques de Souza e, desse modo, fazendo com que o poder central dependesse desses líderes locais, aumentando ainda mais o jogo de interesse de ambos os lados. Isso é passível de observação na correspondência enviada pelo Marquês de Alegrete, em meio aos confrontos com as forças de Artigas, para o Tenente General Marques:

Ao Tenente General Marques. Ilmo, Exmo, Sr. Acuso a recepção dos diferentes officios de V.Ex.^a sendo o mais moderno em data de 31 de maio: fico inteligenciado do seu conteudo e aprovo o que V.Ex.^a tem praticado. **A importância das duas mil rêzes tomadas ao inimigo; deve V.Ex.^a separar a quinta parte para ser entregue na Junta da Real Fazenda sendo repartido o resto pela partida e regulando-se os quinhões pelo que estabeleceu o meu Antecessor.** (...) Deus Guarde a V.Ex.^a. Porto Alegre, 7 de junho de 1817. Marquês de Alegrete. (grifo nosso)

A partir da correspondência nota-se que a apreensão do espólio inimigo, nesse caso duas mil rêzes, era dividida, pois a Coroa ficava com um quinto do adquirido, sendo que o restante pertencia a quem fez a apreensão, e nesse caso, o Ten. Gal. Marques tinha direito a 1.600 rêzes e delas fazia o que bem entendesse, e ele “sabia que a lealdade dos homens dependia de demonstrações de generosidade e do acesso aos despojos de guerras”⁷¹.

⁷⁰ FARINATTI, 2010, p. 212.

⁷¹ COMISSOLI, 2011b, p. 35.

Tais senhores da guerra levavam para o exercício desses postos toda uma série de obrigações, de prestações de favores e ajuda que eram esperadas por parentes, aliados e subalternos. Prestações essas que, quando contempladas, solidificavam lealdades e ampliavam sua legitimidade. Dessa forma, os nomes dos que ocuparam aqueles comandos militares são apenas a fina cobertura da sucessão de frações da elite da fronteira que lutava por aqueles postos. Cada fração desta era composta por chefes militares, que também eram estancieiros, e sua malha de parentes e aliados, além de carregarem, consigo, compromissos e expectativas dos subalternos que lhes emprestavam legitimidade social. (FARINATTI, 2010, p. 205)

Quando da chegada do Marquês de Alegrete à Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul em novembro de 1814, Manuel Marques de Souza já possuía uma posição privilegiada na dita Capitania, pois devido aos anos anteriores de sua carreira militar adquiriu o prestígio tanto da população local como da própria Coroa portuguesa. Por isso, nada mais evidente que o Governador recém-chegado buscasse conhecer esse líder militar, que se fazia de tamanha importância para as conquistas dos anos seguintes de sua administração. Como demonstrado nessa correspondência, em que consiste na resposta ao ofício enviado ao seu antecessor na governança da Capitania, Dom Diogo de Souza, pelo Ten. Gal. Marques:

(...) O Excelentíssimo Sr. Dom Diogo de Souza partiu daqui no dia de hoje, achei desnecessário prevenir a V.Ex.^a do modo com que o havia de receber. Logo que tenha saído a barca não aparecendo novos acontecimentos, espero a V.Ex.^a nesta Capital passando o Comando da Fronteira ao Coronel Felis Jose de Matos; **importar-me tratar com V.Ex.^a objetos do Real Serviço e desejo pessoalmente conhecer V.Ex.^a pela distinção com que V.Ex.^a constantemente se tem empregado no Serviço de Sua Alteza Real.** Deus Guarde a V.Ex.^a Porto Alegre, 1º de dezembro 1814. Marquês do Alegrete. Ao Sr. Manuel Marques de Souza. (grifo nosso)

Desse maneira, desde o início da administração do Marquês percebe-se a relevância dada à figura de Manuel Marques de Souza, a quem o próprio Governador, desde o início de seus trabalhos, dá a importância que acredita que esse líder regional possui e possuirá nos planos futuros da Capitania, a ponto de tratá-lo de forma diferenciada, com deferências como a mencionada acima e demonstrações de respeito reiteradas. Trata-se, claramente, de uma abordagem inteligente por parte do recém-chegado Marquês, que se aproxima de um líder local sabendo de sua importância dentro da Capitania e de que de pessoas como ele dependiam a devida aplicação dos planos traçados para a sua administração. É perceptível que o Marquês pretendia fazer o Tenente-General sentir-se parte fundamental dos planos traçados para a Capitania, sentir-se respeitado pela Coroa - ali representada pelo Marquês - de modo que, a partir disso, se tornasse um aliado na implantação das ideias do Império Português para esse território.

A partir disso, o Marquês, em suas correspondências, trata de reiterar a importância do Tenente-General, partilhando com ele - tanto a assuntos administrativos como militares, sendo as atividades militares, como movimentação de tropas, um dos assuntos recorrentes entre o Governador e o Tenente-General. Destacando-se aqui a - importância do último para a defesa da fronteira e sua expansão nesse período, tanto pela sua experiência em embates anteriores como pelo fato de ter um conhecimento superior em relação aos caminhos da região.

Ao Tenente General Marques. Ilmo, Exmo, Sr. Comuniquei a V.Ex.^a pessoalmente a noticia que me enviou o Coronel Feliz Jose de Matos de aproximar-se a nossa Fronteira um Destacamento de 100 espanhóis cujo destino parece ser de ocuparem o forte de Santa Tereza, ou o porto de Chuy; as medidas tomadas pelo dito Coronel merecem a minha aprovação, julgo contudo conveniente acrescentar a elas a marcha de quatro Companhias de Regimento de Infantaria da Ilha de Santa Catarina e duas do Batalhão de Infantaria e Artilharia com igual numero de bocas de fogo com que ultimamente marcharam debaixo do Comando dos mesmos officiais. (...) Previno a V.Ex.^a que não serão excessivas todas as recomendações que fizer para que de nossa parte não haja a mais pequena provocação, quando porem aconteça praticarem os espanhóis qualquer insulto que ofenda a integridade dos Domínios de Sua Alteza Real devem ser repellidos, expedindo a V.Ex.^a as ordens convenientes para que em tal caso aos diferentes postos se socorram reciprocamente. Deus Guarde a V.Ex.^a. Porto Alegre, 10 de junho de 1815. Marquês de Alegrete.

Manuel Marques de Souza, assim como os outros chefes militares que faziam parte da rede de relações de poder do Marquês de Alegrete nesse período, teve papel fundamental para as estratégias políticas e administrativas do Império português para a sua fronteira. Com os conflitos militares dessa época, e como já havia acontecido anteriormente, esses homens “tinham ingerência sobre doações de terras, repartição do gado, recrutamento de combatentes, abastecimento das tropas, passagem de animais e mercadorias pela fronteira”⁷². Pois esses comandantes militares, tinham tamanha influência dentro da Capitania, que acabavam por interferir direta e indiretamente na sua administração e, por isso, se fazia fundamental para o Marquês como representante do poder central trabalhar junto com eles para assim alcançar os objetivos da Coroa portuguesa para essa fronteira.

Brigadeiro, coronel, major, capitão eram expressões que traziam, implícitas, uma história de reconhecimento, por parte de instâncias superiores, quanto o valor e às qualidades da pessoa, e também, traziam a suposição quanto às possibilidades que tais senhores tinham de proteger seus aliados. Ao invés de uma designação profissional das forças armadas, eram formas de expressar um modo de hierarquização social construído a partir dos cabedais militares de cada um. (FARINATTI, 2010, p. 221)

Como foi referido anteriormente, essas correspondências foram apenas uma forma de

⁷² FARINATTI, 2010, p, 203.

exemplificar essa relação, entre as partes Marquês de Alegrete e Manuel Marques de Souza, que, por motivos diferentes, buscavam um mesmo objetivo: a manutenção e a expansão dos territórios da Capitania. O primeiro atuava como um representante da Coroa, designado a uma missão, seguindo as ordens de instâncias superiores e o segundo atuando dentro da sua importância local, vendo uma oportunidade de aumentar o seu prestígio, fama e riquezas. Aparentemente conflituosos, esses interesses puderam ser conjugados, muito em razão da habilidade política do Marquês em aproximar-se de Manuel Marques de Souza, de modo que o Governador pudesse ter o Tenente General como um de seus valiosos aliados nesse período. Uma aliança fundamental para a administração portuguesa na fronteira mais disputada de seu Império.

CONCLUSÃO

O presente trabalho, como foi referido na Introdução, tinha como objetivo principal entender a trajetória do Marquês de Alegrete a partir de suas relações de poder, especialmente percebidas no período de sua administração como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818). A partir de uma metodologia de análise de redução de escala, fundamentada na micro-história italiana, e da reconstrução de redes egocentradas a partir das correspondências, buscou-se observar as estratégias de um indivíduo a partir de sua inserção na Capitania para a continuidade administrativa e política do Império Português.

O Marquês de Alegrete, nomeado Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1814, veio ao Brasil juntamente com a Corte portuguesa em 1808. A forçada vinda da família real é um divisor de águas na forma de administração das Capitanias brasileiras. Pode-se perceber que o modelo de administração trazido por este evento veio a transformar o modo de governar das Capitanias. Isso se faz muito presente neste trabalho, posto que foi possível observar que, a partir da posse do Marquês e ao longo de sua administração, suas atitudes como governador seguiam os desígnios da Coroa e mantinham algumas práticas contraditórias, como a burocratização do poder e ao mesmo tempo a concessão de mercês aos vassalos mais leais.

Também levou-se em consideração a peculiaridade do cenário de atuação do Marquês: a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Muito antes da vinda do português a Capitania, os conflitos com os vizinhos espanhóis já era algo corriqueiro a esse território e, portanto, uma maneira de prolongar o beneficiamento, em virtude da necessidade, de determinados chefes militares locais. A partir da análise das correspondências, observou-se que estes chefes estavam entre os principais destinatários do Marquês de Alegrete, não sem razão, viu-se, posto que a sua administração enfrentou um período de guerra, defesa e expansão territorial e esses homens, conhecedores do território em disputa e capazes de reunir tropas sob seu comando, eram essenciais para o sucesso da campanha portuguesa. Notou-se que o Marquês de Alegrete, desde o início de sua administração, foi hábil em reconhecer essa situação pré-existente e utilizá-la a seu favor.

Ponderando esses fatos e analisando as correspondências oficiais expedidas pelo Marquês de Alegrete durante o período de sua governança na Capitania de São Pedro do Rio

Grande do Sul, foi possível mapear e reproduzir, a partir de suas correspondências, a rede de relações de poder estabelecidas ao seu redor durante sua administração.

Relações de cunho administrativo e militar, em primeiro lugar, posto que as fontes levaram a esse, como foi afirmado durante diversos momentos no decorrer deste trabalho. Frisou-se que tal fato era provável, uma vez que as fontes analisadas são as correspondências oficiais por ele expedidas, onde o trabalho era o mote central.

As fontes também demonstraram que essas relações estabelecidas pelo Marquês retratavam a maneira por ele encontrada para um melhor funcionamento da administração portuguesa na fronteira do seu Império. Uma trajetória administrativa, em que se utilizou das principais autoridades da Capitania, lusitanas e locais, formando assim uma rede governativa capaz de cumprir com os planos da Coroa portuguesa de uma governabilidade eficiente e a manutenção e expansão territorial do extremo-sul do seu Império. Basicamente, foram trazidas a essa Capitania tão longínqua do antigo centro administrativo do Império, noções de administração e gestão pública, de procedimentos e trâmites cuja herança permanece no nosso modelo de governo até os dias atuais. Basta analisar as cartas mencionadas no curso deste trabalho que se reconhecerá similitudes com ofícios, memorandos e portarias frequentemente expedidas em órgãos públicos brasileiros atualmente.

Ainda, foi possível obter certos dados interessantes, como foi referido, especialmente no tocante as estratégias advindas do Império Português utilizadas pelo Marquês de Alegrete na Capitania. Respondendo as questões levantadas no início desse trabalho, pode-se dizer que a trajetória administrativa do Marquês de Alegrete se dá a partir das relações com as principais autoridades da Capitania, tanto militares como administrativas, buscando por em prática as estratégias da Coroa portuguesa para uma melhor governabilidade de seus domínios. Essas relações estabelecidas com as autoridades da Capitania foram construídas visando garantir a conservação do território, a manutenção da fronteira e de sua expansão, pois sem elas isso não seria possível, posto que essas seriam essenciais para o sucesso dos objetivos do Marquês nestas terras, a defesa da fronteira.

Dessa forma, tem-se que o estudo sobre a trajetória administrativa, sobre a rede de relações de poder estabelecidas pelo Marquês de Alegrete apresentou dados e conclusões deveras interessantes e a pesquisa realizada, o trabalho proposto, sem dúvidas, atingiu seu objetivo. Contudo, é preciso deixar aqui a sensação de que essa pesquisa não acaba aqui. Observou-se que este estudo é um tema promissor, sobre o qual muito já foi constatado e ainda mais há para ser revelado. As razões para isso são múltiplas. Um motivo é a inexistência de estudos específicos sobre a trajetória do Marquês de Alegrete, como foi dito anteriormente

- as obras e trabalhos apenas o citam como um mero coadjuvante na história do Rio Grande do Sul no período colonial – afora o presente. Acredita-se que apenas isso já seja motivação o suficiente para que sejam procedidas outras análises que tenham esse personagem como tema. Não sendo o primeiro suficiente, as próprias fontes aqui utilizadas são motivo ensejador de novas análises futuramente, uma vez que estas mostram a existência de um vínculo, mas a real natureza das relações sociais estabelecidas do Marquês com os seus destinatários, se havia um favorecimento ou maior aproximação em relação a determinadas pessoas, não há uma precisão, em razão da natureza das correspondências, como foi referido. Ou seja, uma outra análise, a partir das cartas recebidas pelo Marquês de Alegrete, por exemplo, poderia trazer revelações que abririam portas e somaria de forma demasiada ao que já foi firmado neste trabalho. Se esses não são motivos o suficiente para que mais pesquisas sejam feitas sobre o Marquês, pense-se sobre as possibilidades que existem no estudo sobre um nobre português que veio ao Brasil com a família real e foi destinado aos confins do Império para sua defesa e implantação de uma forma portuguesa de administração pública. Inevitável pensar no promissor que isso pode ser e, espera-se, que a leitura deste trabalho tenha aguçado ainda mais esses sentidos, posto que este, ainda que tenham sido estabelecidas várias constatações importantes, estamos ainda no início do que pode ser feito em termos de pesquisa envolvendo esse personagem.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). **Registro da correspondência expedida e de ordens e portarias dos Governadores e Capitães Gerais (1780-1821)**. Correspondência para as autoridades da Capitania (1813-1816). A – 1.10. Caixa 57.

_____. **Registro da correspondência expedida e de ordens e portarias dos Governadores e Capitães Gerais (1780-1821)**. Correspondência para as autoridades da Capitania (1816-1822). A – 1.11. Caixa 14.

BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação do Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização a Guerra da Tríplice Aliança**. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BARRETO, Célia de Barros. et al. **O Brasil monárquico: o processo de emancipação**. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. (História geral da civilização brasileira; t. 2; v. 3)

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BERTRAND, Michel. **De la familia a la red de sociabilidad**. Revista Mexicana de Sociologia, vol. 61, n. 2, abri-jun. Cidade do México, 1999.

_____; GUZZI-HEEB, Sandro; Lemercier, Claire. **Introducción**. ¿En que punto se encuentra la análisis de redes en Historia? REDES Revista hispana para el análisis de redes sociales, vol. 21, #1, diciembre 2011. <http://revista-redes.rediris.es>

BETHELL, Leslie (org.). **História de América Latina**. 5. Independencia. Barcelona: Editorial Crítica, 1991. p. 173

BICALHO, Maria Fernanda. As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA; Maria de Fátima (org.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMARGO, Fernando da Silva. **O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América meridional**. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem – Teatro de sombras**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias, estados: orígenes de la nación argentina (1800-1840)**. Buenos Aires: Ariel, 1997.

COMISSOLI, Adriano. **A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2011a. (Tese de Doutorado)

_____. Ajudado por homens que lhe obedecem de boa vontade: considerações sobre laços de confiança entre comandantes e comandados nas forças militares luso-brasileiras no início do oitocentos. In: MUGGE; COMISSOLI (orgs.). **Homens e armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX**. São Leopoldo: Oikos, 2011b.

_____. **Os homens bons e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2006. (Dissertação de Mestrado)

_____; Gil, Tiago. Camaristas e potentados no extremo da Conquista, Rio Grande de São Pedro, 1770-1810. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (orgs.) **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

CUNHA, Mafalda Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA; Maria de Fátima (org.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2005.

DUMAS, Alexandre. **Memórias de Garibaldi**. Porto Alegre: L&PM, 2011. p. 52.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. 2010. **Confins Meridionais: famílias de elite e a sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Introdução. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA; Maria de Fátima (org.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

____. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: **Topói**. Rio de Janeiro, set. 2002, p. 41-70.

____; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil Colonial: Bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope**, nº 23, 2000. p. 67-88.

GAIO, Felgueiras. **Nobiliário de Famílias de Portugal**. Braga: Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941. Disponível em: <<http://purl.pt/12151>>. Acesso em 17 nov. 2014.

GIL, Tiago. **Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

____; HAMEISTER, Martha. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Jucá (org). **Conquistadores e negociantes: história da elite no Antigo Regime nos trópicos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 265-310.

GIL, Tiago. **Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2002. (Dissertação de Mestrado)

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

GOLIN, Tau. 2002. **A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina**. Porto Alegre: L&PM.

GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças; VENÂNCIO, Renato Pinto (orgs.). **Administrando impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

____. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GRIBAUDI, Maurizio (org.). **Espaces, temporalités, stratifications**. Exercices sur les réseaux sociaux. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1998.

HAMEISTER, Martha Daisson. **O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes**. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2002. (Dissertação de Mestrado)

HESPANHA, António Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

____. Depois do Leviathan. In: **Almanack braziliense**. S/1, nº5, maio de 2007.

____. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 22ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IMIZCOS BEUNZA, J.M.; ARROYO RUIZ, L. **Redes sociales y correspondencia epistolar**. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. REDES Revista hispana para el análisis de redes sociales, vol. 21, #1, diciembre 2011. <http://revista-redes.rediris.es>

____. **Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global**. Revista da Faculdade de Letra. HISTÓRIA. Porto, III Série, vol. 5, 2004. p. 115-140.

KUHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – Século XVIII**. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2006.

LANDÉ, Carl. A base diádica do clientelismo. In: SCHIMIDT; S. W. et. al. (eds). **Friends, followers and factions**. Berkeley, University of California Press, 1977.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: Trajetória de um exoercista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana**. Escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAQUIAVEL, O Príncipe, EBook Kindle, posição 566.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Brasil Colonial**: 1720-1821. Vol. 3. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 685-727.

MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Brasil Colonial**: 1720-1821. Vol. 3. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MOUTOUKIAS, Zacarías. **Familia patriarcal o redes sociales**: balance de una imagen de la estratificación social. Anuário del IEHS 15, 2000, Tandil.

MUGGE, Miquéias H. História das elites e micro-história: aproximações metodológicas. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). **Uma história em escalas**. A microanálise e a historiografia latino-americana. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

MUSSA, Alberto. **A Primeira História do Mundo**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2014.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e (coord.) **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. (História do Brasil Nação: 1808-2010) p. 75-113. VAIFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (org.). **Dicionário do Brasil Joanino: 1808–1821**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. ed. São Paulo: HCITEC, 2011.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PIMENTA, João Paulo G. **Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

PUZO, Mario. **O Poderoso Chefão**. 6ª edição. Tradução de Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no espaço platino. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (coord). **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 1)

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: Trajetória de um exoercista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

REVEL, Jacques. Micro análise e construção social. In: REVEL, J. **Jogos de escalas: a experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

RIBEIRO, José Iran. Apresentar armas! Considerações historiográficas, metodológicas e empíricas sobre a redução de escala na pesquisa em História Militar. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). **Uma história em escalas**. A microanálise e a historiografia latino-americana. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

____; FARINATTI, Luís. Interesses em disputa: a criação da Guarda Nacional numa localidade de fronteira (Alegrete, Rio Grande do Sul). In: MUGGE; COMISSOLI (orgs.). **Homens e armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

____. **Quando o serviço os chamava:** os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005.

RICUPERO, Rubens. O Brasil no mundo. In: SILVA, Alberto da Costa e (coord.) **Crise colonial e independência:** 1808-1830. Vol. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. (História do Brasil Nação: 1808-2010) p. 115-159.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. 2006. Importância da capitania do Rio Grande para o Brasil. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (coord). **Colônia.** Passo Fundo: Méritos. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 1)

SCHMIT, Roberto. Ruina y resurrección en tiempos de guerra. Sociedad, economía y poder en el Oriente entrerriano posrevolucionario, 1810-1852. Buenos Aires, Prometeo, 2004, caps. 8 y 9.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Cultura. In: SILVA, Alberto da Costa e (coord.) **Crise colonial e independência:** 1808-1830. Vol. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. (História do Brasil Nação: 1808-2010) p. 205-247.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial:** o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SERNA, Justo; PONS, Anaclet. O buraco da agulha. Do que falamos quando falamos de micro-história. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). **Uma história em escalas.** A microanálise e a historiografia latino-americana. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra:** política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TARACENA, Arturo. “Propuesta de definición histórica para región”, **Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México**, N° 35, enero-junio 2008, pp. 181-204.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Os comos do nome: desencontros e encontros entre microanálise e estudos de nomenclatura. Um balanço historiográfico e uma proposta de pesquisa. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). **Uma história em escalas.** A microanálise e a historiografia latino-americana. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal: o Antigo Regime**. Vol. 4. Lisboa, editorial Estampa, s/d. p. 381-393